NAÇÃO E DEFESA

ANO IX — N.º 31 — JULHO-SETEMBRO DE 1984
(Publicação Trimestral)

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL — PORTUGAL

DIRECTOR

Vice-Almirante ADRIANO COUTINHO LANHOSO
Director do Instituto da Defesa Nacional

Comissão de Redacção:

Professor Rocha Trindade, Capitão-de-mar-e-guerra Virgílio de Carvalho, Coronel Silva Carvalho (Presidente), Professor Marques Guedes, Tenente-coronel Oliveiros Martins (Secretário).

Propriedade, Redacção e Administração:

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL

Calçada das Necessidades, 5 – 1350 LISBOA

REEDIÇÃO LIMITADA DE 1995

ISSN 0870-757X

DEPÓSITO LEGAL N.º 54801/92

SUMÁRIO

EDITORIAL 5

ALIADOS, AMIGOS E DEFESA 9
Virgílio de Carvalho

CONFERÊNCIA SOBRE SEGURANÇA E COOPERAÇÃO NA EUROPA (MADRID) 19
A. de Paula Coelho

FORMAÇÃO CÍVICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL 41
A. Rocha Trindade

LES RELATIONS FRANCO-PORTUGAISES ET LEURS PROBLÈMES DES PLUS ACTUELS 59
António de Siqueira Freire

TIMOR E A SOBERANIA PORTUGUESA DO DESCOBRIMENTO À REVOLTA DE 1912 73
Teresa Bernardino

POLÍTICA ENERGÉTICA/SEGURANÇA NACIONAL 87
Rui de Barros

FORÇAS ARMADAS E SOCIOLOGIA 119
Manuel Vasques Braz da Costa

A DEFESA NO MUNDO 139

A DOUTRINA DOS ARTIGOS É DA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

EDITORIAL

EDITORIAL

1. No plano de actividades do IDN está prevista a realização, nos próximos meses de Outubro e Novembro, de dois seminários, versando respectivamente os temas: «TRANSPORTES EXTERIORES E LIBERDADE DE ACÇÃO DE PORTUGAL» e «COOPERAÇÃO DE PORTUGAL COM OS NOVOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA».

2. Porquê estes temas? Porquê o seu tratamento no Instituto da Defesa Nacional?

Estas interrogações poderão pôr-se imediatamente àqueles que, menos familiarizados com o conceito global de defesa nacional, ainda o confundem com o de defesa militar e que, por isso mesmo, associam o nome do IDN a preocupações exclusivas com a problemática castrense.

3. De facto, em termos actuais, a defesa nacional deve ser entendida como um conjunto integrado de actividades, de âmbito interdepartamental e de natureza abrangente, que se exerce através do aproveitamento coordenado dos recursos nacionais.

Nem «tudo» é defesa nacional, obviamente, mas, por outro lado, não é menos óbvio que «tudo» o que pode afectar a independência nacional, a integridade do território ou a segurança das populações, ou contribuir para o desenvolvimento das capacidades morais e materiais da comunidade nacional, se tem que integrar no vasto campo das preocupações do conceito alargado de defesa, através da gestão sistémica dos factores de potencial estratégico nacional, sejam eles subjectivos ou materiais.

4. É assim que a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas (Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro), estabeleceu o

primado da política de defesa nacional em relação ao respectivo conceito estratégico, englobando no primeiro o «conjunto coerente de princípios, objectivos, orientações e medidas adoptadas para assegurar a defesa nacional», dando-lhe «carácter permanente», «natureza global» e «âmbito interministerial», e cometendo a todos os órgãos e departamentos do Estado a responsabilidade de «promover as condições indispensáveis à respectiva condução».

5. É, por outro lado, pela mesma razão, que no contexto da sua missão, o IDN deve promover o estudo e a investigação de problemas fundamentais da defesa nacional, enquadrados nas conjunturas nacional e internacional, de modo a contribuir para a eventual formulação de estratégias adequadas ao País, para o esclarecimento recíproco e a valorização dos quadros dos sectores público e privado e das Forças Armadas, e para a sensibilização de camadas expressivas da população.

6. Fica, pois, demonstrada a pertinência de selecção dos temas acima referidos.

Portugal, o mais ocidental país da Europa, geoestrategicamente cobiçado, carente de recursos naturais, tem evidente necessidade de acautelar o fluir conveniente das suas relações e dependências, através de uma autonomia transportadora mínima, que lhe garanta a liberdade de acção indispensável à defesa dos seus interesses de desenvolvimento e de segurança.

Portugal, país pequeno e obviamente sem quaisquer pretensões hegemónicas, com laços culturais seculares bem marcados com os povos da África de língua oficial portuguesa, pode e deve, sem esquecer as obrigações decorrentes das afinidades que o integram no mundo ocidental, privilegiar a cooperação com as novas pátrias daquele continente. Cooperação que, logicamente, pressupõe o afastar de complexos de qualquer espécie e um ambiente de respeito mútuo, contemplando os legítimos interesses de ambas as partes.

ALIADOS, AMIGOS E DEFESA

Virgílio de Carvalho

ALIADOS, AMIGOS E DEFESA

A QUESTÃO DAS AMEAÇAS

A previsão das ameaças a um país constitui um problema particularmente difícil e sensível. Isto porque sendo uma ameaça, por definição, um produto de capacidade material pela intenção de a utilizar, são possíveis percepções e opiniões diversas, desde as mais cândidas às mais tendenciosas, que podem anular ou empolar o resultado.

Por isso é que, para fins de defesa, poderá ser mais aceitável e conveniente enveredar pela abordagem das vulnerabilidades dos países, dado que estas podem traduzir-se em riscos de exploração por antagonistas dos seus interesses para fins de ingerência, coacção, ou até de imposição de vontade pela força. Inclusivamente porque as estratégias dos países tendem a alinhar-se pelas suas preocupações principais. Este método tem ainda as vantagens de não limitar o conceito de ameaça à possibilidade de agressão militar e à existência de inimigos bem perfilados e identificados, e de encarar como forma de defesa a prudente e legítima adopção de medidas preventivas destinadas a minimizar aqueles riscos. É neste sentido, por exemplo, que a defesa militar autónoma dos países aparece como meio dissuasor e como instrumento de liberdade de acção, tomando como referência para a sua constituição mais a capacidade militar de presumíveis antagonistas e menos as suas hipotéticas intenções, e tendo em atenção que, no domínio das relações internacionais, são os interesses que costumam prevalecer, e não as amizades.

UM EXEMPLO DO CANADÁ

Em artigo publicado na revista «Survival» (Jan-Fev), do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres, sobre uma doutrina de Segurança adequada ao Canadá, o autor — um professor do Centro de Relações Internacionais da «Queen's University» de Kingston, Ontário

— sustenta que o objectivo primário de tal doutrina deva ser a manutenção de controlo total e efectivo sobre o território do país (território propriamente dito, fronteira marítima ou «off shore», e espaço aéreo abrangente) para que os canadianos sejam livres de decidir por si próprios como governar-se. Quanto às ameaças ao exercício daquela soberania, nomeia duas, uma decorrente do expansionismo da URSS e dos seus aliados socialistas, e a outra resultante da legítima preocupação dos EUA com a segurança do continente norte-americano que poderá levar este país a oferecer ajuda militar que os canadianos não desejem, mas que não podem rejeitar por servir o interesse comum. Noutro passo sustenta que, para fazer frente à ameaça do vizinho do sul, que é simultaneamente o seu melhor amigo e protector não solicitado, o Canadá precisa de atribuir maior prioridade à defesa, para poder dispor de meios militares autónomos para aplicação da doutrina que preconiza, a qual designa por «Defense Against Help» (Defesa Contra a Ajuda). Esta doutrina recusa esquemas de defesa bilaterais EUA-Canadá, por apresentarem inconvenientes para o exercício da soberania nacional, preferindo-lhes a multilateralidade da NATO.

Registe-se que, no artigo em apreço, se relaciona a preservação da liberdade de manobra e da maneira de estar do Canadá no Mundo com o exercício de controle militar sobre o espaço geoestratégico do país (terra, mar e ar), e a noção de que a Defesa Nacional tem muito a ver com a preservação da identidade, da soberania e da independência nacionais, não exclusivamente contra ameaças directas de agressões militares em tempo de guerra, e não apenas contra inimigos. De notar ainda a preocupação expressa sem complexos quanto a esquemas bilaterais de defesa com vizinhos mais fortes, por poderem conduzir a limitações de soberania, e a consciência de que a defesa colectiva da NATO não só não dá resposta a todos os problemas de segurança militar dos seus membros, como ainda lhes pode criar alguns.

O CASO DE PORTUGAL

A identidade e a liberdade de acção de Portugal dependem, muito mais claramente do que para a maioria dos países, da soberania que for capaz de exercer sobre o seu próprio espaço geoestratégico, o que, por isso, deve constituir preocupação essencial a exprimir no seu Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Isto é assim porque a identidade e a liberdade de acção

de Portugal foram construídas à custa da penosa aquisição de potencial geoestratégico que lhe tem garantido uma existência «desiberizada» perante uma Espanha geograficamente envolvente do Continente, a qual começou com a expansão territorial para Lisboa-Alcácer, prosseguiu para o Algarve, e foi consolidada com a projecção para os arquipélagos da Madeira e dos Açores. Quer isto dizer que Portugal, para poder manifestar-se geopoliticamente distinto do resto da Península Ibérica, e usufruir do poder negocial que o seu importante espaço geoestratégico lhe pode proporcionar, precisa de preservar a coesão e condição euro-atlântica do seu território, e de ter preocupações maiores do que os canadianos com o controlo do seu património geográfico, até porque há dois países amigos com os olhos nele. Um é naturalmente a Espanha, que não desdenharia assumir a direcção da gestão militar de todo o espaço ibero-atlântico a pretexto de segurança própria e do Ocidente, o que contribuiria para o reforço do seu poder negocial, à custa do apagamento do de Portugal. O outro são os EUA, onde se tende abertamente a ver nos Açores, não apenas um elemento da sua própria defesa militar em profundidade, mas ainda uma peça chave do socorro militar à Europa e a outras regiões onde corra risco a segurança do Ocidente pela qual têm a consciência de serem principais responsáveis.

INTERESSES E AMIZADES

O artigo canadiano em apreço mostra ainda que ter amigos e aliados, e boas relações com eles, não deve inibir um país que se preze de assumir inequívoca e abertamente a defesa dos seus interesses legítimos. Muito pior será cair em cedências e em situações ambíguas que acabarão por envenenar aquelas mesmas relações, mais tarde ou mais cedo, pelo facto de o Interesse Nacional não ter sido oportunamente acautelado. Assim, recusar-se a Madrid comandos militares unificados, ou concepções globalizantes da Península que levariam ao mesmo, a pretexto de apoiar logisticamente a defesa aliada contra ameaças empoladas ou hipotéticas do Leste ou do Norte de África, não é de forma alguma acção inamistosa ou chauvinista, nem atentatória de bom relacionamento, mas sim uma atitude defensiva indispensável e legítima. É que as concepções globalizantes da Península tenderiam a tornar o Continente num apêndice da Espanha e a isolá-lo das Ilhas, e a expor as parcelas continental e insular do território nacional ao controlo operacional de duas potências aliadas distintas, com prejuízo, no mínimo,

da coesão, da identidade e personalidade euro-atlântica de Portugal, as quais constituem pilares da sua independência e do seu poder negocial.

Insistir-se com a NATO e com os EUA para que os Açores passem do Comando norte-americano «WESTLANT», para se juntarem à Madeira e ao Continente no português «IBERLANT», constitui uma atitude consequente com a necessidade vital de preservação psicológica da coesão interterritorial e do poder negocial do País, o que os aliados e amigos de Portugal têm o dever, e até a conveniência, de compreender. Isto porque, se Portugal é hoje um país pequeno, a ele deve contudo o Ocidente Marítimo a sua própria existência, que resultou da tentativa, que foi a primeira, de corte com o pensamento geopolítico de orientação continental da Europa produzida pela circum-navegação da África pelos portugueses (Saul Cohen, em «Geography and Politics»). A Espanha e a Inglaterra apareceram depois de Portugal no mar, na sequência do desbravamento e da construção do império marítimo português, que se estendeu do Atlântico ao Pacífico. Aliados e amigos de Portugal não podem ignorar tudo isto (nem sequer têm razões de ordem militar válidas para o fazer), principalmente porque a gesta marítima portuguesa — sem par na História Universal — foi a sequência natural da competitividade, do espírito científico, da tecnologia, da arte militar naval, do espírito de aventura e do engenho que foram desenvolvidos pelo Povo Português para conseguir a viabilização geoestratégica do seu País. O Portugal euro-atlântico, como ponto de partida para o desbravamento do Ocidente Marítimo, é realmente um autêntico património histórico-cultural e geoestratégico do Ocidente Marítimo, cuja preservação deverá ser a última coisa a pôr em causa por um esquema de segurança do mesmo Ocidente.

A OPÇÃO ATLÂNTICA DE PORTUGAL

Portugal, como qualquer pequeno país periférico de grande importância geoestratégica para potências maiores, tem de ter preocupações especiais com a preservação das suas identidade, soberania e sobrevivência, até porque a parcela-mãe do seu descontínuo território se encontra encravada geograficamente entre a Espanha e o Atlântico. Por isso é que a Portugal convém, quando não dispõe de poder autónomo suficiente para seguir sozinho o seu caminho, como fez na época de ouro em que ele próprio foi a potência

marítima, correr um risco menor para se proteger de um maior. Daí a sua histórica propensão para se aliar para o lado do mar. Mas, porque o entendimento com a chamada potência marítima também comporta efectivamente alguns riscos, conforme bem o atesta a História nacional, justificam-se precauções do tipo «Defense Agains Help» quanto à chamada potência marítima. O que não quer dizer que deva procurar-se enveredar por estereotipos, como neutralismos e outros que não tenham em conta o dever geoestratégico e histórico-cultural de Portugal de participar na defesa dos interesses comuns dos países ocidentais. Nem sequer neutralismos de Europas que, sonhando poder situar-se entre as duas superpotências, arriscam ajudar Moscovo a dividir e a perder o Ocidente.

NECESSIDADE DE DEFESA MILITAR AUTÓNOMA

Não parece pois lícito dizer-se que Portugal não corre hoje riscos que justifiquem um aparelho militar autónomo de certo desenvolvimento. Corre-os, como acontece com o Canadá, do Pacto de Varsóvia, e também de amigos e aliados. A participação na Aliança Atlântica responde quanto ao Leste. Mas quanto aos amigos e aliados, se Portugal não for capaz de assumir ele próprio as suas responsabilidades de segurança militar no âmbito da NATO no seu próprio território, e de exercer a presença e a vigilância que as necessidades de segurança colectiva justificam no seu importante espaço aeronaval em tempo de paz e de crise, correrá o risco de outros terem de se encarregar disso, com prejuízos graves para a soberania, identidade, coesão e poder negocial nacionais. Curiosamente, na revista «Naval Forces», II/84, em artigo subordinado ao título «Forças Marítimas para Potências Médias», um almirante britânico sustenta que uma aliança tem preços. E que, a menos que os interesses de um país coincidam sempre com os dela, poderão surgir problemas, pelo que precisará de conservar uma certa autonomia, não apenas no domínio militar, mas também no diplomático e no económico.

UM EXEMPLO DA ESPANHA

Não há apenas canadianos com preocupações quanto à preservação do usufruto do seu potencial geoestratégico de amigos e aliados. No artigo do Ten-Coronel de Infantaria Vasquez Carrillo «Reflexões sobre as Forças

Armadas Espanholas», publicado na «Revista General de Marina» de Junho de 84, pode ler-se: «A situação estratégica da Espanha é tal que, se forte, há-de representar no mundo um papel de primeiro plano e, se débil, há-de ser objecto de atenção dos fortes... não resta outra alternativa que procurar preencher o espaço em que temos de exercer a nossa influência... temos de contestar a arrogância do inglês e a habilidade do francês.»

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode esperar que os amigos e aliados tenham consciência plena, ou queiram mostrar tê-la, do que significa para Portugal a preservação da coesão do seu descontínuo território e o exercício de controle nacional sobre ele e sobre o seu espaço geoestratégico abrangente. E isto acontece em boa parte porque os países maiores, porque para eles tais problemas não se põem, têm natural dificuldade em entendê-los ou em atribuir-lhes importância. É aos portugueses que compete esclarecê-los devidamente, por exemplo através de acção atenta e persistente das suas representações civis e militares na Aliança Atlântica e nos países aliados e amigos, e da publicação regular de um Livro Branco de Defesa, um tipo de documento em que os países costumam divulgar o seu posicionamento quanto a questões de segurança nacional e internacional. É aos portugueses que compete não se deixarem cair imprudentemente em situações de dependência que limitem a sua liberdade de acção, nomeadamente nos domínios críticos das relações económicas, do abastecimento de energia, dos transportes terrestres e da defesa, entre outros.

Mas sublinhe-se que as medidas sugeridas não poderão ser completamente entendidas, nem ter a credibilidade e a eficácia desejadas se, entretanto, não existir e não for devidamente percebida uma vontade clara de defesa, fruto de uma filosofia nacional de segurança creditada por coerência com a realidade geoestratégica e com o sentido histórico de Portugal, a qual está tardando demasiado a ser recuperada. E, porque uma das manifestações mais evidentes da vontade de defesa dum povo consiste na sua determinação em manter uma capacidade autónoma de defesa militar, Portugal não pode prescindir de ter a sua, concebida em consonância com a referida filosofia nacional de defesa.

A solidariedade atlântica, e o bom entendimento entre os aliados, são certamente factores decisivos para uma guerra indirecta que pode perder-se

militar para uma hipotética guerra directa e a solidariedade aliada que pode ajudar a não perder a indirecta que a NATO tem realmente em mãos, será certamente prudente dar a preferência a soluções que não lancem aliados contra aliados. Sendo assim, no caso de a Espanha decidir, como conviria para reforçar a dissuasão, ingressar na estrutura militar da NATO, pareceria indicado que as áreas de comando atribuídas a Portugal e ao seu vizinho respeitassem a soberania nacional nos respectivos conjuntos territoriais e espaço abrangente, numa sã e inteligente perspectiva de complementaridade e multilateralidade, e jamais obedecessem a critérios geográficos teóricos sem conteúdo histórico e geopolítico. É que tais critérios seriam inaceitáveis para Portugal, por não ser curial que uma aliança de que é membro fundador lhe possa criar uma situação de subalternidade no próprio espaço geoestratégico que criou exactamente para lhe fugir.

Virgílio de Carvalho

CONFERÊNCIA SOBRE SEGURANÇA E COOPERAÇÃO NA EUROPA (MADRID)

A. de Paula Coelho

CONFERÊNCIA SOBRE SEGURANÇA E COOPERAÇÃO NA EUROPA (MADRID)

Encerrada a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, realizada em Madrid de 11 de Novembro de 1980 a 9 de Setembro de 1983, conviria naturalmente relatar — dada a importância daquela reunião internacional — como decorreram os trabalhos e fazer uma apreciação dos resultados obtidos após cerca de três anos de actividades.

Reportar-nos-emos, porém, tão-somente à 8.ª fase da reunião por ser esta a decisiva para a conclusão das numerosas sessões realizadas e por ser aliás a que corresponde ao período da chefia pelo signatário da delegação portuguesa.

Não pode contudo deixar de ser assinalado que entre as anteriores e a fase indicada se teria verificado uma certa mudança no comportamento de algumas das delegações. Enquanto com efeito e conforme observadores haviam notado, se teria verificado nas primeiras uma «falta de confiança e divergências», quer entre os países ocidentais entre si quer entre estes e os neutros e não alinhados, a partir de Fevereiro de 1983, segundo nos foi dado observar, uma relativa unidade de pontos de vista expressos e de posições assumidas pelas 16 delegações dos países da NATO e da Irlanda se fez sentir até final da Conferência. Diferenças menores se registaram por vezes entre delegados daqueles dois grupos como, por exemplo, a respeitante à reacção perante o projecto de documento final elaborado pelos Neutros e Não Alinhados (NNA's) — o documento RM-39 revisto. Enquanto que países como a Grécia, a Espanha e os nórdicos se pronunciaram desde logo pela sua aceitação, outros porém como os Estados Unidos, a Inglaterra, o Canadá, Portugal e a Holanda insistiram na necessidade de se procurar, através da continuação das negociações, conseguir algo mais compatível com a filosofia política ocidental do que aquilo que se encontrava consignado no projecto de documento em causa. Não levou contudo essa falta de convergência de opiniões a uma situação de irredutibilidade de atitudes, antes se obteve uma certa coesão de posições que veio a manter-se até à aprovação

do texto final. Comparada com outras reuniões internacionais em que se viu patentearem-se fundas discrepâncias entre delegados ocidentais, a Reunião de Madrid, nesta última fase, bem poderá caracterizar-se por uma assinalável unidade de actuação daqueles delegados na defesa de pontos de vista e valores comuns do Ocidente.

DEBATE ACERCA DO PROJECTO RM-39 REVISTO

Em 15 de Março daquele ano foi apresentado pelos NNA's o segundo projecto de documento final referenciado RM-39 rev. o qual veio a constituir a base das negociações ulteriores.

Conforme se aludiu, desenhou-se desde logo uma tendência expressa por países como a Espanha, a Grécia e sobretudo a Noruega no sentido de encarar favoravelmente o texto proposto e dar-lhe rápida aprovação para concluir a Conferência no mais curto prazo possível. A esta opôs-se, dentro do grupo NATO, uma corrente mais vasta, na qual nos incluímos, que considerava os preceitos contidos no projecto muito aquém do que era lícito esperar como consagração e desenvolvimento que se pretendia alcançar das conquistas já obtidas através do Acto Final de Helsínqua. Segundo sublinhou na altura a delegação norte-americana, a aceitação desde logo da redacção proposta daria aos soviéticos a possibilidade de se considerarem como os «constructive and dedicated champions» do processo CSCE, dando-nos em troca substancialmente muito pouco. Referimos na altura que a natureza especial da Conferência e a circunstância de a mesma ter que ser tomada num contexto político mais amplo e tendo em conta negociações que decorriam (ou se arrastavam) em outros quadrantes mal se coadunavam com uma negociação apressada que eventualmente levasse a menosprezar ou mesmo a fazer esquecer os elevados objectivos que em Madrid se procuravam alcançar. Não poderíamos assim conformar-nos com os relativamente minguados ganhos obtidos; antes se impunha pugnar por uma significativa melhoria em alguns dos capítulos que constituíam a parte substancial do documento que nos era proposto. Esta atitude teria de resto o mérito de marcar de forma iniludível uma posição favorável à defesa de direitos humanitários, da liberdade sindical e religiosa, de livre acesso dos jornalistas às fontes de informação, etc., por parte do Ocidente, e de deixar bem patenteado que só por oposição da URSS e dos seus aliados do Pacto de Varsóvia tal não viria a ser conseguido.

Os pontos que à maioria das delegações dos países da Europa Ocidental, dos Estados Unidos e do Canadá não davam inteira satisfação foram todavia reduzidos ao mínimo indispensável a fim de evitar que as negociações viessem a eternizar-se e que estas levassem a um impasse, por se presumir não poderem certas concessões vir a ser feitas pelos países do Leste.

De entre propriamente os direitos designados de dimensão humana, salientavam-se:

1. A parte respeitante à implementação do Acto Final de Helsínquia («monitors») na qual se previa a possibilidade de os cidadãos dos Estados participantes velarem pela aplicação dos preceitos do AFH em matéria de direitos dentro dos seus próprios países. O documento RM-39 rev. preconizava-a nos seguintes termos: «Estimular todo o esforço *genuíno e positivo* para a aplicação do Acto Final.» Era evidente que as expressões «*genuíno*» e «*positivo*» inutilizavam praticamente o alcance de tal disposição. Qualquer dos Estados poderia proibir ou mesmo reprimir tais iniciativas com o fundamento de não serem as mesmas genuínas ou não poderem ser consideradas positivas.

2. Igualmente teria o efeito de, na prática, invalidar o preceito estabelecendo a liberdade sindical a forma como aquele se encontrava redigido no RM-39 rev. ao dispor que o direito de os trabalhadores fundarem sindicatos ou neles se associarem ficava condicionado a que o mesmo fosse exercido em concordância com a lei dos Estados respectivos. Foi especialmente a delegação inglesa que mais fez ressaltar esse aspecto sublinhando também a portuguesa a necessidade de se tentar suprimir as expressões «in compliance with the law of the State».

3. Um outro reparo feito ao documento RM-39 rev., designadamente pela nossa delegação, foi o de não incluir aquele a proibição do «jamming» às emissões radiofónicas do Ocidente (especialmente dirigidas para a URSS e Polónia). Sugeriu-se por isso que fosse inserido no projecto em causa o texto de uma proposta sobre a matéria outrora apresentada pela delegação austríaca. A esta se tinham então oposto os países de Leste sob a alegação de representarem tais emissões uma intromissão nos assuntos internos dos seus Estados.

4. Também não nos satisfazia a redacção do parágrafo 17 do capítulo do RM-39 rev. consagrado à enunciação de princípios e no qual se previa uma reunião de peritos sobre direitos humanos e realizar em Otava no ano

de 1986: «they decide to convene a meeting of experts of the participating States on questions concerning respect, *in their States*, for human rights...».

Em vez destes termos «in their States», propuseram as delegações ocidentais que fosse adoptada a expressão «in those States». Visava-se, desta forma, evitar que em tal reunião apenas pudessem ser tratadas questões atinentes ao respeito dos direitos humanos dentro dos próprios Estados participantes da CSCE e se excluísse a discussão de desrespeito ou violação de tais direitos por aqueles Estados mas ocorridos no território de outros Estados. Era o caso, por exemplo, das violações de direitos humanos por parte da União Soviética no Afeganistão, e que se pretendia viessem a cair sob a alçada da Reunião de peritos.

5. Pelo que dizia respeito à convocação de uma outra reunião — esta sobre contactos humanos — o RM-39 rev. limitava-se a prever a eventualidade da sua realização após a reunião de Otava sobre direitos humanos. Em substituição desta forma um tanto vaga, propuseram os delegados do grupo NATO que a reunião ficasse desde logo concretamente fixada e numa data já estabelecida: Abril de 1986. Nela seriam tratadas questões que se prendem com a reunificação de famílias, a celebração de casamentos entre nacionais de países de Leste e do Oeste, a liberdade de circulação entre estes e aqueles, através de uma maior facilidade de concessão de vistos etc.

Convinha naturalmente aos países do Ocidente que uma discussão sobre matérias de tal sensibilidade política se realizasse antes da próxima reunião da CSCE («Follow up» de Viena), e por isso se propôs o mês de Abril de 1986.

Estas alterações ao projecto dos NNA's vieram a ser informalmente propostas (nalguns casos com pequenas modificações não substanciais) no dia 3 de Maio aos próprios neutros e não alinhados e aos membros do Pacto de Varsóvia.

Além destas, consideraram as delegações ocidentais que a questão do mandato para a Conferência sobre medidas destinadas a criar a confiança e a segurança na Europa e sobre desarmamento (CDE) teria um tratamento autónomo, devendo as respectivas negociações desenrolar-se separadamente com vista ao esclarecimento do texto respectivo embora de natureza puramente formal.

Na altura apenas o delegado soviético reagiu limitando-se a afirmar que tomava nota da apresentação das propostas em questão, adiantando todavia não constituírem aquelas qualquer novidade, uma vez que repisavam pontos já várias vezes considerados inaceitáveis e só podendo por isso ter como consequência o arrastar das negociações e a sua inevitável chegada a um impasse. Esta mesma posição foi dias depois reiterada em sessão plenária pelo mesmo delegado e secundada pelos polaco e romeno. Precisaram ainda nas suas intervenções que apenas a aceitação integral do RM-39 rev. sem qualquer alteração poderia conduzir a uma solução consensual para a conclusão positiva e substancial da Reunião de Madrid. A persistência ocidental na introdução das emendas aludidas iria aliás pôr em causa todo o trabalho já realizado pela Conferência.

Em resposta, salientou então o delegado francês a moderação e o limitado número das sugestões ocidentais. Entendera-se, de resto, que nas intervenções acerca das recusas dos países de Leste se desse sempre prova de um espírito construtivo e se evitasse qualquer tom de confrontação.

Estas posições mantiveram-se de ambos os lados por um longo período, mostrando os países de Leste — sobretudo a URSS — uma total intransigência, reforçada aliás pela mensagem enviada por Yuri Andropov aos Chefes de Estado dos 34 países participantes da CSCE apelando para que estes aceitassem o RM-39 rev. na sua integridade tal como havia sido proposto pelos NNA's.

Por parte dos países da NATO considerou-se que a mensagem nada continha de substancialmente novo e decidiu-se que continuariam a ser estabelecidos contactos, quer formais quer informais, com as delegações do outro lado, devendo no entanto actuar-se com a maior precaução e afectando intuitos o mais positivos possível.

E prevendo que do lado soviético a recusa ocidental viesse a ser explorada junto da opinião pública mundial, foi encarecida a conveniência de as autoridades dos países da NATO salientarem junto dos seus órgãos de informação o sentido positivo das emendas que se procuravam introduzir e ao mesmo tempo se denunciarem as intenções soviéticas que se escondiam por detrás da atitude que estavam a tomar na matéria.

Entretanto ia-se esboçando um claro apoio e aprovação das emendas ocidentais por alguns neutros e não alinhados — Suíça e Áustria, mais tarde seguidos pela Finlândia e outros — que declararam considerá-las moderadas,

razoáveis e conducentes a um enriquecimento do documento final. Tornava-se assim cada vez mais flagrante o isolamento da URSS e dos seus aliados, tanto mais que os próprios autores do projecto (os NNA's) se declaravam dispostos a cooperar nas negociações entre os dois grupos com base nas emendas (a certa altura preferiu chamar-se-lhes melhorias) propostas pelos ocidentais.

A situação foi-se mantendo, semana após semana, reagindo os países da NATO à intransigência de Leste com uma atitude igualmente pertinaz e procurando demonstrar que a posicão daquele revestia de certo modo o carácter de *ultimatum*, o que era inaceitável. Nas reuniões de trabalho frisava-se igualmente a posição flexível e paciente do Ocidente e insistia-se na afirmação de que as emendas sugeridas constituíam o mínimo de modificações que podiam apresentar, as quais, de resto, em nada afectavam a soberania dos Estados participantes e antes contribuíam para a redacção de um texto susceptível de concorrer para o restabelecimento da confiança nas relações Leste-Oeste.

A PROPOSTA ESPANHOLA

No intuito de desbloquear a situação foram os presidentes das 35 delegações convidados a deslocar-se, em 17 de Junho, ao Palácio da Moncloa, onde o Primeiro-Ministro Filipe Gonzalez lhes leu uma mensagem que representava a iniciativa que o seu Governo entendia dever tomar com vista à solução dos problemas.

Incluía a proposta espanhola cinco pontos a saber:

1. O primeiro, idêntico a uma das propostas dos países ocidentais, previa a convocação da reunião de peritos sobre contactos humanos, fixando-se desde logo o lugar da sua realização (Berna) e a respectiva data (16 de Abril de 1986).

2. Acerca da supressão das expressões «genuine and positive» pretendida igualmente pelo Ocidente relativamente à disposição sobre «monitors», limitava-se a iniciativa espanhola a sugerir que fosse apenas suprimido «positive» conservando-se no entanto «genuine».

3. Fixação da data (17 de Janeiro de 1984) e do lugar (Estocolmo) para a realização da Conferência sobre Medidas destinadas a criar a Confiança e a Segurança e sobre Desarmamento na Europa (CDE).

4. Relativamente à substituição também proposta pelas delegações dos países da NATO (mandato da CDE) da palavra «such» que precedia «activities» no parágrafo 4, respeitante à aplicação das CSBM's, pela palavra «those», propunha-se que ficasse apenas «activities» sem ser precedido nem de «such» nem de «those».

5. Confirmação da realização em 1986 e na cidade de Viena da Reunião de «follow-up» da CSCE de Madrid.

Embora significando um recuo relativamente às emendas (melhorias) reivindicadas pelos países da Europa Ocidental, Estados Unidos e Canadá, todos eles vieram no entanto a conformar-se com a proposta do Primeiro-Ministro de Espanha. Podia aquela entender-se como uma solução de compromisso realista e bastante oportuna tendo em conta a irredutibilidade a que se havia chegado quanto às posições do Leste e do Oeste. Não sendo despicienda a satisfação que se obtinha no capítulo respeitante à «dimensão humana» — melhorias por que principalmente se batera o Ocidente — julgou-se mais consentâneo, numa atitude que não desconhecia as realidades, não se dever insistir nas emendas anteriormente defendidas. O que se havia obtido era já importante e sabia-se que nalguns pontos mais sensíveis não poderiam os países do Pacto de Varsóvia ir mais além do que já haviam consentido. A insistência do lado ocidental na obtenção de maiores ganhos poderia de resto pôr em risco a perda do já alcançado e ser tal atitude eventualmente tomada como revelando — nota aliás frisada do lado soviético — ausência de uma vontade política de concluir a negociação. O estado das relações entre os EUA e a URSS, dominado então e ainda hoje pela questão da instalação na Europa de mísseis de médio alcance, aconselhava também a não converter a CSCE em mais um foco de tensão entre as duas potências, impondo-se por isso uma conclusão rápida e positiva da Reunião de Madrid.

Igual atitude foram igualmente tomando os neutros e não alinhados, com a excepção de Malta que manifestou a sua intenção de recusar a proposta de Filipe Gonzalez por esta não ter levado em conta as propostas que já anteriormente havia apresentado.

Pelo que diz respeito à Delegação da União Soviética, a sua reacção foi de início francamente hostil recusando-se a aceitar qualquer dos pontos da proposta em causa e voltando à ideia da aprovação integral do RM-39

rev., como preconizara Andropov. A posição mudou no entanto radicalmente quando os seus delegados regressaram nos últimos dias de Junho de Moscovo, aonde se tinham deslocado para obterem instruções finais para a conclusão da Conferência. A disposição que revelaram foi no sentido de se terminarem rápida e construtivamente as negociações dentro do quadro da iniciativa espanhola. Somente quanto ao ponto respeitante à reunião de peritos sobre contactos humanos os soviéticos sugeriam que aquele fosse inserto, não no texto do documento final, mas como um seu anexo, sob a forma de uma declaração do presidente da Conferência; ou que fosse apresentado em referência a termos do Acto Final de Helsínquia, designadamente na prossecução do espírito de «détente»; ou ainda que se consignasse não dever a reunião estender-se por mais de quatro a cinco semanas e não seis, como é normal durarem reuniões desta natureza.

Perante reacção adversa dos países da NATO, em especial dos Estados Unidos que se opunham a que tal disposição não figurasse no texto do documento, foi-se no entanto tentando redigir uma declaração do Presidente — solução que acabou por ser aceite por todos, reconhecendo-se aliás que pelo facto de ser anexado e não inserto no documento final não perdia o texto respectivo a força que o Ocidente pretendia viesse a ter o preceito sobre tão importante matéria. Após algumas redacções que foram sendo tentadas, chegou-se, em resultado de contactos estabelecidos entre delegados espanhóis, soviéticos e suíços, a um projecto de «chairman's statement» sobre a polémica reunião de peritos. Conquanto não fosse a redacção ideal, veio no entanto a obter o indispensável consenso.

Finalmente, na noite de 15 de Junho foram o projecto do documento final e o seu anexo provisoriamente aprovados por 34 das delegações dos Estados participantes.

DISSIDÊNCIA DE MALTA

A aprovação não pôde ser desde logo definitiva por Malta se ter oposto à aceitação global do texto proposto em virtude de este não incluir as suas anteriores sugestões. Contava-se porém que na semana seguinte — depois de obtida a concordância maltesa — se realizasse a última sessão de trabalhos durante a qual se expressaria o consenso dos 35 Estados participantes e se fixaria a data do encerramento da Conferência com a presença dos respectivos Ministros dos Estrangeiros.

Simplesmente as coisas não se passaram nem tão fácil nem tão rapidamente como se previra. Propusera Malta, muito antes, a inclusão, no capítulo sobre Segurança no Mediterrâneo, de certas providências das quais sobressaía a convocação de um «Meeting of Experts» a realizar em La Valeta e com a participação de todos os países mediterrânicos (inclusive os não europeus) sobre segurança naquele mar.

Desde logo foi a proposta liminarmente repelida pela generalidade das delegações. Constituindo a CSCE todo um já longo e bem estruturado processo que tem vindo a desenvolver-se, não sem algum êxito, com vista à melhoria e, se possível, à normalização das relações Este-Oeste, o alargamento das negociações a outros participantes não europeus, não só se não justificaria por os problemas que iriam ser discutidos estarem fora do âmbito do Acto Final de Helsínquia, como ainda por o prosseguimento ulterior deste último poder vir a ser desvirtuado ou comprometido com a inserção no mesmo do conturbador problema do Médio Oriente. Não deixaria efectivamente de ser encarado com preocupação o facto de a atmosfera de serenidade e o espírito de cooperação que os três grupos em presença (Ocidentais, NNA's e Leste) foram criando ao longo de anos de contactos e bem assim o carácter peculiar das reuniões — que têm sido propícios à obtenção de resultados positivos — pudessem vir a ser substituídos por um clima de irreprimível excitação em que se têm desenrolado as discussões acerca dos tumultuosos acontecimentos e situação política da conturbada região do Mediterrâneo Oriental. Não se via, por outro lado, que os problemas de segurana daquele mar, que de resto virão a ser abrangidos nas negociações da CDE, devessem ter um tratamento privilegiado em relação às outras áreas marítimas do Continente convocando para tal fim uma conferência especial não inserida nas negociações gerais sobre segurança de toda a Europa.

Por todas essas razões, tanto os países ocidentais como os do Pacto de Varsóvia e os NNA's se opuseram desde início aos propósitos de Malta. Obstinou-se porém a delegação daquele país em fazer incluir no documento final uma disposição que previsse uma reunião, em e sob a égide de La Valeta, a fim de tratar especificamente da segurança e da retirada de forças do Mediterrâneo com a participação de todos os Estados daquela zona geopolítica.

A questão arrastou-se por largas semanas, dando origem à discussão de problemas de ordem vária cuja alusão iria porém alongar desneces-

sariamente estas considerações. Refira-se por isso tão-somente que em 6 de Agosto adoptou por fim a Conferência, após múltiplas diligências praticadas quer junto da delegação maltesa em Madrid quer junto do próprio Governo de La Valeta, um «chairman statemente» que, sem vincular excessivamente os 34 países participantes, veio dar satisfação às aspirações maltesas.

Seguiram-se nos dias 7 a 9 de Setembro de 1983 as declarações dos 35 Ministros dos Negócios Estrangeiros, tendo-se contudo frustrado um dos objectivos políticos que se esperava alcançar nesta sessão de encerramento no domínio da «détente» Este-Oeste com o encontro de há muito previsto dos Ministros dos Negócios Estrangeiros das duas grandes potências mundiais. O abate, por um avião militar soviético, do «Boeing» das Linhas Aéreas Sul-Coreanas, nas vésperas do encerramento da Reunião de Madrid, fez com que o encontro de Schultz com Gromyko, que se esperava viesse a constituir um passo significativo na aproximação dos dois países, se malograsse e fosse dominado pela onda de indignação geral, abundantemente explorada pelo dispositivo de propaganda dos Estados Unidos. De uma maneira geral, condenaram com maior ou menor desenvolvimento e veemência os Ministros ocidentais o «injustificado e indesculpável» procedimento da URSS. E assim, o que durante tempo constituíra uma esperança para o estabelecimento de uma atmosfera de concórdia e de entendimento — em que especialmente se empenhara o Governo espanhol — não veio a ser senão uma desanimadora decepção decorrente do clima de azedume que o referido acidente veio provocar.

VALOR E ALCANCE DO DOCUMENTO FINAL

Isto não veio contudo retirar o valor intrínseco do Documento Final de Madrid nem tão-pouco fazer diminuir a sua importância como factor de melhoria das relações entre os dois blocos, na medida em que os seus dispositivos vierem no futuro a ser implementados pelos Estados participantes.

Conforme foi já referido — ao contrário da Reunião de Belgrado em que os países comunistas recusaram qualquer melhoria ou desenvolvimento do Acto Final — na Reunião de Madrid conseguiram-se ampliar substancialmente algumas das disposições daquele documento internacional a que já tem sido dada a designação do Código de Conduta Política dos 35

Estados signatários. E assim, foram nele incluídos preceitos atinentes à reprovação do terrorismo e à sua eliminação na prática internacional; aos direitos do homem (também sensivelmente ampliados e suficientemente pormenorizados); às liberdades no sector religioso (incluindo as consultas entre as comunidades religiosas e os Estados); à difusão da informação (acesso dos jornalistas às fontes, maior liberdade de acção, melhores condições do seu trabalho e facilidades para a entrada de publicações ocidentais nos países de Leste); ao reconhecimento da liberdade sindical; ao encurtamento dos prazos para o exame das petições de reunificação de famílias; ao acesso às missões diplomáticas; à difusão dentro de cada país dos princípios constantes do Documento Final e bem assim à aprovação de um vasto calendário de conferências e reuniões internacionais destinadas a desenvolver e precisar as medidas respeitantes aos diversos sectores contemplados em tal documento.

É certo, como também já anteriormente se aludira, não se ter ido tão longe nas concessões obtidas dos países de Leste como a maioria dos países ocidentais pretendia e pelos quais muitos deles haviam empenhadamente propugnado. Não será menos verdade também que em relação a algumas das nossas pretensões não seria muito realista esperar que os países comunistas, mormente a União Soviética, viessem a transigir relativamente a pontos que, a serem por eles aprovados e depois cumpridos, se converteriam, na prática, em factores de desestabilização interna, ou poderem mesmo vir a constituir focos de actividades que em certa medida poderiam contribuir para a desagregação das suas estruturas sociais e políticas. Estão nesse grupo, por exemplo, os princípios que se pretendem fazer aceitar em matéria de uma absoluta liberdade sindical, da proibição das interferências às emissões radiofónicas ocidentais, aos grupos de particulares («monitors») que em cada país se encarregasse de zelar pelo cumprimento das disposições da CSCE, de uma liberdade sem limites no que respeita a actividades jornalísticas.

A impossibilidade de nestes sectores se conseguirem dos países de Leste concessões firmes e inequívocas foi aliás pela delegação portuguesa oportunamente salientada, tendo merecido aprovação superior a atitude de defendermos, por uma questão de princípio, a sua aprovação consensual sem contudo pretendermos que em tais domínios se viessem a obter êxitos notáveis. Os debates que a tal respeito se travaram entre delegações dos Estados socialistas e dos ocidentais tiveram contudo, para estes últimos, o mérito de deixarem evidenciado ter sido por frontal oposição dos primeiros que não

foram consagrados no Código de Conduta Política princípios de que os Estados comunistas se têm vindo a declarar como os mais lídimos defensores.

O que veio a conseguir-se significa já um progresso sensível em relação ao documento de Helsínquia e marcou a CSCE de Madrid um notável avanço relativamente à de Belgrado, onde tudo quanto de verdadeiramente positivo se alcançou foi a decisão de três anos mais tarde os 35 Estados se reunirem novamente na capital espanhola.

Os êxitos obtidos representam, como foi notado nos meios da Conferência, uma nítida transigência da Missão Soviética, a qual teria sido possível, segundo também se opinou, por se encontrar Moscovo empenhado em melhorar as relações Este-Oeste que tinham vindo a degradar-se perigosamente e terem todos os países do Pacto de Varsóvia sido obrigados, para conseguirem aquele objectivo, a fazer concessões que, de outro modo, seriam dificilmente concebíveis.

Isto quanto aos pontos polémicos em relação aos quais as negociações e debates se prolongaram por quase três anos. Matérias houve, contudo, cuja aprovação fora imediata, não tendo dado origem a contestação de qualquer dos lados. Foram elas as respeitantes aos capítulos sobre cooperação nos domínios da economia, da ciência, da técnica e do meio ambiente e bem assim à cooperação e intercâmbio nos sectores da cultura e da educação.

Para a opinião pública em geral, não significam porém os mais amplos compromissos assumidos uma efectiva vantagem para a melhoria das relações internacionais, uma vez que, simultaneamente, se vai assistindo a chocantes violações, por parte de alguns países, de princípios fundamentais que se haviam comprometido a respeitar, parecendo assim comprovada a inoperância de tais instrumentos internacionais. E citam-se invariavelmente, em abono dessa asserção, os acontecimentos de ordem laboral na Polónia, a invasão por tropas soviéticas do Afeganistão, as restrições impostas à saída dos judeus da URSS, o abate do avião sul-coreano...

A tais objecções e comentários se tem mais ponderadamente oposto que não pode a CSCE, nem nunca de resto esta o pretendeu, acabar de uma assentada com o confronto Este-Oeste. O conflito entre os países comunistas e os ocidentais irá naturalmente perdurar, e o que verdadeiramente se pretende do lado dos países da Aliança Atlântica é conseguir melhorar, na medida do possível, o estado das relações entre os dois blocos

e, ao mesmo tempo, procurar um reforço da sua posição no confronto com o Leste que, por certo, há-de ainda manter-se por largo tempo.

Trata-se de um processo de que há que colher resultados positivos, não a curto mas a longo prazo, e assinalam sobretudo os países mais próximos da «cortina de ferro» que, depois de Helsínquia, muito se veio a conseguir, especialmente no campo humanitário. Conforme tem sido afirmado, foi em grande parte o Acto Final que esteve na base de uma certa liberalização interna e de algum modo encorajou manifestações de dissidência na União Soviética. Igualmente teria fornecido um fundamento de legitimidade às reivindicações operárias na Polónia. Segundo frisou o Chefe da Delegação austríaca, não foi por mero acaso que no Verão de 1980 os trabalhadores daquele país solicitaram, de entre as suas primeiras reivindicações, a nova publicação em polaco daquele documento.

Como de resto foi sublinhado por uma das delegações que mais se empenharam na negociação de Madrid, a experiência teria demonstrado que as probabilidades de ver os países de Leste respeitar os seus compromissos internacionais aumentavam à medida que estes se tornaram mais precisos e pormenorizados. Daí o objectivo, em cuja consecução se empenharam as delegações ocidentais, de ir tão longe quanto possível no rigor e precisão das mais vastas obrigações assumidas no documento que iria assegurar a continuidade e a progressiva melhoria do Acto de 1975, restringindo cada vez mais «a margem em que os Estados podem actuar impunemente». Conforme um comentário publicado em Madrid, para a URSS cada novo acordo da CSCE constitui uma chamada de atenção para os compromissos que sobre direitos humanos assumiu em Helsínquia. E que pouco ou nenhum resultado se obtivesse no futuro quanto à sua estrita observância, sempre restaria ao Ocidente a não despicienda vantagem de se ter criado um ordenamento através do qual se poderiam tirar dividendos políticos das eventuais violações que dos preceitos aceites viessem a ser cometidos pelos países do Leste europeu. Daí ainda a importância atribuída pelos países da Aliança Atlântica ao «Follow-up» de Madrid (fixada já para 4 de Novembro de 1986 em Viena) e à convocação da Conferência sobre medidas destinadas a criar a confiança e a segurança e sobre desarmamento na Europa, já a decorrer, desde 17 de Janeiro último, em Estocolmo, e que em termos muito gerais visa obter uma maior «transparência» nos movimentos militares efectuados desde o Atlântico até aos Urais. Baseada nas disposições do Acto Final tendentes a fazer diminuir os riscos de confrontação militar, a CDE propõe-se, «como

parte integrante e substancial do processo multilateral iniciado pela CSCE», empreender, por etapas, novas acções destinadas a fazer progredir a obra de reforço da confiança e da segurança e chegar ao desarmamento, por forma a dar expressão ao dever de os Estados se absterem de recorrer à ameaça ou ao emprego da força nas suas relações mútuas.

Quanto ainda às críticas de uma opinião pública que pretenderia ver toda a questão Leste-Oeste de pronto e cabalmente resolvida com a CSCE, salientaram a propósito algumas delegações, designadamente a polaca, que seria um exagero supor que só em Madrid se decidira o futuro da Europa. O porvir do nosso continente, sublinhou-se, está naturalmente condicionado por muitos factores. Não obstante, as negociações que se encontram mais directamente ligadas à Europa são as de Genebra, Viena e Madrid. Nesta última estabelecer-se-ia o quadro geral de um eventual entendimento Este-Oeste e, conquanto o alcance deste se considere de menos importância do que se espera das outras duas, o certo é que seria na CSCE que mais facilmente se poderiam encerrar com êxito os respectivos trabalhos. E o sucesso aí alcançado seria susceptível de influenciar favoravelmente o andamento das negociações em curso em Genebra e Viena, assim como o fracasso daquela não deixaria de se reflectir, porventura irreversivelmente, no futuro das relações entre os dois blocos de nações.

Mas o mandato dos delegados à Reunião de Madrid, tal como à de Belgrado, não se esgotava com a formulação e respectiva aprovação de regras de conduta que ampliassem e desenvolvessem o Acto Final de Helsínquia. Incumbia-lhes ainda fazer, através de uma «aprofundada troca de opiniões», um balanço da execução que fora dada às disposições daquele «código de conduta» aprovado em 1975 na capital finlandesa.

Como atrás se referiu, esse ponto da agenda da Conferência deu azo a que no decorrer das intervenções, designadamente na sessão de encerramento, fossem dirigidas severas críticas aos países de Leste (em especial à URSS e à Polónia) pelas violações de vários princípios do documento fundamental (invasão do Afeganistão, situação laboral polaca, restrições à liberdade de informação, falta de notificação de manobras militares susceptíveis de afectar a segurança de países vizinhos, etc.). Segundo foi frequentemente observado por alguns comentadores, adoptaram as delegações daqueles países uma atitude nitidamente defensiva, dizendo que, a despeito da forma por vezes desabrida com que replicavam, a sua posição,

habitualmente acusadora do Ocidente, passou ali, durante os três anos que duraram as negociações, a ser precisamente a inversa.

ACTUAÇÃO DA DELEGAÇÃO PORTUGUESA

A actuação da delegação portuguesa nesta última fase da Reunião de Madrid foi, a largos traços, orientada no sentido de alinhar, na medida do possível, na defesa de princípios inerentes ao próprio sistema democrático ocidental, sem contudo tomar posições que, pelo seu eventual extremismo, nos viesse a colocar numa posição de isolamento, porventura inconveniente na actual conjuntura político-económica internacional. E assim se fizeram em diversas sessões plenárias intervenções nas quais os referidos pontos de vista foram sobejamente proclamados.

Por outro lado, incidiram os nossos esforços na defesa de posições que, por nos afectarem directamente, tinham que ser seguidas com a maior atenção e cuidado visto estarem nelas envolvidos interesses que não podiam deixar de ser devidamente acautelados. A questão que especialmente poderia colidir com interesses nossos dizia respeito ao mandato para a CDE. Tem por objectivo esta Conferência empreender, conforme já se aludiu, «novas acções, eficazes e concretas, destinadas a fazer progredir a obra de reforço da confiança e da segurança e de conduzir ao desarmamento» na Europa. Iniciou-se assim em Janeiro deste ano, na cidade de Estocolmo, conforme se determinara no Documento Final de Madrid, um processo cuja primeira fase será consagrada à negociação e adopção de uma série de medidas destinadas a estabelecer a confiança e a segurança na Europa, com o fim de fazer diminuir o risco de uma confrontação militar. E, segundo ainda ali se prescrevia, cobrirão tais medidas o conjunto da Europa bem como a zona marítima e o espaço aéreo vizinho. Serão as mesmas «militarmente significativas, obrigatórias e acompanhadas de formas adequadas de verificação que correspondam ao seu conteúdo». Em nota à disposição respectiva, esclarece-se que o conceito de zona marítima vizinha («adjoining» na versão inglesa) se entende como compreendendo igualmente as zonas «oceânicas» contíguas à Europa.

Os termos em que iria ser redigida a disposição delimitando a área de aplicação das medidas destinadas a desenvolver a confiança e a segurança (CSBM's) revestia-se, para nós, de especial importância, dado o melindre

político que envolvia a eventual exclusão de Portugal insular da zona considerada. Na questão estavam igualmente interessados os Estados Unidos, por causa das bases nos Açores, e obviamente, pela mesma razão, também a União Soviética (1).

O assunto já muito antes tinha sido objecto de um estudo do assessor militar, cujas conclusões, quer no campo político quer militar, haviam merecido concordância superior. O sentido da decisão tomada fora o de que os arquipélagos dos Açores e da Madeira deveriam ser considerados *território europeu.*

Tinha a questão sido levantada aquando da proposta da NATO para alargar a zona de aplicação até aos Urais (em vez dos 250 km para lá da fronteira da URSS, primitivamente estabelecidos), o que poderia levar a que nos fosse pedida, como contrapartida, a inclusão das nossas ilhas atlânticas.

As fórmulas propostas para a delimitação da área em causa variaram desde «continente europeu» a apenas «continente», a «Europa», «território europeu» ou ainda «toda a Europa». Foi esta última expressão («the whole of Europe») que acabou por prevalecer.

Para lá da questão de princípio de que, sendo os Açores e a Madeira parte integrante de Portugal deveriam por esse facto ser igualmente considerados como incluídos na Europa, havia que ter porém em conta os inconvenientes que porventura adviessem da extensão àquelas ilhas das medidas de «segurança» e, sobretudo, da «fiscalização» previstas no Documento Final. As desvantagens que daí poderiam advir traduziam-se não só no perigo encarado do ponto de vista militar, como até num certo melindre que tal ingerência poderia eventualmente produzir nos próprios meios políticos dos dois arquipélagos. Aliás, a sujeição dos Açores e, porventura, da Madeira a tais medidas de notificação e fiscalização não decorriam apenas da sua inclusão na Europa, mas também do facto de se ter expressamente estabelecido que tais medidas cobririam a zona marítima (designadamente oceânica) e o espaço aéreo contíguos ao Continente («voisins de l'Europe», na versão francesa).

Havia, por conseguinte, que encontrar uma fórmula que, não traindo o princípio de que as ilhas são parte integrante de Portugal e portanto per-

(1) Igualmente interessava a redacção de tal preceito à França, por causa da Córsega.

tencentes à Europa, permitisse no entanto evitar, ou limitar, a inconveniência da obrigatoriedade da comunicação por parte das forças militares no arquipélago (e da sua correspondente fiscalização) de todos os movimentos de carácter militar que ali viessem a efectuar-se.

O primeiro objectivo pode dizer-se ter sido alcançado com a fórmula que finalmente veio a ser adoptada — «the whole of Europe» — a qual cobre as nossas ilhas, o que em outras expressões na altura propostas e discutidas não era tão claro, ou poderia prestar-se a tendenciosas interpretações.

O segundo afigura-se ter sido devidamente salvaguardado com a aprovação do «conceito funcional» das manobras aeronavais obrigatoriamente notificáveis, especialmente defendido pela França. Veio com efeito a ser incluída no Documento Final uma disposição que permite retirar parte do conteúdo, porventura negativo, da inclusão das ilhas na área de aplicação das CSBM's. Trata-se do segundo período do parágrafo respeitante à delimitação da zona indicada no qual se condiciona — limitando-a — a aplicação das medidas em causa no que concerne às zonas marítimas e ao espaço aéreo contíguos. Quanto a estes, as medidas, lê-se aí, serão aplicáveis às actividades militares de todos os Estados participantes que se efectuem nessas zonas sempre que tais *actividades afectem a segurança na Europa* e que *constituam parte de um conjunto de actividades que se desenvolvam dentro deste Continente* e que os Estados convenham dever ser notificados.

Não serão portanto as CSBM's aplicáveis, por força daquele preceito, a todas as actividades militares que venham a verificar-se nas zonas marítimas e no espaço aéreo contíguos à Europa (em que eventualmente poderiam incluir-se os espaços ou zonas respeitantes aos Açores e à Madeira). Só o serão se tais actividades fizerem parte de um conjunto de actividades militares que se desenrolem na Europa e desde que afectem a segurança continental. Quaisquer outras actividades que ali venham a desenvolver-se e não estejam ligadas à segurança do continente europeu nem façam parte de outras que aqui tenham lugar não estarão, assim, sujeitas ao regime de aplicação das medidas em apreço.

Esta questão foi largamente discutida e sofreu vicissitudes diversas, desenvolvendo-se toda uma série de argumentos acerca do alcance das várias sugestões e propostas apresentadas, sobretudo dentro do grupo de delegações dos países da NATO. Não se julga porém indispensável fazer-lhe mais pormenorizada referência por contar, agora, tão-somente o resultado

— para nós favorável — que veio a conseguir-se. É um assunto a que no entanto se deverá talvez estar atento para a hipótese de o problema vir novamente a ser levantado, muito embora a natureza do mandato para a CDE, definido no Documento Final, não permita quaisquer derrogações ao que nele ficou determinado.

Prosseguiu portanto a delegação portuguesa, em Madrid, uma actividade já iniciada em Helsínquia, a quel, por um lado, representa a salvaguarda de interesses nacionais de não somenos importância e, por outro, corresponde ao desenvolvimento de uma acção que se insere no quadro geral da nossa política interna e externa e, pode dizer-se, decorrente de princípios fundamentais consagrados na Constituição.

Pelo que diz respeito aos esforços empreendidos pelos 35 Estados participantes da CSCE no sentido de melhorar substancialmente e, se possível, chegar a uma completa normalização das relações Este-Oeste, inscrevem-se os mesmos no espírito que tem vindo a ser por nós proclamado de promover o relacionamento com todos os outros povos, sejam quais forem os seus regimes políticos, sociais ou económicos, as suas ideologias, credos ou raças. O próprio diploma fundamental não deixa de preconizar reger-se o país no domínio das relações internacionais (art. 7.º) pelo princípio da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade, especificando-se no art. 200.º competir ao Governo, no exercício das suas funções políticas, negociar e ajustar convenções internacionais.

A participação portuguesa na obra comum europeia em curso, com o fim indicado, apresenta-se deste modo como um corolário do espírito que tem ditado a nossa política externa nesse sector; decorre naturalmente dos princípios constitucionais; e corresponde ao nosso interesse de vermos instaurado no Continente um ambiente isento de tensões e hostilidades políticas que possa impedir o estabelecimento de relações profícuas entre os dois blocos de nações ou, eventualmente, pôr em perigo a própria paz. É de resto ainda a Constituição que aponta os princípios da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados, da abolição de todas as formas de agressão e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva com vista a assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos — princípios esses que em larga medida inspiraram muitos dos preceitos contidos nos textos até agora saídos da CSCE.

Mas assume papel primacial no documento com que se encerrou a Reunião de Madrid a cooperação no campo humanitário, nele se inscrevendo preceitos relacionados com as liberdades fundamentais, os contactos entre pessoas, uma formação isenta de restrições, etc. E sabe-se o relevo com que tais matérias são igualmente tratadas no nosso diploma constitucional, dispondo-se logo no seu art. 9.º ser tarefa essencial do Estado garantir os direitos e liberdades fundamentais. E em diversas outras disposições se consagram as liberdades de consciência, de religião e de culto (art. 19.º), o direito de cada um exprimir e divulgar o seu pensamento bem como o de informar, de se informar e de ser informado sem impedimentos nem restrições (art. 37.º), a liberdade de os cidadãos se deslocarem dentro do território nacional ou dele saírem e a ele regressarem (art. 44.º), a liberdade sindical como garantia da defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores (art. 56.º), a liberdade de imprensa (art. 38.º), etc.

Como aliás foi sublinhado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Dr. Jaime Gama, na sessão de encerramento da Conferência, há uma inteira compatibilidade entre os princípios consagrados no Documento Final e os proclamados no nosso Direito e seguidos na prática do Estado português. E a relevância que por nós é dada, tanto na lei como na sua observância, justifica que, neste domínio, não nos limitemos a fazer cumprir inteiramente os preceitos respectivos, mas antes prestemos também a nossa cooperação para estender o domínio da sua aplicação a todo o continente europeu.

A. de Paula Coelho

FORMAÇÃO CÍVICA
E COMUNICAÇÃO SOCIAL

A. Rocha Trindade

FORMAÇÃO CÍVICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL (*)

Ao abordar a relação entre formação cívica dos cidadãos e comunicação social, sou obrigado a posicionar-me a jusante desta última, isto é, do mesmo lado em que se encontra todo o público a quem aquela deve servir. E isto porque, estando relacionado apenas com formas muito específicas de comunicação de massas (as que resultam da sua aplicação a problemas de ensino a distância) não me sinto qualificado para tecer considerações de carácter endógeno, no campo técnico ou normativo, sobre os problemas da comunicação social, para além da «leitura» que um qualquer utilizador fará, com maior ou menor sentido crítico.

No entanto, e desde já, é possível encontrar paralelo (para além do que decorra das suas interferências mútuas) entre comunicação social e formação cívica.

Assim, os termos *social* e *cívica* referem-se ao mesmo conjunto de entes humanos; isto é, caracterizam a própria existência de grupos organizados e interactivos, constituindo sociedades de cidadãos de pleno direito. Por outro lado *formação* implica *comunicação*: a existência e sobrevivência de qualquer sociedade eunómica implica, por um lado, um conhecimento completo e generalizado das relações e normas de conduta (traduzidas por direitos e deveres sociais) só garantidas através de mecanismos de comunicação formal ou informal, individualizada ou generalizada, mas necessariamente rápida e fiel.

Note-se no entanto que a formação cívica deve ser prévia à obtenção da cidadania (isto é, a aquisição da situação de direitos plenos no plano individual, alcançada com a maioridade legal) enquanto a comunicação social, salvo em formas algo especializadas que não abordarei aqui, é destinada essencialmente e de facto ao colectivo dos cidadãos.

(*) Comunicação apresentada no Seminário «A Comunicação Social e a Defesa Ncaional», realizado no Instituto da Defesa Nacional de 14 a 18 de Novembro de 1983.

Nestes termos podem enunciar-se rapidamente alguns pontos relativos à formação cívica; seguidamente traçarei em paralelo o quadro daquilo que, como destinatário, considero ser (ou dever ser) característico da comunicação social, procurando em seguida entrosar o que, num caso e noutro, exista de afim ou de complementar, ou o que possa ainda ser considerado incompatível ou antagónico.

1. *FORMAÇÃO CÍVICA*

Objectivo

Formar cidadãos com vista a uma boa inserção, esclarecida, activa e participada, em sociedade eunómica.

Para assegurar a realização deste objectivo será necessário essencialmente:

— Garantir a compatibilidade com as normas de conduta interpessoal indispensável à relação humana.
— Adquirir o conhecimento e compreensão da orgânica, das funções individualizadas dessa sociedade e das regras de jogo imperativas (preceitos legais) em vigor, possibilitando assim o actuar e o movimentar-se sem as infringir.
— Desenvolver e praticar o sentido crítico de tais regras, contribuindo para a sua evolução, na sequência das alterações da própria sociedade.
— Possuir um quadro normativo de valores que permita orientar a própria actuação em situações novas, anómalas, além de em todas aquelas que não se encontrem pautadas formal ou informalmente.

A não verificação destes requisitos, em particular quando a sociedade tenha perdido ou esquecido os seus quadros normativos, ou quando não tenha sabido formar os novos cidadãos quanto ao conhecimento e respeito por aqueles, tem como consequência a desarmonização do funcionamento colectivo, por um lado, e a desinserção social, com degradação das relações interpessoais, por outro. Apresentam-se como exemplos sintomáticos desta situação, que parece ocorrer em Portugal, frases que facilmente se imaginam como ditas:

— O que é meu, é meu; o que é teu também é meu.
— Já estou a fazer muito para o que me pagam.

— Os fins justificam os meios.
— Não lhe diga o que eu disse dele.
— Não lhe pago porque não tenho dinheiro — nem vou ter.
— O meu chefe é uma besta.
— O mais importante nestas coisas é não ser apanhado.
— Só posso resolver o seu problema com muito, muito boa vontade.
— Quanto pior, melhor.

Pode finalmente acontecer que, em bloco ou em relação a sectores não despiciendos do grupo humano considerado e por razões de alinhamento ideológico, não se deseje (ou até que se combata) a eunomia social, procurando-se atingir, através de um estado crescente de tensão e de multiplicação dos conflitos, uma situação anárquica conducente à remoção do poder instituído, dos seus órgãos e dos seus quadros normativos, por via revolucionária. Obviamente estaremos neste caso perante um conflito ideológico radical entre um passado/presente e um futuro outro, aparentemente não compatível (pelo menos na opinião de alguns) com uma evolução natural ou deliberadamente reformista da sociedade.

Meios e instrumentos

A formação cívica quase se confunde com o próprio processo de enculturação que leva cada criança até ao estado adulto e, deste, até ao fim da sua vida, integrando normas, gostos, hábitos, capacidades, conhecimentos e experiências, referentes a todos os compartimentos do quotidiano: vida familiar, estudantil, profissional, cultural, social e política; junte-se ainda tudo o que possa ser considerado como herança de gerações anteriores e que, em todo o conjunto alargado rapidamente descrito, se traduz por uma identidade social.

Ao longo de todo este processo de aquisição e de integração de dados determinante daquela identidade, a formação ou educação cívica aparece como a pauta das relações interpessoais e colectivas. Existem espaços e instrumentos privilegiados, em sequência ou concomitantes, capazes de assegurar aquela formação e cujas características e funções passarei rapidamente a descrever.

Educação familiar

Neste espaço (por vezes restrito devido a uma crescente participação das mulheres em actividade profissional exterior à casa, devido ainda à exiguidade crescente da habitação familiar, que impede a coabitação com a geração anterior, reformada e disponível), é assegurada a primeira fase da formação dos futuros cidadãos, através do ensinamento do que é bom e do que é mau, do que se deve e do que se não deve fazer:

— Não se faz isso que é feio.
— Um homem não chora.
— Porta-te bem!
— Quem escreveu na parede do quarto?
— A quem diz mentiras caem-lhe os dentes.
..... etc.,

além do infelicíssimo, mas tradicional «se te portas mal, chamo o polícia»...

Uma boa parte da educação processa-se ainda através da tradição oral: pelas fábulas (A Cigarra e a Formiga ensina a previdência e o trabalho, castigando a leviandade); pelos provérbios e os ditos distinguem-se virtudes de defeitos e, aqui, de forma mnemónica quase indelével. Assim:

— Com «água mole em pedra dura» se ensina a paciência;
— Com «grão a grão» a previdência;
— «Quem o alheio veste» e o «Mais depressa se apanha um mentiroso» ensinam a integridade;
— «Deitar cedo e cedo erguer» educa para uma disciplina de vida.

Educação escolar

Paralela ou seguidamente à educação familiar, o processo de socialização alarga-se às relações com indivíduos de igual estatuto e idade e com outros que, além dos adultos da família, detêm o poder de mandar e de impor, quando do ingresso numa vida escolar, desde o ensino infantil até aos vários graus do ensino escolar e académico.

Neste âmbito, e até por uma questão de sobrevivência organizativa da instituição escola, a criança (e, futuramente, o jovem) convive com grupos numerosos de classe etária idêntica ou vizinha, meio em que é compelido a estabelecer um relacionamento social e onde, através de um processo nem sempre isento de dor, aprende a respeitar os interesses de outrem e a compatibilizar-se com um colectivo. Aprende as diferenças do meio de origem, reconhece desequilíbrios em capacidades, diversidades de hábitos e de personalidades, autodefine-se numa relação recíproca eu ⟷ outros.

Através da relação, esta assimétrica, que estabelece com os professores e com o restante pessoal adulto da escola, por via do exemplo e da acção disciplinar, adquire capacidades de organização e de método, hábitos de higiene, arranjo pessoal, correcção de linguagem e de atitudes; finalmente, integra conhecimentos que vão das ciências de base a um saber dizer e ao «saber fazer» tanto como, em níveis superiores, até, conhecimentos artísticos, literários, sociais e culturais.

É este um terreno privilegiado, enquanto a criança e o jovem ainda se encontram em fase de modelação da sua personalidade, para assegurar a formação cívica do futuro cidadão. É nele que deverá ser explicada a complexidade da organização social, ser transmitida a estrutura organizativa do Estado e incentivada uma participação futura, activa e esclarecida, na própria construção da sociedade que o insere. Ainda, de maneira indispensável, deve na escola constituir preocupação permanente e generalizada a formação moral e ética do futuro cidadão, sobretudo se nos libertarmos (e refiro-me a nós, adultos responsáveis) dos fantasmas que ainda nos afligem, reconhecendo que a moral e a ética, e em particular a disciplina, a honradez, a verticalidade, a lealdade e a nobreza do trabalho bem feito, são valores permanentes em qualquer sociedade civilizada e não manias de ditador defunto.

Educação e aprendizado profissional

Em situação de inserção no meio profissional ou em preparação para esta inserção em regime de simulação ou estágio, alteram-se uma vez mais os actores sociais em presença: o jovem ou o adulto vê-se confrontado com relações de tipo diferente, em que as funções se encontram articuladas em diversos níveis hierarquizados e em que o trabalho frequentemente resulta da contribuição individual dos vários membros de uma equipa. A relação

do estagiário com a empresa ou organismo é laboral, relação essa formalizada através da atribuição de um salário; o jovem encontra-se ainda perante relações de subordinação hierárquica e de outras, de diferente tipo, entre colegas.

As normas, formais e informais, deste relacionamento com chefes, subordinados e colegas, têm de ser apreendidas e exercitadas: a cortesia, o respeito mútuo, a cooperação, além das qualidades propriamente ditas de trabalho, resumidas em competência e diligência, devem ser consideradas como exigíveis.

Esta asserção é verdadeira, contrariamente ao que alguns possam pensar, independentemente de regimes ou de ideologias políticas; e o existir quem pense contrariamente talvez seja o sintoma de que a formação cívica dos cidadãos não esteja a ter, entre nós, os cuidados que merece.

Mecanismos informais

Não sendo a descrição até agora feita, de natureza exaustiva (não inclui, por exemplo, a formação cívica que ocorra no âmbito da prestação do serviço militar obrigatório: lembremos que, pelo menos, metade da população não terá oportunidade de a receber), apenas enunciarei alguns mecanismos informais ou áreas propiciendas de uma educação cívica num contexto de quotidiano.

Assim, a tendência gregária, característica do género humano, conduz à formação de associações determinadas por comunidade de interesses: de índole recreativa, desportiva, cultural, beneficente, política. Para além dos estatutos que as formalizem, as relações interpessoais são caracterizadas por um «estilo» decorrente de uma ética subjacente.

Acontece porém que tal «ética subjacente» é esquecida ou deliberadamente integrada; assim se encontram situações *contra qualquer tipo de ética* e que, por não constituírem infracção estatutária, não parecem ser dignas sequer de denúncia ou reprovação. É no terreno político — já que a política é afinal o espelho da vida e do *estado* de uma sociedade — que estes pequenos (ou até grandes) atropelos mais frequentemente se tornam visíveis, assistindo-se hoje ao desdizer do que ontem se disse, ao apoiar do que se combateu, ao desbocar publicamente quando se deveria fazê-lo em sede própria, ao fazer e desfazer de amizades, de lealdades ou de compromissos.

Mesmo sem formalização associativa, formam-se grupos e conjuntos de relação, por vezes apenas baseados na circunstancialidade do momento ou no acaso da vizinhança. Será indício dessa enfermidade cívica a nossa tendência para o saborear do escândalo, para o veicular do boato, para o exercitar do mal-dizer? Num engarrafamento de trânsito, num desafio de futebol, à espera de atendimento num «guichet», entre portas de vizinhos ou à mesa de um café, detectaremos muitas ocasiões em que a carência de formação cívica, traduzida quanto mais não seja pela ausência de cortesia, diariamente se manifesta.

E não se pode esquecer, até porque constitui parte integrante do objecto agora tratado, qual o papel que deveriam ter, no exercício dessa formação e no perfazer de tal educação, os meios de comunicação de massas, do livro ao cinema, à rádio, à televisão e à imprensa diária ou periódica: tente avaliar-se a sua acção (embora de maneira algo restrita) no que respeita ao papel que, naquele domínio, poderiam e deveriam desempenhar.

2. *COMUNICAÇÃO SOCIAL*

Relembro que abordo este tema com a visão e a mente situadas do lado de quem recebe, imaginando aquilo que, sendo público, entendo poder encontrar como objectivos, carcterísticas e orientação, por parte daquele sector de actividade e dos meios que a corporizam. Restringirei ainda mais as minhas opiniões aos por vezes chamados *grandes meios* de comunicação, como a rádio, a televisão e os jornais; isto pelo particular impacto que os caracteriza. No caso dos jornais, deixo de lado os que veiculam o escandaloso ou o anormal como única razão da sua existência e ... os jornais partidários (a vizinhança é fortuita). Os primeiros porque se destinam, tal como os filmes pornográficos, a um público restrito, ele próprio caracterizado por alguma anormalidade; os segundos, porque visam o acompanhamento ideológico dos seus próprios correlegionários (e só estes os lêem), não sendo por isso representativos dos jornais destinados ao chamado grande público.

Objectivo

No meu entender, a função da comunicação social — para além das de servir de entretenimento, de simples troca de ideias mais ou menos gra-

tuitas e inócuas com e entre o público (quando suficientemente interactiva) — é a de informar e ajudar a formar opinião.

Ainda, no meu entender, e sujeitando-me a toda a controvérsia possível, existe uma ética de informação (pondo de lado as contribuições voluntárias de não profissionais, cuja selecção cabe na competência e arbítrio do Director) que exige a satisfação de alguns requisitos, tanto para a informação factual, como para o comentário ou artigo de opinião, editorial ou artigo de pesquisa.

Informação factual:

Uma vez que as notícias veiculadoras desta informação se apresentam como verdadeiras, isto é, descrevem univocamente factos realmente ocorridos, elas devem apresentar as características seguintes:

— Verdade.
— Clareza e exactidão: caso contrário podem induzir em erro, conduzindo a uma leitura tão deturpada como numa notícia falsa.
— Globalidade: a notícia deve encerrar todos os elementos de informação necessários à correcta interpretação do facto descrito. Uma violação típica desta regra é a da citação truncada ou retirada do contexto em que a afirmação citada foi proferida, tornando-a incómoda, deslocada ou chocante.
— Relevância: existe um equilíbrio justo quanto à importância relativa a dar a várias notícias possíveis numa mesma ocasião. Lembremos que há notícias que não faz sentido que apareçam, como o saber-se que fulano comprava gravatas caras...
— Lealdade: é possível tratar deslealmente qualquer pessoa, dando dela uma imagem negativa. Desde o filmar de perto com uma objectiva de foco curto, distorcendo-lhe as feições, como o captar uma expressão menos simpática, como ainda o utilizar a capciosidade da pergunta para provocar o embaraço do entrevistado, tudo isto são técnicas que não dignificam o profissional da informação que as utilize.
— Isenção: toda a notícia, mesmo factual, pode sofrer entorses à sua isenção; aliás, até a própria escolha e número das notícias que se inserem podem ser a sua negação. Ou seja: a selecção tendenciosa de notícias de carácter negativo em relação ao Poder instituído é

digna dos veículos oficiais dos partidos da Oposição, tal como a inversa caracterizaria a dos jornais partidários da Situação.

— Indicação do grau de segurança: um jornal que se respeite deveria procurar reduzir, ao mínimo, as notícias erradas que transmite. Para não me deter sobre a situação ridícula (mas não tão infrequente como isso tudo!) do jornalista ausente que «fabrica» o relato de uma reunião que afinal se não realizou, existem formas correctas de indicar ao leitor que uma dada notícia acabada de receber pode ser errónea ou incompleta. «Le Monde», que nesta matéria usa de excepcionais cuidados, utiliza frequentemente a expressão «Segundo informações que ainda não pudemos confirmar», seguindo-se o uso de todos os verbos no condicional. Na mesma linha, esperemos que um dia os jornalistas portugueses se habituem a tentar confirmar junto dos próprios interessados as notícias que os referem e que muitas vezes são destituídas de fundamento.

— Objectividade: para simplificar, defini-la-ei como contrária à adjectivação e à utilização de signos fortemente conotados ou carregados de conteúdo emocional.

Não quer isto dizer que a notícia deva ser totalmente neutra, tanto na essência como na forma ou nas implicações. Seria impossível consegui-lo totalmente, mesmo que o jornalista o desejasse. Mas há abusos: uma leitura sistemática que fiz de todos os jornais diários e semanários publicados em Lisboa e destinada a este fim, permitiu-me (como permitirá a quem quer que se dê a esse trabalho) detectar sérias discrepâncias de significação, por exemplo, entre os títulos e subtítulos utilizados. A contabilização simples dos termos de conotação positiva *versus* negativa aí empregues mostra facilmente as tendências subjacentes; a utilização de técnicas de análise de conteúdo forneceria resultados ainda mais interessantes.

A conclusão que tiro é a de existir uma certa confusão entre notícia e artigo de opinião, misturando uma e outra, camuflando diferenças entre matéria de facto e matéria de opinião.

Artigo de Opinião ou de Pesquisa, Comentário, Editorial:

As regras de jogo são, aqui, manifestamente diferentes das da notícia factual. Por via destas contribuições o órgão de comunicação procura dar

a compreender mais do que o simples conhecimento de um facto isolado: a sua ligação a outros factos e a interpretação global que deles se possa inferir; a tentativa de previsão do que do conjunto poderá advir, quiçá traçando cenários alternativos do futuro. Noutros casos toma posição, declaradamente, em relação a determinado problema, emitindo uma opinião clara que procura justificar. Do factual passa-se ao juízo de valor, talvez severo, talvez polémico; mas assinado, ou sinalizado, o que responsabiliza o seu autor em relação às posições que toma.

Nem por isso devem deixar de verificar-se os requisitos que assinalei para os noticiários propriamente ditos; mas acrescentaria a necessidade de *explicar e situar* completamente as opiniões emitidas; e da *abertura* em relação a opiniões divergentes, aventadas pelo próprio articulista, ou, pelo menos, apontadas como hipótese — daqui decorrendo ainda a possibilidade de outros poderem vir a exprimir-se nessa mesma tribuna.

No que respeita à linguagem utilizada, há um mínimo de regras a respeitar: se é admissível que um jornal faculte o seu espaço a um autor verrinoso e violento, já se concebe mal que *todos* os colaboradores adoptem esse estilo. E isto porque é necessário não esquecer que o jornalista ou redactor está numa posição fortemente assimétrica em relação ao público: para este, ele é instintivamente considerado como alguém que conhece bem o que afirma, como um especialista; quase como um professor — mesmo que o jornalista se tenha limitado a transcrever truncadamente e a interpretar mal uma notícia que lhe veio às mãos, sobre assunto de que ignore quase tudo (esta última situação não é infrequente, devido à raridade em Portugal de jornalismo especializado).

O público acredita no que lê, ouve ou vê nos órgãos de comunicação de massas: não é raro que se oiça, como fecho de uma discussão, o último argumento «Mas olhe que foi dito na televisão».

Na realidade, os órgãos de comunicação social comunicam *unilateralmente* na maioria dos casos. E ai de quem se atreva a discordar: à réplica do interessado segue-se quase inevitavelmente uma violenta tréplica da redacção demonstrando, quanto mais não seja, um total desrespeito pelo direito de discordar...

Ora, em que medida os meios de comunicação desempenham efectivamente o papel pedagógico que o público inconscientemente lhes atribui? Em que medida é que se aprende pelo jornal, ouvindo a rádio, vendo televisão?

Não se aprende certamente a redigir e a falar com correcção. No tocante aos jornais, se exceptuarmos alguns nacos de boa prosa em artigos especializados — que o público sem interesse no tema não lê em geral — verifica-se que a qualidade de redacção das notícias está abaixo do admissível. Por curiosidade e para ilustrar o ponto que mencionei, transcrevo uma notícia lida num jornal vendido em Lisboa:

> «A possibilidade de caírem hoje intensos aguaceiros continua a existir. A situação mantém-se propícia aos aguaceiros intensos e as abertas que se registaram durante a manhã não devem criar falsas esperanças. No entanto, não se sabe onde poderão ocorrer os aguaceiros, pois a localização destes fenómenos é muito difícil. O facto de a maior intensidade de chuva se ter verificado na região de Lisboa não dá qualquer pista para a previsão do local onde se abaterão os aguaceiros previstos para hoje.»

No respeitante à Televisão, desde a pronúncia incorrecta de muitos vocábulos estrangeiros de uso relativamente corrente, ao assassinato diário do Português, que deveria ser exemplar na boca dos locutores, de tudo se encontra.

Poder-se-á contudo ainda perguntar: servirão os órgãos de comunicação para conhecermos melhor o mundo em que vivemos? Tenho dúvidas.

Fala-se da visita de um ministro do Benin: não se indica onde fica, quais as afinidades culturais com a Guiné, o que existe em Portugal de riqueza em Arte de Benin; nem um mapa, nem um esclarecimento; nada. Para dar a notícia de tal modo, não valia a pena.

Senghor vem a Portugal: que interessa Senghor a Portugal? Não se diz.

Há guerra no Líbano, combates em Tripoli; retirada de israelitas abaixo de certo rio; digladiam-se chiitas e cristãos. Não se representam num mapa os pormenores geográficos, não se diz quem são os Xiitas, os drusos ou os sunitas. São apenas nomes atirados ao acaso, como poeira para os olhos do público, não mais ilustrado nem mais esclarecido depois de ler o Jornal.

Se abordarmos a política nacional, falemos de três problemas: Vizela, que quer ser município e não é; a opção nuclear; a questão das pescas com a Espanha.

No primeiro caso: que razões tem Vizela para querer ser município e Guimarães para com isso não concordar? Trata-se de inimizade entre

terras, de luta de prestígio entre personalidades ou de afrontamento partidário mal escondido? Como se compara Vizela em termos de área, população, rendimento bruto e infra-estruturas com algumas terras que são municípios e com outras que o não são? O mistério subsiste aos olhos do leitor...

Quanto à opção nuclear, poderia ter alguma utilidade colher, além das opiniões de políticos e de intelectuais, as dos técnicos e especialistas; citar os países que têm desenvolvido programas de instalação de centrais nucleares nos seus territórios; e, sobretudo, não misturar, de maneira desonesta ou apenas por ignorância, energia nuclear com bombas atómicas ou com mísseis estratégicos...

Quanto ao problema das pescas, não seria altura de o público ser informado das exactas razões do desacordo, nomeadamente no que respeita ao problema do reconhecimento (ou não) dos direitos «históricos» dos espanhóis a pescarem nas nossas águas, direito que passaria a ser integrado quando da adesão dos dois países à CEE?

Se passarmos destas questões, mais curialmente do foro da imprensa escrita, ao domínio específico da televisão, encontramos um estilo algo peculiar no caso português. E referir-me-ei apenas ao sector informativo, deixando em claro o que se passa nos outros sectores da programação.

Consideremos em primeiro lugar o telejornal, que se articula, na generalidade, em: notícias do País e do estrangeiro; os desportos; e o tempo que vai fazer.

Quanto às notícias do País, notar-se-á que revestem duas características apenas:

— notícias de instituições;
— notícias de «encontros com mesa».

Das notícias de instituições, ouvimos o que se passa com os membros do Governo, fala-se das suas deslocações, das suas opiniões; do que se passa com a Assembleia da República, com o PR, os chefes ou subchefes dos partidos; com os sindicatos e associações patronais.

Aquilo que designei por reportagens dos «encontros com mesa» abarca o congresso, o colóquio, o encontro, o curso, a jornada, o seminário, a conferência, o debate. Cenário: uma sala com uma mesa de honra, com os dizeres atrás, identificando o acontecimento. Técnica de reportagem: vista geral da mesa, com o ruído de fundo e o locutor da televisão em *off*;

vista geral da sala, com grande plano das personalidades que o «cameraman» conhece de vista (quando não conhece, detem-se sobre um cavalheiro com ar inteligente ou sobre uma cara bonita de mulher); volta-se depois a focar a mesa, detendo-se a câmara agora sobre a pessoa que o «cameraman» conhece e com quem combinou a reportagem; fecha com 15 segundos de palavras dessa pessoa, gravadas após a sessão e ... na sala do lado.

Diga-se: só se fazem reportagens do exterior com hora marcada.

Temas de interesse humano, entrevistas a pessoas que não sejam «importantes»: nada.

Referindo-me agora aos noticiários das regiões, a situação é pior ainda: vemos imagens bonitas, ouvem-se palavras que apresentam uma terra ou uma paisagem. Depois, ficamos à espera de ver as pessoas que vão protestar porque a ponte é estreita, porque a estrada tem buracos, porque o palácio está em ruínas, porque a terra não tem o pavilhão gimnodesportivo ou o centro médico de que precisa. Alguém se encarregará de concluir que «O Estado devia fazer ... devia dar dinheiro ..., este estado de coisas tem de acabar ... etc. etc.»

Assim os noticiários das regiões tornam-se, cada vez mais, no espelho da choradeira nacional e na apologia do Estado-providência ...

Há tempos (já há mais de um ano) lembro-me de ver uma reportagem sobre o Norte em pleno inverno. A neve nas árvores e nos telhados, a geada no chão. Um círculo de pessoas lamenta o rigor da invernia. Em dado momento, o autor da reportagem foca uma mulher que chora e grita, em jeito de carpir o passamento de um ente querido: as culturas perdidas, o solo gelado, o prejuízo, o Estado que não dá subsídio. Quase me comovi ... até ver, em segundo plano, duas caras que se sorriam abertamente (todos os anos, em Trás-os-Montes, há neve e gelo no inverno; o telespectador estava a ser manipulado ...).

A televisão, como os jornais, têm muito que aprender com a Rádio. Esta soube criar um espaço de dinamismo, de bom humor, de actividade constante e esforçada. Através do telefone, o público interage com os programas; por via dos carros móveis, criam-se espaços de convivência espontânea e franca. Ao estilo pomposo e «institucional» da televisão opõe-se a linguagem aberta, simpática (nem sempre correcta, é certo — mas não se pode ter tudo ...) da rádio; apercebemo-nos que muitos programas são, neste meio, feitos «sobre o joelho», improvisados, seguindo o sabor do imprevisto; o que lhes confere, sem dúvida, uma dinâmica incomparável.

E afinal, leva-nos a poder concluir algo que considero muito significativo: quem veja os noticiários na televisão ou quem leia os nossos jornais, só pode concluir que os portugueses são um povo traumatizado, pessimista, supercrítico, resignado, perdido... Porém, ouvindo a rádio, tem-se uma imagem diferente, mesmo muito diferente.

Qual dos dois reflexos espelha a nossa verdadeira imagem? Penso que podemos decidir: enquanto em Portugal existe uma boa e longa tradição de rádio, com bons profissionais que continuam ao serviço, ou com mais jovens que são formados numa sólida «escola» de experiência aplicada e enquadrada, sendo os menos bons expurgados por via do desagrado do público auditor, que efectivamente *interage* com o meio radiofónico — quer o jornal, quer a televisão, não são meios suficientemente *abertos*: pelo contrário, fecham-se sobre si mesmos, ignoram olimpicamente os desejos e os gostos do público; cercando-se de pompa e de circunstância, visando os públicos intelectualizados ou politizados a quem abrem, selectivamente, as suas portas, afastam-se afinal do verdadeiro sentir de um povo que não é triste, que não é pessimista, que não é masoquista.

Se considerarmos que os meios de comunicação social devem ter em conta a generalidade dos cidadãos, o seu sentir e os seus anseios; se considerarmos que devem contribuir para a sua formação cívica, ou compatibilizar-se com ela; verificamos que estamos, na generalidade, a enveredar por maus caminhos.

É demagógico assumir, por empréstimo, a «indignação» do público, ao ver aparecer um corpo nu na televisão, em hora de grande audiência; isto quando ninguém se preocupa em evitar às nossas crianças as imagens sangrentas de corpos destroçados pela guerra, à hora do telejornal. É errado — e perigoso — que os jornais sejam espelho manipulador de negativismo, de pessimismo, de intriga, de maledicência política, como se no nosso dia-a-dia nada pudesse acontecer de positivo. É falso considerar que o público em geral se confunde com uma classe política ou intelectual, cujas questiúnculas o deixam frio...

Conclusão

1. A formação cívica é um processo de características permanentes, em que tão importante como educar, informando e esclarecendo, abrindo

horizontes de debate e de opção, é *não deseducar*, não desenraizar os Portugueses da sua Pátria, não os desencorajar do seu futuro.

2. Neste processo de formação das novas gerações, em que as mais velhas têm de participar plenamente, sem rupturas nem alienações, é necessário incrementar a análise dos problemas portugueses, proporcionando a criação ou o desenvolvimento de espaços e oportunidades de diálogo, de estudo, de debate e de decisão democrática.

3. Em cada profissão, como no restante da vida quotidiana, há lugar para uma reflexão sobre as nossas atitudes, acções, relações e iniciativa, procurando vocacioná-las para a construção de uma sociedade e não para a sua destruição.

4. No que respeita aos órgãos de comunicação social, deve-se considerá-los em primeiro lugar como meios de desempenho de um serviço público, em que o *público*, no seu sentido mais alargado, seja realmente *servido* por esses órgãos.

5. Para tal, é necessário melhorar a qualidade da produção, em particular no tocante ao respeito por uma ética de comunicação social, por vezes manifestamente ausente.

6. Ainda, é indispensável o alargamento do leque de motivações e de focagem dos temas abordados, de modo a despertar, não só o interesse de um público mais alargado, como incentivando-o para uma participação mais activa nos problemas do País.

7. O «diálogo» entre o público e os órgãos de comunicação tem que se tornar possível nos casos (frequentes) em que o não é.

Em síntese: Tentemos, cada um, contribuir para a construção de um Portugal melhor, para os jovens que o vão herdar.

Novembro de 1983.

A. Rocha Trindade

LES RELATIONS FRANCO-PORTUGAISES ET LEURS PROBLÈMES LES PLUS ACTUELS

António de Siqueira Freire

LES RELATIONS FRANCO-PORTUGAISES ET LEURS PROBLÈMES LES PLUS ACTUELS

Le Ministère des Affaires Etrangères a bien voulu me charger de la responsabilité et du privilège de vous présenter ce matin quelques considérations sur les relations franco-portugaises et leurs problèmes les plus actuels.

Malgré l'ampleur et la complexité du sujet j'essayerai d'être bref pour respecter l'horaire établi et pour nous donner le temps de développer ou de mieux préciser par le dialogue les points que dans mon exposé vous jugerez éventuellement plus dignes d'intérêt.

Les attaches d'ordre personnel et professionnel qui me lient à la France (où j'ai passé en tout plus de sept ans de ma carrière diplomatique) m'aideront, je l'espère, à ne pas trop vous decevoir.

Je commencerai par un court apperçu général de la matière. Je poursuivrai ensuite par l'analise par secteurs des divers problèmes qui forment la trame essentielle des relations franco-portugaises, en réservant naturellement une place particulière aux aspects militaires et de défense. Je concluerai mon exposé avec une référence à la nouvelle dimension des relations franco-portugaises dans la perspective européenne que leur apportera la prochaine adhésion du Portugal aux Communautés.

*
* *

Pour saisir la vraie portée des relations franco-portugaises il faut en effet les situer dans leur encadrement global, lequel détermine la valeur rélative de chaque composant, explique le climat qui les entourent et suggère le traitement qui mieux leur convient.

(*) Conférence prononcée à l'«Instituto da Defesa Nacional», le 15 juin 1984, à l'occasion de la visite au Portugal du Centre des Hautes Études Militaires, de France.

Il y a tout d'abord la longue continuité historique de ces relations où les convergences des intérêts politiques, économiques et culturels dominent largement par rapport aux rares périodes d'opposition ou de conflit.

Cette continuité s'amplifie aujourd'hui quand nous constatons l'évolution très nette vers la diversification et l'approfondissement des rapports franco-portugais et la progressive tendance à situer la France dans une position chaque fois plus prépondérante dans presque tous les secteurs de la problématique générale des relations extérieurs du Portugal.

Qu'il nous suffise de mentionner le rapprochement politique naturel des deux pays les amenant à des points de vue très proches sur les grandes questions internationales (je pense notamment aux rapports Lest-Ouest et à l'Afrique), la riche et vaste réalité humaine et sociologique qui est la présence actuellement en France de près d'un million de Portugais immigrés, le rôle fondamental des relations culturelles, l'importance croissante des échanges commerciaux, des investissements français au Portugal et de la coopération industriellle et technologique existante et à developper entre nos deux pays y compris dans le domaine des industries militaires.

Ayant ainsi décrit en deux ou trois traits les grandes coordonnées des relations franco-portugaises, je passe maintenant à l'analyse par secteurs des problèmes les plus importants de ces relations à l'heure actuelle. Le terme «problème», dans la mesure où il peut évoquer surtout l'idée de «contentieux», n'est d'ailleurs pas le plus juste pour traduire ce qui se passe dans la problématique des rapports franco-portugais. En effet, et je dis cela par expérience vecue, même quand au départ il n'y a pas coincidence de points de vue ou d'intérêts concrets ou devant la complexité de la situation en débat, on ne cherche pas à s'en sortir au dépens de l'autre, mais par voie de consensus, de compréhension et de confiance mutuelle. C'est cela l'esprit qui inspire les relations entre nos deux pays et qui leur permet, à juste titre, de s'avouer amis et de s'assumer plutôt comme partenaires que comme concurrents.

Ayant fait cette confidence, je me sens plus à l'aise pour entrer sans craintes ni arrières-pensées dans le vif du sujet.

*
* *

Je commencerai le deuxième grand chapître de mon exposé, par une question de nature opérationnelle et liée à la problématique africaine sur

laquelle, comme j'ai déjà eu l'occasion de le signaler, on a des points de vue globalement convergents. Je me réfère à ce que l'on appelle la coopération tripartite ou triangulaire en Afrique et spécialement dans les pays africains d'expression officielle portugaise. Il s'agit, il faut le reconnaître, d'un sujet sensible où interviennent d'un côté les légitimes droits et susceptibilités des pays africains eux-mêmes et de l'autre un certain nombre de difficultés objectives dont celles de passer du niveau de la formulation des objectifs à celui de la réalisation sur le terrain et du niveau gouvernamental à celui des agents économiques. Le besoin de trouver des projects, où la complementarité et l'équilibre naturel des participations surpassent les préoccupations de la concurrence, est un autre élément important du problème.

Sans mettre en doute la volonté mutuelle de coopération franco-portugaise dans ce domaine (deux projects en exécution au Moçambique, dans le secteur ferroviaire, en fournissent la preuve) l'on peut regretter que les contacts et réunions entre délégations des deux pays n'aient pas donné des résultats plus étendus. Et cela d'autant plus que l'on constate des développements favorables en ce qui concerne plusieurs autres pays, comme l'Autriche, l'Italie, les pays scandinaves, et de bonnes perspectives en ce qui concerne également l'Allemagne Fédérale, la Bélgique, le Luxembourg et même les États Unis.

J'ai personnellement le sentiment qu'il ne serait pas inutile de revenir à l'idée de convenir entre la France et le Portugal une sorte de protocole établissant les grandes lignes d'orientation en matière de coopération tripartite. Cela contribuerait certainement à dynamiser les choses, tout en évitant de possibles susceptibilités sur les intentions des uns des autres, notamment dans les domaines des actions culturelles.

*
* *

Je passe maintenant à un secteur des plus importants et très complexe, celui de l'immigration portugaise em France. Il n'échape à personne la portée sociologique et donc culturelle et politique, de cette réalité récente dans la dimension qu'elle a prise, dans les relations franco-portugaises et dans le rapprochement des deux pays.

Je me limiterai ici à constater qu'il s'agit de la communauté étrangère la plus nombreuse et dont les membres se distinguent avant tout par un

double comportement, je veux dire, attachement à l'identité d'origine (d'où leur préoccupation constante et légitime de voir assurer l'enseignement de la langue portugaise à leurs enfants) et désir conscient et facilité naturelle d'adaptation à la société d'accueil et à l'environnement français dont ils respectent les valeurs. Et cela allant de pair avec un engagement actif dans la vie économique locale par le travail et largement par le travail spécialisé.

Le pourcentage élevé de céllules familiales, le grand nombre des enfants, l'équilibre raisonable entre le nombre des hommes et celui des femmes, constituent de puissents facteurs d'équilibre social et psycologique. Il n'est donc certainement pas par hasard que l'on retrouve chez les Portugais le niveau le moins élevé de chaumeurs parmi les travailleurs étrangers, aspect que je tenais à souligner à l'heure où la crise force les autorités françaises à promovoir le retour volontaire des immigrés à leurs pays d'origine.

Les accords franco-portugais sur la sécurité sociale et sur l'immigration (la comission mixte de ce dernier vient tout juste de se tenir à Paris) constituent ainsi des instruments essentiels de l'amélioration de la situation dans ce domaine dont l'évolution pèse fatalment sur l'appréciation globale de l'état des relations franco-portugaises.

*
* *

Un autre domaine dont la portée n'échape non plus à personne est celui des relations culturelles. Et là je commencerai par souligner notre préoccupation en ce qui concerne l'enseignement du portugais en France, non seulement en tant que langue de l'immigration (1) mais aussi comme langue vivante parlée aujourd'hui par plus de cent millions de personnes, dans sept pays d'expression officielle portugaise, en Europe, en Afrique, en Amérique Latine et dans quelques coins de l'Asie, s'étendant sur plus de dix millions de kilomètres carrés.

Demander à la France un effort dans ce domaine ne nous semble pas hors propos car c'est, au fond, demander une sorte de contrepartie à l'acceuil si répandu et chalereux dont jouissent au Portugal la langue et la culture française.

(1) La prise en charge par le Portugal en France de larges centaines de professeurs de portugais au niveau du primaire essaye d'y pallier.

Mais la culture étant par définition un immense sujet, je dois souligner encore l'existence d'un accord de coopération culturelle, scientifique et technique, instrument privilegié de promotion de toutes sortes d'actions et d'initiatives. Lors de la visite à Lisbonne, à l'Automme dernier, du ministre français de la culture, l'accent fut mis sur la volonté de mettre en relief la spécificité des relations culturelles franco-portugaises et d'établir quatre grandes lignes d'orientation pour la coopération culturelle, c'est à dire, la mise au service de la culture de nouvelles technologies de communication tenant compte de leur insertion dans le monde latin et en particulier dans le domaine audio-visuel; régionalisation des échanges culturels; valorisation du potentiel humain et culturel de la communauté portugaise en France; reconnaissance de l'appartenance du Portugal et de la France à la communauté euro-méridionale avec extension à l'Afrique et au tiers monde. À cette occasion les ministres se sont félicités de l'ouverture prévue de l'Institut Franco-Portugais de Lisbonne.

*
* *

Pour ce qui est du volet des relations commerciales, on constate également son ampleur car la France est traditionnellement le quatrième fournisseur du Portugal (après les États-Unis, l'Allemagne Fédérale et le Royaume Uni) et, ayant été pendant longtemps notre troisième client, en est devenu le deuxième (avant l'Allemagne Fédérale, l'Angola, les États-Unis). La balance commerciale traditionnellement favorable à la France (ce qui est naturel) a vu cependant s'améliorer progressivement pour le Portugal le taux de couverture des importations par les exportations à tel point qu'en 1983 ce taux s'est établi autour des 96%. Par ailleurs la balance des transactions courantes présente toujours un solde positif pour le Portugal, grâce aux investissements français dans notre pays, à l'apport des protocoles financiers, aux progrès du mouvement touristique français vers le Portugal, aux envois des immigrants.

*
* *

En ce qui concerne les investissements, la France occupe aussi une position prépondérante. Ainsi en 1983, elle prend la première place (en raison

essentiellement des investissements liés aux projets Renault et Somincor) avec 20% des investissements globaux de la CEE lesquels ont plus que triplé en 1983, passant de 2,6 à 8,5 milliards d'escudos.

Traditionnellement les préférences françaises vont aux industries métalo-mécaniques, aux équipements et matériaux de transports, aux industries métallurgiques de base, à l'hôtélerie, aux opérations immobilières et au secteur agricole, sans oublier les projets de mise en valeur des ressources naturelles.

Nous souhaitons, d'ailleurs, voir la France augmenter son implantation et sa coopération industrielle dans des secteurs des composants et accessoires pour les automobiles, dans les industries électro-mécaniques, pharmaceutiques, agro-alimentaires et du tourisme. Nous connaissons, par ailleurs, le désir de la France de participer aux initiatives que le Portugal sera amené à prendre dans le domaine des industries de pointe et dans les technologies dites d'avenir (aéronautique, energie nucléaire, télématique, etc) (2). Et cela dans la perspective de l'indispensable engagement des pays de l'Europe, dont le Portugal et évidemment la France, aux défis de la troisième révolution industrielle, là où précisément le manque de dimension continentale et de matières premières en Europe ne constituent plus un handicap insurmontable.

*
* *

À titre indicatif et avant de passer à l'analyse des questions militaires et de défense, je mentionerai encore l'existence entre les deux pays de plusieurs accords par secteurs, comme par exemple l'accord sur la coopération dans les secteurs des postes et des télécommunications, l'accord cinématographique, l'accord sur la coopération océanologique et l'accord tout récent sur la coopération agricole. Et, naturellement, sur le plan commercial, l'accord de libre échange entre le Portugal et la CEE, de 1972, dans ces implications sur le régime des échanges entre le Portugal et la France dans le secteur industriel et dans certains secteurs agricoles.

---

(2) Lors de la visite au Portugal, en janvier dernier du Premier Ministre français du côté portugais on a indiqué que de telles options étaient naturellement conditionnés, par l'issue finale des négociations de notre adhésion à la CEE.

Me voilá arrivé au troisième grand chapître de mon exposé traitant des aspects militaires et de défense dans le contexte des relations bilatérales franco-portugaises. Ici, comme ailleurs, nous sommes devant une réalité qui ne date pas d'aujourd'hui, notre recours à la France pour l'équipement et la modernisation des forces armées portugaises et de notre marine étant bien connus. Et tout cela se déroulant à l'abri d'une longue tradition de bonnes relations et d'amitié entre militaires et marins des deux pays que la multiplication des stages d'officiers portugais en France ne peut que développer.

La visite au Portugal de l'amiral Yves Leenhardt, chef d'état-major de la marine française, qui vient just d'avoir lieu, et votre propre présence ici messieurs les représentantes du Centre des Hautes Études Militaires, de France, en fournissent une nouvelle fois la preuve.

Une autre manifestation toute récente elle aussi, et non des moindres, illustre également cet état de choses: je me réfère à la signature, le 3 avril 1984, du nouvel Accord rélatif à l'utilisation par la France de certaines facilités dans l'Archipel des Açores.

Cet Accord est important à plusieurs égards et tout d'abord par son objectif qui est de mettre à la disposition de la République Française, dans les îles des Açores, un certain nombre de moyens et services destinés à faciliter l'observation et la mesure des trajectoires d'engins balistiques français sans tête nucléaire qui sont lancés vers l'Atlantique à partir des côtes ou des eaux françaises. D'autre part cet Accord répond simultanément au souci d'assurer la continuité des facilités déjà prévues à l'Accord Général de 1977 et au souci d'adapter les dispositions et le mécanisme du nouvel Accord à l'évolution des conditions économiques et financières pendant les dernières années. Ce qui devait logiquement se traduire par une adaptation des contreparties à fournir par la France à la nature et à la durée indispensable des facilités accordées. L'Accord traduit également la convergence objective de l'intérêt que sa présence aux Açores revêt pour la France et l'intérêt qu'une telle présence revêt pour le Portugal tant au niveau de la Région Autonome qu'au niveau proprement national. D'où l'équilibre établi entre la valeur des contreparties financières destinées à la Région Autonome — trois cent millions d'escudos annuels, soit six fois plus que dans l'antérieur Accord — et la valeur de la contrepartie financière attribuées cette fois-ci également au ministère de la défense nationale, soit l'équivalent de deux cent millions d'escudos annuels indexés de matériel

d'origine française destiné à la modernisation et à l'équipement des forces armées portugaises. D'où, par ailleurs, l'importance de l'équilibre entre la valeur globale de contreparties donnés, soit dix fois plus qu'avant, et la période de validité du nouvel Accord — douze années — en vue de garantir à la France la continuité dans l'utilisation du dispositif prévu.

Il faut encore signaler que l'Accord prévoit aussi, au delà de ces aspects financiers, des possibilités de coopération au niveau régional dans des projets d'intérêt commun et dans le domaine des industries de défense des deux pays. L'Accord prévoit également la possibilité d'ouvrir à tout moment des conversations entre les deux parties en vue d'introduire dans l'Accord lui-même ou dans ces annexes toute modification de forme ou de fond qui s'avérerait souhaitable. L'Accord attribue aux ministres de la défense des deux pays la responsabilité de son application et institue la commission franco-portugaise chargée de son exécution.

Finalement je tiens à mettre en relief les aspects suivants: d'une parte la contribution de cet Accord — dans lequel sont reconnues une fois de plus les virtualités des positions stratégiques portugaises — à l'effort de défense français que nous considérons un facteur indispensable de la sécurité européenne et occidentale; d'autre part l'importance de cet Accord dans le contexte global des relations franco-portugaises.

*
* *

Come j'ai eu l'occasion de dire ce nouvel Accord prévoit expressement la possibilité d'une coopération franco-portugaise dans le domaine des industries de l'armement, ce qui amorce un nouveau type de relations en matière de défense, tant sous l'angle de la sécurité que sous l'angle économique. Il s'agit là d'un aspect que je souhaiterais développer un peu plus, car jusqu'à présent la coopération dans ce domaine entre le Portugal et la France est loin de correspondre à ce qu'on pourrait raisonablement espérer des virtualités et du dynamisme global des relations franco-portugaises, comme il fut d'ailleurs reconnu lors de la visite au Portugal du ministre de la défense français, Monsieur Charles Hernu, au mois de juillet 1982.

À cette occasion on a passé en revue les possibilités de coopération en Afrique (sous le signe de «coopération oui, ingénrence non»), de coopération dans le domaine le l'organisation téchnico-administrative militaire et des

questions de défense passive et précisement en ce qui concerne les industries de l'armement (sans exclure le rôle que peut y jouer le «groupe européen de programme»).

Tout ce que je viens de dire, m'amène à considérer que, tenant compte, entre autres, du fait que la France n'appartient pas au système intégré de l'OTAN, le moment semble venu de combler cette lacune car, comme l'a dit La Rochefoucauld, dans les grandes affaires on doit moins s'appliquer à faire naître des occasions qu'à profiter de celles qui se présentent.

Je ne vous cache évidemment pas la part que dans cette matière incombe au Portugal et c'est pour cela que je vous dirais que la position du gouvernement portugais, en plus de son intention de doter la Direction Générale de l'armement au Minstère de la Défense des structures et moyens adéquats, obéit actuellement à plusieurs préoccupations: faire dépendre les grands achats de matériel ou d'équipements militaires (je pense par exemple aux missiles antichars Milan) de la concession de contreparties d'ordre financière, commercial ou industriel; donner la préférence à la coopération et aux accords directs entre entreprises ou groupes d'entreprises tournées vers la production d'armements et équipements militaires (et à ce propos je vous signalerai l'ouverture que nous constatons du côté allemand par exemple); promouvoir surtout des projets de coopération qui tiennent compte de la capacitée de production et *know how* des industries militaires déjà installées au Portugal et susceptibles de travailler soit pour le marché portugais lui-même soit pour l'exportation; donner priorité aux projets dont la réalisation peut apporter de nouvelles technologies et la création d'emplois.

Je n'ignore pas la complexité du sujet, ni les problèmes de concurrence qui parfois y prennent le pas sur les avantages de la complémentarité. Ce n'est pas une raison pour ne pas explorer, en particulier entre le Portugal et la France déjà liés par tant de vocations communes, toutes les opportunités qui se présentent dans cet important domaine de la coopération militaire. La conclusion d'un accord-cadre spécifique prévoyant la création d'une comission mixte chargée de promouvoir et de suivre l'exécution des actions de coopération dans ces domaines serait certainement une des mesures utiles à prendre.

*

* *

J'arrive maintenant, il en était temps, au dernier grand chapître de mon exposé et qui en sera la conclusion. Je me réfère à ce que j'ai appelé au

début de mon exposé le sens et la nouvelle dimension des relations franco-portugaises dans la perspective européenne que leur apportera la prochaine adhésion du Portugal aux Communautés.

Je ne peux malheureusement pas développer ici un thème si dense et vaste. J'essayerai d'en présenter l'essentiel, en commençant par souligner que notre demande d'adhésion aux communautés est le résultat de la convergence de facteurs objectifs et d'une option politique délibérée. Se situant au delà du circonstanciel c'est une approche qui, sans méconnaître le rôle des facteurs économiques, ni le calcul des experts, traduit un choix de destinée, comme l'alternative la plus naturelle et logique (et la seule de caractère «organique» parmi d'autres possibles), à la fin de cinq siècles d'engagement outremer (ce qui distingue, sur ce point, notre démarche européenne de celles de la Grèce et de l'Espagne).

D'où le besoin pressant d'une réponse positive, et en temps utile, de la part des Communautés, car il y va de la crédibilité de notre démarche et de celle des Communautés. Et cela à un moment où les mutations du monde, loin de conseiller la mise en veilleue de la construction européenne, demandent au contraire un effort accru pour son relancement, par la création de nouvelles politiques communes, dans des secteurs qui engagent l'avenir, et par le renforcement des mécanismes institutionnels.

En effet, si les cadres politique nationaux en Europe sont toujours ceux hérités du XIXème siècle, ils se trouvent objectivement dépassés en termes économiques monetaires et technologiques (les multinationales qui, elles, ont des bilans à présenter, s'en apperçurent bien avant les gouvernements). Nous sommes donc sommés de choisir entre l'approfondissement rationnel des interdépendances européennes (auxquelles nous convient tant de valeurs et d'intérêts communs) et le repli de chacun sur soi, cachant derrière des indépendances formelles le glissement vers la dépendance réelle et de déclin. A ceux qui se targuent de réalisme et invoquent la grisaille des temps, je dirai que, même du point de vue des égoismes nationaux, fussent-ils sacrés, il nous faut savoir désormais au moins à quelle hauteur il convient de les situer. Si une Europe à géometrie variable peut apporter une flexibilité souhaitable dans le parcours, le danger qui nous guette ce n'est plus celui de trop d'Europe mais celui de la «non-Europe».

La vocation de la France étant, à mon humble avis, d'inspirer et de promouvoir l'union européenne, je me rejouit des efforts déployés dans ce sens par la présidence française au cours de ce premier semestre 1984 et de

l'attention particulière et soutenue avec laquelle la France s'est depuis longtemps occupé du cas portugais, reconnu ses spécificités et contribué à son évolution favorable. Nous nous en souviendrons, j'en suis certain, une fois admis au sein des Communautés! Je ne doute d'ailleurs pas que, du côté français comme du nôtre, il existe déjà la conscience que l'adhésion du Portugal aux Communautés ne manquera point d'ajouter une dimension nouvelle à des relations déjà si denses et si riches sur le plan bilatéral, en accentuant leur convergence, leur imbrication et leur irreversibilité.

Dans leur future convivialité européenne la France et le Portugal découvriront une fois de plus ce qui naturellement les rapproche: je pense à la même vocation pour jouer un rôle d'équilibre et de concertation entre l'Europe du Nord et l'Europe du Sud, entre l'Europe atlantique et l'Europe méditérranéenne; aux mêmes attachements à l'identité nationale, fruits d'une longue maturation psychologique et de la commune conscience d'avoir joué un rôle dans l'Histoire; mais attachement allat de pair avec l'expérience du dépassement du cadre national, le sens le l'universel et l'esprit d'ouverture sur le monde.

Dans un tel contexte je ne crains pas d'affirmer ma confiance et mon optimisme en ce qui concerne l'avenir des relations entre le Portugal et la France.

Lisbonne, le 15 juin 1984.

António de Siqueira Freire
Ambassadeur

TIMOR E A SOBERANIA PORTUGUESA DO DESCOBRIMENTO À REVOLTA DE 1912

Teresa Bernardino

TIMOR E A SOBERANIA PORTUGUESA DO DESCOBRIMENTO À REVOLTA DE 1912

«...Portugal,/Túmulo igual//Assim crucifico-me com Cristo/em Portugal// e ressuscito/sem saber onde...//ou em Timor que me responde.// — Mas quanto custa enquanto espero.

Rui Cinatti, *Timor Amor*, Lx, 1974, p. 10

A longa trajectória marítima quatrocentista que culminou com o descobrimento oficial do grande continente sul americano, a que chamámos Brasil, não constituiu o términus da política portuguesa de descobrimento. Pelo contrário, as viagens continuaram a processar-se por caminhos cada vez mais longínquos, inóspitos e de perigos redobrados.

Nesta linha de conduta, a nação manteve o ímpeto inicial sem nunca desprezar o carácter científico de feição experiencial que permitiu a nossa expansão por costas só conhecidas dos seus próprios habitantes, ou por aventureiros-mercadores que apenas buscavam o lucro trocando os produtos que levavam com os das regiões visitadas. Na época em que continuávamos a abrir-nos ao mundo, a religião, a ciência, o comércio e o risco de tais atrevimentos entrelaçavam-se num mesmo discurso. No Oriente dois casos são exemplares: o de Tomé Pires chegado à Índia em 1511 e enviado para Cochim em 1512, donde seguiu para Malaca nesse mesmo ano para administrar a economia da região. Embarcando para a China foi preso e nessa situação se manteve até morrer entre 1547 ou 1551, segundo a informação de Fernão Mendes Pinto. Autor da *Suma Oriental* (1511-1515), foi este texto de grande valor geográfico para o conhecimento das Índias; de não menor influência na ciência da época, o *Livro das Cousas da Índia* de Duarte Barbosa abarcava uma zona que ia desde o cabo da Boa Esperança ao Japão.

A *Suma Oriental* sendo, essencialmente, um tratado mercantil tem no seu universo mental a oposição entre o *Cristão* e o *Mouro*. Como denota Luís Filipe Barreto «o factor religioso porque é o centro motor do superior

poder lusitano concede ao nosso reino uma especial FAMA e HONRA no concerto das nações» (1). Essa missão evangélica acentuou-se após o descobrimento do caminho marítimo para a Índia. Com efeito, as viagens desde o Índico ao Pacífico tornaram-se frequentes e os portugueses fizeram, até 1513, ano em que Jorge Álvares navegou até à China (Cantão), o reconhecimento de toda a costa sul e oriental asiática. Somente o Japão não seria incluído nas viagens de exploração e contacto com culturas e civilizações tão diversas da europeia, senão a partir de 1540. A peregrinação de Fernão Mendes Pinto por terras do oriente aí teria chegado nesta data.

A conquista de Goa em 1510 e a de Malaca no ano seguinte, por Afonso de Albuquerque, foram o corolário de anteriores viagens, entre as quais se destacou a chefiada pelo capitão-mor Diogo Lopes de Sequeira. Saindo de Lisboa, em Abril de 1508, descobriu as ilhas de Nicobar e aportou a Samatra e a Malaca em Setembro seguinte. Após a conquista de Malaca, Afonso de Albuquerque enviou uma frota «ao descobrimento das ilhas de Banda e das Molucas» (2) onde embarcou o geógrafo Francisco Rodrigues. O objectivo maior era a compra de cravo e noz moscada — grande riqueza dessas terras. Contornando Samatra e Java, a viagem prossegue apenas com dois navios porque um deles naufragara. Finalmente nas ilhas Molucas, fazem rumo ao sul até à ilha de Banda. Agora apenas a embarcação de Francisco Serrão prossegue, pois a capitaneada por António Abreu regressa a Malaca com um bom carregamento de especiarias (1512). Decidido a aprofundar o conhecimento das Molucas, F. Serrão é atacado por piratas malaios que fazem naufragar a sua nau, mas apoderando-se de um dos navios piratas, ruma à ilha de Ternate, onde permaneceu vários anos.

Segundo Damião Peres, «desta mesma época data o conhecimento de Timor, que figura numa das cartas desenhadas — em 1512, como geralmente se crê — pelo piloto cosmógrafo Francisco Rodrigues» (3). Já em contacto com os mercadores chineses desde a chegada a Malaca, em 1509, Jorge Álvares, no ano de 1513, alcança a costa oriental chinesa. A ele se refere o governador de Malaca Rui de Brito Patalim que, em 6 de Janeiro de 1514, escreve a D. Manuel relatando-lhe o envio de um junco com «dois

(1) Luís Filipe Barreto, *Descobrimentos e renascimento*, Lisboa, Imprensa Nacional 1983, p. 161.
(2) Damião Peres, *Os descobrimentos portugueses*, Coimbra, 1960, p. 558.
(3) *Ibidem*, p. 559.

homens nossos, um por feitor, por escrivão outro», de quem esperava a todo o momento notícias. Não sendo designados os nomes desses portugueses, pela carta se infere terem partido provavelmente em 1513. Sobre a identificação do descobridor da China gerou-se viva polémica, mas uma carta do segundo capitão de Malaca, Jorge de Albuquerque, trouxe alguma luz sobre o assunto ao citar a viagem à China de certo Jorge cujo apelido não é legível por deterioração do documento. Este indivíduo nomeado feitor fora «na China... o primeiro homem que pôs marco por Vossa Alteza» (4). Corrobora a identidade deste navegador a referência feita por João de Barros na *Década* III da sua *Ásia*. A dado passo, afirma que Jorge Álvares colocara um padrão na China em data anterior a 1515 (5).

Relacionando esta viagem com a navegação até Timor, o comandante Humberto Leitão indica, no seu livro *Os Portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*, uma carta datada de 1514 onde se mostra a intenção de enviar uma frota à ilha de Timor que «ficava um pouco além de Java». O interesse dessa rota residia nas riquezas da ilha, designadamente em sândalo, mel, cera, etc. Além disso, havia lá muitos cafres (descrentes). Mas «por não haver junco não foram lá...» (6). O autor considera, por isso, não ser provável a realização de qualquer expedição anterior ao ano de 1515, como pretendia o governador de Malaca: «Sendo assim o navio deveria ter chegado a Timor em princípios de 1515» (7).

Idêntica opinião expressa A. Teodoro de Matos em *Subsídios para a história económico-social de Timor no séc. XVIII* (Braga, 1975), enquanto A. H. Oliveira Marques faz recuar as primeiras expedições portuguesas ao Pacífico a 1511, incluindo nelas «a maior parte da Indonésia e Timor» (8). Dando continuidade à peregrinação pelas ilhas orientais, teriam descoberto a Austrália, sem a circum-navegarem. Contudo, como atrás se indicou, Damião Peres faz recuar o conhecimento de Timor a 1512, pois a ilha aparece desenhada numa carta de marear desse ano, da autoria do já citado Francisco Rodrigues (9). O descobrimento da Austrália, a extensa ilha não muito distante de Timor, em 1525, pelo piloto Gomes de Sequeira, teria

(4) *Ibidem*, p. 569.
(5) *Ibidem*.
(6) Humberto Leitão, *Ob. cit.*, p. 54.
(7) *Ibidem*.
(8) A. H. Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Ágora, 1973, p. 320.
(9) Damião Peres, *Ob. cit.*, p. 559.

sido ocasionado por uma tempestade que se abateu sobre o navio capitaneado por aquele navegador e daí o afastamento de trezentas léguas para leste. Esta a versão de Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros. Dela diverge Gago Coutinho que, com o historiador inglês G. Collingridge, atribuiu a Gomes de Sequeira o descobrimento da Austrália. Por sua vez, Damião Peres explicita o ponto de vista de Gago Coutinho que recusa peremptoriamente a tese do acaso, porque a «sua navegação de *algumas trezentas léguas*, corrida com o tempo, só a poderia ter levado pelo canal, largo de vinte léguas, entre as ilhas de Timor-pequeno e Kei, para o mar de Arafura ou de Timor, até terras da Austrália». Nas ilhas de Gomes Sequeira indicadas no mapa de Gastaldi, datado de 1554, «vê Gago Coutinho confirmada a sua opinião» ([10]).

Ao concluir, depois de abordar mais algumas versões discordantes, Damião Peres aceita o ano de 1525 para a primeira viagem de Gomes de Sequeira à região australiana da península de York e atribui a Cristóvão de Mendonça a descoberta, em 1522, da chamada *ilha do Ouro*, ou seja, o Nordeste da Austrália. Embora não hajam provas categóricas sobre aquele notável descobrimento, quer por um quer por outro navegador, a fundamentação da célebre *escola de Dieppe* ([11]) na anterior cartografia portuguesa e a interpretação insuspeita do historiador Spate em «Terra Australis — cognita?» publicada na revista *Historical Studies* (1957) são argumentos que não podem excluir os portugueses de tais feitos ([12]).

Revertendo à problemática do descobrimento de Timor, estes dados relativos à época das viagens portuguesas a Java e à Austrália, sendo ainda discutíveis os anos de 1512 ou 1515 para a chegada àquele território (que ficaria sob administração portuguesa mais de cinco séculos), não se pode logicamente fazê-lo posterior ao ano de 1522, visto que para atingir a Austrália era impossível desconhecer a existência de Timor.

Nesta breve abordagem do descobrimento da ilha foi nosso objectivo primordial salientar a grandeza de tais iniciativas, se tivermos em conta que Portugal continental tinha uma escassa população. Consequentemente, os efectivos militares que se podiam deslocar eram muito limitados. O sucesso

---

([10]) *Ibidem*, 564.

([11]) «Les seuls oeuvres peu nombreuses — que nous connaissons des cartographes bretons, saintongeois ou basques du 16e et du 17e siècles ont toutes été faites d'après des modèles portugais». Cit. por Armando Cortesão, *Cartografia portuguesa antiga*, Lisboa, 1960, p. 183.

([12]) Damião Peres, *Ob. cit.*, p. 568.

do diálogo com povos tão diversificados e a manutenção de tão avançados postos comerciais e de penetração cristã, só se podem compreender pelo espírito empreendedor e aventureiro dos mercadores, navegantes e homens de Fé que tudo arriscavam para alcançar os seus intentos. Também os avanços que a ciência geográfico-astronómica conseguiu entre os portugueses garantiu o êxito da circulação marítima ao longo de vias desconhecidas, inóspitas e de insuspeitas características naturais.

Contrastando com a pátria lusitana, percorremos, desde os fins do séc. XV aos meados do séc. XVI, a Índia de perigos inumeráveis, a exótica China de cilada fácil, as agrestes e misteriosas ilhas do Pacífico, de que Timor se tornou o baluarte.

Foi nesta ilha situada entre Java e a Austrália que nos estabelecemos mais cedo, porquanto a instalação em Macau é incerta, mas crê-se que não remonte a data anterior a 1555. Nessa ocasião fundaram os portugueses uma feitoria e só dois anos depois, possivelmente após a intervenção de alguns a favor dos chineses contra um ataque da pirataria àquela localidade, se tornaram os arrendatários perpétuos daquele entreposto costeiro, como recompensa do auxílio prestado à grande nação Ming. No combate naval travado teria, segundo Jordão de Freitas, participado o próprio Camões, nessa época residente em Macau. Igualmente o visconde de Juromenha defende a presença do grande épico naquelas paragens entre 1556 e 1558. Pela sua importância no comércio marítimo internacional, Macau foi cobiçada sobretudo desde a segunda metade do séc. XVI até à Restauração da independência portuguesa em 1640. Ligados por fortes laços de solidariedade e veneração pelos portugueses representou, no entanto, um papel de grande relevo na defesa da continuidade de Portugal no Oriente, ao opor sempre firme e invencível resistência aos ataques de espanhóis e holandeses, mesmo após a libertação nacional do jugo filipino.

Por sua vez, Timor, de mais difícil acesso e de menor impacto no comércio a grande distância, não foi alvo tão privilegiado. Com efeito, os ataques foram menos violentos e sistemáticos, mas não evitaram alguns abastecimentos em armas e homens vindos especialmente das nossas praças de Malaca, Goa e inclusivamente Macau. Foi depois da recuperação da independência nacional que as investidas dos holandeses começaram a rarear. A administração portuguesa debatendo-se com ataques a outras zonas do Império, só em 1661 viu reconhecida a sua soberania na área que ocupávamos.

Para marcar a vitória alcançada foi edificada uma fortaleza em Lifau, povoado que, até 1769, foi a capital «dos nossos domínios na Oceania» (13). A menor importância do valor económico da ilha ocupada pelos portugueses é atestada pela predominante permanência da Igreja Católica, através dos frades dominicanos. Região dominada por uma intensa religiosidade feiticista de raízes milenárias, constituía um pólo de atracção para os colonizadores que vindos de Portugal iam desembarcando nas terras da Índia, de Malaca ou da China Oriental. Aí eram informados das zonas onde a sua acção era mais urgente e assim continuavam a desvendar os caminhos tortuosos das várias ilhas do Pacífico, entre as quais sobressairam as das Flores, Solor e Timor.

Nos timorenses habituados durante muitas décadas ao mando dos seus chefes religosos e simultaneamente políticos, provocou grande descontentamento a nomeação de governadores estranhos ao território. As populações indígenas altamente arreigadas aos seus ancestrais costumes e mal distinguindo o poder civil do religioso, pouco abertas à novidade e considerando uma intromissão injusta e uma atitude prepotente, tornam-se indisciplinadas e dão origem a desacatos. O apoio dos frades lesados nas prerrogativas detidas até então ocasionou uma má receptividade perante os funcionários vindos de Goa, por ordem do governo português da Índia. As maiores desordens e desentendimentos entre as populações não se fizeram esperar...

Em 1720, as acusações ao governador Francisco de Melo e Castro, a insubmissão à sua autoridade, obrigou à sua substituição por António de Albuquerque Coelho que não almejou submeter todos os pequenos potentados sob um efectivo e duradouro controlo. Recebendo o apoio dos holandeses, sempre prontos a combater a presença portuguesa, alguns régulos mantêm a rebelião.

Em 1742, Fr. Jacinto da Conceição fomenta a oposição declarada de Linfau ao governador e, em 1769, António José Teles de Meneses, chefe do governo de Timor, é cercado naquela localidade por uma multidão de rebeldes. O reino de Mambara arvora a bandeira holandesa em 1790. Contudo, Portugal persiste na conservação daquele posto avançado do Oriente. Em troca da entrega das ilhas de Solor e Flores à Holanda, em 1859, recupera-se finalmente o território nunca esquecido de Timor.

(13) Jaime Cortesão, *O ultramar português depois da Restauração*, Lisboa, Portugália Editora, 1971, p. 72.

Como afirmava Teófilo Duarte, em 1943, no seu livro *Timor* (14), a importância estratégica desta colónia pressupunha a sua colonização populacional, pois a sua quase ausência determinara todas as dificuldades de Portugal se conservar nela. As escaramuças entre régulos, frades e militares, que se desenrolaram ao longo do séc. XVIII, foram constantes e não podem desligar-se da insuficiente colonização daquela possessão para além do Índico. À acção missionária não se juntou uma adaptação político-administrativa de acordo com os padrões ocidentais. Os hábitos e o modo de vida indígena ficaram intactos e não se verificou uma penetração humana de nacionalidade portuguesa que criasse laços mais fortes e profundos entre os naturais e a soberania lusíada.

De acordo com o testemunho de A. Teodoro de Matos, «só em princípios do séc. XVIII, e com António Coelho Guerreiro, esta ilha com Solor conheceram uma organização político-administrativa... (É ele que) elabora também um orçamento geral onde discrimina o efectivo militar que considera necessário para a defesa da ilha... Já nos fins do séc. XVIII, o governador João B. Vieira Godinho dedicou especial atenção à alfândega de Dili, a quem deu o primeiro Regimento» (15).

Este desinteresse do Estado português pelo povoamento e desenvolvimento económico-social e administrativo daquela importante ilha pode explicar-se pela distância acrescida da falta de comunicações directas e da fraca população de que Portugal podia dispor para ocupar aquela área. Não ultrapassando a população europeia do séc. XVI o milhão de habitantes, havia que prover a territórios economicamente mais rentáveis como o Brasil e os portos litorais africanos, ou os mais próximos, como as ilhas atlânticas e as praças do Norte de África, além do grande empenho em assegurar os portos do litoral indiano, Malaca e Macau, fontes inesgotáveis das apreciadas especiarias e de toda uma série de produtos de luxo — fundamento do nosso comércio com a Europa Central e do Norte. Estes factores colocaram Timor em nítida desvantagem.

Os reduzidos efectivos militares, a debilidade dos meios financeiros e humanos para abastecer tão vasto império, reflectiram-se gravemente na longínqua mas nunca renunciada ilha de Timor. Por outro lado, e como,

---

(14) Teófilo Duarte, *Timor*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1943, p. 281.

(15) A. Teodoro Matos, *Subsídios para a história económica e social de Timor no séc. XVIII*, Braga, 1975, pp. 5-6.

com evidência, o revela Timor, a expansão da Fé Cristã unificava o mundo onde os portugueses chegaram. De facto, em nenhum ponto do globo por onde passaram os portugueses ela foi desprezada. Ao lado da Fortaleza erguia-se a Cruz. O Cristianismo penetrou, assim, em todas as paragens onde os portugueses aportaram e mesmo onde as vantagens económicas eram secundárias, a religião de Cristo foi uma cruzada em que a força da palavra evangélica venceu, não raro, a força de seculares religiões totémicas, maometanas e hindustânicas.

As dificuldades de circulação nessas regiões não desanimavam os missionários e Timor é a expressão plena desse facto: «É Timor uma ilha de contrastes... Aqui e acolá vastos horizontes e, muito perto, passagens apertadas por vales que parecem não ter saída; a planície pobre e escaldante... encosta esclavada duma montanha que se adianta para mais dentro da planície ir morrer e, numa dobra dela, um vale apertado de sombra acolhedora... ribeiras que seguem silenciosas, escondidas no capim... grandes caminhadas através duma vegetação rasteira, sem valor...» [16].

Nesta terra tão distante do extremo mais ocidental da Europa, os portugueses não desistiram de permanecer, mesmo quando as condições se afiguraram menos propícias. E C. R. Boxer concretiza: «A característica mais espantosa do império marítimo português, por volta de meados do séc. XVI, foi a sua extrema dispersão» [17]. Citado por este historiador são também sintomáticas as palavras de George Sansom em *Western World and Japan*: «Os portugueses foram para a Ásia com uma determinação de vencer que era mais forte do que a vontade de resistir dos povos asiáticos» [18].

A deslocação de frades da Ordem de S. Domingos oriundos da diocese portuguesa de Malaca (até 1641, ano em que aquele domínio português caiu sob a alçada dos holandeses) para Timor teria sido iniciada em 1556, ano em que Fr. António Taveira aí chegou. A sua presença teve importantes repercussões, designadamente na criação de um bispado com Fr. Jorge de Sta. Luzia que desembarcou, em 1561, em Malaca. Fr. António da Cruz, da mesma Ordem, foi então enviado com quatro religiosos para a edificação de um estabelecimento religioso. Simultaneamente foi erguida uma fortaleza

[16] Humberto Leitão, *Os portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*, Lisboa, 1948, p. 147.

[17] C. R. Boxer, *O império colonial português (1415-1825)*, 2.ª ed. (port.), Lisboa, Edições 70, 1981, p. 69.

[18] *Ibidem*, p. 68.

e logo depois uma igreja sob a invocação de N.ª S.ª da Piedade com um seminário destinado à formação dos novos prosélitos. Para responder às necessidades impostas pelos convertidos foi construída outra igreja em louvor de S. João Baptista ([19]).

Assim a civilização Cristã, que definia a Europa quinhentista de então, introduzia-se, não essencialmente pela força armada, mas sobretudo pela persuasão espiritual dos missionários, não obstante as ciladas e desconfianças que nos primeiros tempos provocaram em gentes que dificilmente entendiam razões de ordem espiritual para defrontar tantos riscos e tão pouco proveito material. Em contrapartida, aos régulos convinha a aliança com os cristãos que lhes garantia o auxílio do rei de Portugal contra as pretensões holandesas que já se estendiam ao arquipélago indonésio.

A alfabetização dos mais capazes e interessados, o contacto com uma moral humanista, o alargamento da sua visão do mundo que não se confinava já aos domínios de cada reino da pequena ilha ou aos horizontes do universo limitado do Extremo Oriente, foram alguns dos imediatos benefícios de ordem cultural que Portugal por meio dos seus evangelizadores ofereceu àqueles povos de natureza aguerrida, onde as lutas constantes tornavam hostis reinos vizinhos de pequenas dimensões e fracos recursos. A brandura do domínio português, alcançado com a mensagem de Amor Humano ensinada pelos religiosos, tornou odioso aos olhos dos timorenses a subordinação à tutela holandesa presente na Indonésia. Assim, as expressões indonésio e holandês eram quase sinónimas e tinham um carácter pejorativo. A permanência de Portugal era a todos os títulos preferível, na medida em que «os régulos continuavam a governar os seus pequenos estados pagando ao governo (de Portugal) como sinal de vassalagem um tributo, a finta» ([20]).

A instabilidade ao longo do séc. XVIII, resultante da luta entre a supremacia até então detida pelo poder religioso e a sua substituição pelo poder civil, desencadeou uma época de mal-estar, de desordens e insegurança que só lentamente foi superada. E, em 1859, os habitantes da ilha das Flores recusam arrear a bandeira portuguesa para a substituir pela holandesa e só a ida de um português para justificar essa atitude os convenceu a consenti-lo.

Por sua vez em Timor a paz impôs-se, finalmente, até ao ano de 1808, data do regicídio em Lisboa. Tal notícia gerou nova onda de desagrado.

([19]) J. Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1978, p. 152.
([20]) Luís Filipe Tomás, *Timor*, Lisboa, 1974, pp. 20-21.

As movimentações contra o governo instaurado em Portugal em 1910 tiveram plena concretização nos princípios de 1912. Uma violenta insurreição obrigou ao envio da canhoneira «Pátria» com um contingente militar, que foi reforçado no dia 11 de Fevereiro por setenta e cinco homens vindos de Macau e a 8.ª companhia indígena de Moçambique destacada para Macau, transportada num navio inglês ([21]). O centro da revolta localizava-se no reino de Manufai, mas havia outras zonas aderentes, tais como Rai-Mea, Cailaco, Bibissusso, Alas, Toriscai.

O alargamento da contestação ao governador e à política por ele incentivada, adquiria foros nunca antes observados naquela zona. Outra revolta, segundo Jaime de Inso, sem ligações com as anteriores, teria sido a de Ambeno. Este reino era formado por populações orgulhosas da sua identidade rácica, o que determinara uma frágil ligação à soberania governamental. O temor da sua agressividade perante intrusos conduzira o governador Celestino da Silva a aconselhar os comandantes militares a não penetrarem no seu interior, limitando-se a «receberem o imposto que viessem pagar ao comando» ([22]). O seu governo caracterizou-se, na verdade, por um período de pacificação em que foi possível o estabelecimento de postos militares e, mais tarde, administrativos.

Mas revertamos a 1912: os condicionalismos desta inesperada agitação indígena antiportuguesa tem que se relacionar com a notícia do aumento dos impostos, de restrições ao corte do sândalo (principal riqueza de Timor), de uma taxa a lançar sobre os animais, etc. ([23]). No entanto, estas medidas decorrentes da implantação da República, em Portugal, não atingiriam tão decididamente os chefes indígenas se o sistema vigente naquela colónia não assentasse na realeza que os régulos representavam, tendo apenas como Senhor acima deles o Rei de Portugal.

Os numerosos reinos timorenses não receberam bem as inovações político-ideológicas introduzidas na metrópole: a deposição do soberano de quem eram súbditos e a substituição do símbolo que o personificava e à Nação — a bandeira azul e branca — por outro chefe político com uma bandeira de cores diferentes, constituía um acto ilícito a que não podiam dar mais a sua fidelidade. As suspeitas perante uma mudança que o seu

([21]) Jaime de Inso, *Timor 1912*, Lisboa, 1939, p. 42.
([22]) *Ibidem*, p. 76.
([23]) *Ibidem*, pp. 67-68.

culto pelo passado não admitia eram, por sua vez, alimentadas pelos holandeses da Indonésia, sempre prontos a aproveitar o desagrado para com o domínio português.

Depois de várias vicissitudes em que se provocaram incêndios, pilhagens e outros distúrbios com mortes e prisões de ambos os lados, foi possível, sobretudo com a colaboração dos soldados irregulares (autóctones só chamados quando necessário), inverter a posição dos rebeldes que começaram a passar para o lado das forças dirigidas pelos portugueses: «As nossas forças tinham obrigado o inimigo a sair de Larigôa em 7 de Julho e no dia 10 deixavam Bolehá...» (24). Como acentua o militar interveniente nestas acções e que é o autor destas passagens, «a marcha tem sido fatigante, como é natural em montanhas desta ordem. (Mas) os marinheiros continuam cheios de dedicação e desprendimento» (25).

A deslocação ao longo deste território e o clima constituíam uma das maiores fontes de desgaste para os portugueses vindos da Metrópole, mas a intervenção de muitos dos naturais ao serviço da soberania portuguesa viabilizou a perseguição dos chefes revoltosos. Segundo ainda o testemunho de Jaime de Inso «os rebeldes foram perdendo terreno... até se recolherem às cavernas, para onde subiram por uma escada de bambu que depois tiraram... Os *arraiais* (os referidos soldados irregulares) de Venilale e Kelilai têm prestado os melhores serviços» (26).

A pacificação total acabaria por ser gradualmente conquistada e Timor viveria até ao deflagrar da II Guerra Mundial anos sem sobressaltos e ainda prometedores de uma prosperidade atingível.

(continua)

Teresa Bernardino

(24) *Ibidem*, pp. 162 e 164.
(25) *Ibidem*, p. 164.
(26) *Ibidem*, p. 176.

POLÍTICA ENERGÉTICA/SEGURANÇA NACIONAL

Rui Figueiredo de Barros

POLÍTICA ENERGÉTICA/SEGURANÇA NACIONAL

1. *INTRODUÇÃO*

Ao percorrer-se a história da humanidade, reconhece-se que a componente Energia surge como uma constante fundamental da sua evolução, podendo, em larga medida, referenciar-se como o elemento inovador duma sociedade universal em contínuo progresso.

Energia, com tudo o que possa conter de benefícios e de riscos, significa, portanto, inovar, e inovar nada mais é do que introduzir qualquer coisa de novo na prática corrente.

Assim, uma sociedade que não se renove — no caso concreto, uma sociedade que não encare conscientemente o problema da energia — será uma sociedade estática, por demais sensível a quaisquer choques internos e externos que, degradando-a, poderão mesmo levá-la à extinção.

Este, o contexto em que fundamento a interligação dos dois termos do binómio «Política Energética — Segurança Nacional», com o primeiro termo a funcionar como impulsionador de progresso e com o segundo a actuar como estabilizador político-social, um e outro promovendo efectivamente o Propósito englobante do Interesse Nacional.

Nesta linha, a exposição que se segue orientar-se-á, naturalmente, pelo desenvolvimento do termo activo deste binómio — a Política Energética — deixando para o final a sua interligação com o outro termo — a Segurança Nacional.

Como simples tentativa de penetração serão abordados os seguintes temas genéricos:

— O Enquadramento duma Política Nacional de Energia;
— A Importância do Planeamento Energético;
— O Quadro Energético Mundial;
— A Política Energética e a Segurança Nacional.

2. *O ENQUADRAMENTO DUMA POLÍTICA NACIONAL DE ENERGIA*

A importância da energia é, desde sempre, reconhecida, se bem que só a partir da invenção da máquina a vapor — a primeira duma série de inovações tecnológicas determinantes — e da revolução industrial de meados do século passado que se lhe seguiu, se terá dado, na procura do progresso, a grande viragem das sociedades de baixo rendimento energético para as de elevado rendimento.

Foi a partir daí que se começou a pensar na complexidade da problemática da energia e no tremendo peso político que a envolve.

Numa conquista de progresso historicamente lenta, com a mobilização gradual das energias renováveis a dar lugar à utilização crescente e acelerada do carvão e do petróleo e, mais tarde, também do gás natural e do urânio e, consequentemente, a tornar-se viável o desenvolvimento de processos tecnológicos cada vez mais evoluídos, foi possível, nalguns decénios, beneficiar em termos de vida moderna, ainda que de forma social não equitativa, largas camadas das poulações dos países que, mais cedo ou mais tarde, com uma ou outra estrutura política, vêm seguindo o movimento do progresso industrial.

Como consequência deste movimento, porventura perigosamente acelerado na sua evolução tecnológica — por demasiado perturbador das estruturas sociais estabelecidas — acabou por se chegar à presente situação de preocupação generalizada, provocada não propriamente por carências de energia física (ela é praticamente inesgotável na natureza), mas sim pelo desequilíbrio que se verifica entre as reais necessidades de energia que o mundo procura e as suas actuais vias de suprimento.

A polarização do problema do petróleo, tão claramente evidenciada pelas crises energéticas de 1973-1974 e 1978-1980, provocadas pelos países exportadores, com os inesperados e acentuados aumentos dos preços do petróleo bruto — aumentos estes que introduziram inevitáveis e perturbadoras alterações nos volumes e nas estruturas de consumo mundial — revela bem todo o encadeamento de dificuldades, desordenamentos e riscos de que se reveste a problemática da energia e que, com amarga evidência, ultrapassa a convencional prática comercial da oferta e da procura.

Outra observação relevante para este enquadramento resulta do facto de que a energia em si mesma não é um fim; ela é, unicamente, uma parte do

desenvolvimento global, imprescindível, porém, para a concretização de todos os bens sociais quer ao nível de consumos finais quer como consumo intermédio da produção de outros bens e serviços. Deste modo, todas as decisões inerentes a um sistema energético, incluindo definição política, são determinadas exclusivamente pela sua coerência com os objectivos globais de planos de desenvolvimento e com as políticas globais e sectoriais que visam aqueles objectivos.

De notar — outro ponto a reter — que aquelas decisões têm, forçosamente, que se projectar e desenvolver em dois tempos ou, melhor, em dois estádios definidos por situações e premissas completamente distintas: o curto prazo, dominado por factores prevalecentes de ordem conjuntural; e o longo prazo, determinado, principalmente, por razões de natureza estrutural.

É evidente que o desenvolvimento destes estádios, sobretudo o do longo prazo, constituem, para qualquer país, processos aleatórios, com múltiplas incidências e repercussões, até como consequência da própria interdependência em que, por necessidades inevitáveis, todos os países se encontram, isto mau grado as diferenças de interesses e de economias que entre eles se verifiquem.

Do que fica dito, depreende-se que a definição duma política energética nacional tem como obectivo fundamental reduzir a incerteza sobre a evolução das necessidades e dos recursos. Mas se o enunciado deste objectivo é simples, já a sua concretização surge tremendamente complexa e insegura, uma vez que para se planear em energia há que organizar primeiro, no tempo e em tempo, as grandes linhas nacionais das políticas económicas e sociais, o que no fundo, numa filosofia de Justiça e Desenvolvimento, acaba por ser a prossecução da política do Interesse Nacional onde o outro grande propósito nacional, a Segurança, assume decisiva influência.

E se às naturais incertezas do factor temporal — decisões a saltarem de geração — se associar a noção de que a procura de energia, no longo prazo, é uma função acrescentada dos programas de desenvolvimento dos países que o perseguem — de exigências crescentes — bem se pode recear que, por mais modestos que sejam estes programas, só a sua «soma», com o desgaste por eles introduzido nas fontes de energia mundiais, representa mais um elemento inquietante da problemática energética.

Numa imagem feliz, alguém disse com justeza que o mundo tinha fome de energia, o que leva, de imediato, a acrescentar que, quando há fome, os riscos sociais são tremendos. E tal é a situação a que se chegou, talvez

apenas porque ainda se não tenha encontrado uma ética de convivência social, justa e equilibrada, que oriente o crescimento económico e conduza ao progresso.

Natural, pois, que neste contexto ressalte a importância e o cuidado que, hoje em dia, qualquer país atribui ao planeamento energético, o tema que de seguida tentarei abordar, unicamente com a intenção de evidenciar o significado duma política energética nacional.

3. *A IMPORTÂNCIA DO PLANEAMENTO ENERGÉTICO*

Conforme se sabe, o planeamento energético não se reduz ao planeamento das actividades dos produtores de energia, mesmo que entre eles se desenvolva uma actividade global coordenada. Na realidade e apesar do carácter aleatório das previsões — recorde-se a insegurança e as incertezas dos últimos 10 anos — ele é muito mais do que isso.

Em síntese, o planeamento energético visa projectar no tempo um sistema energético que dê resposta às necessidades sociais, sendo a partir delas que, sequencialmente, se avaliarão as necessidades em energia útil e se fará a procura de energia final e dos recursos em energia primária.

Significa isto que em cada episódio desta sequência, as decisões inerentes ao sistema energético devem ser intimamente confrontadas com os objectivos gerais do desenvolvimento e com as políticas globais e sectoriais, que procuram atingir aqueles objectivos, designadamente políticas fiscais, de rendimentos, de salários, de preços, de inserção no mercado mundial, de incitamentos, etc., no que respeita às políticas globais; e políticas de habitação, de transportes, de industrialização, de desenvolvimento rural, etc., no que se refere às políticas de natureza sectorial.

Daqui se infere que, no planeamento dum sistema energético (necessidades dos vários usos, distribuição, transportes, produção), nenhuma parte constitui um elo isolado e estático. Na verdade, cada uma destas partes pode ser objecto de acções de política económica próprias mais ou menos influentes em todo o sistema, pelo que, necessariamente, a sua participação tem de ser frequentemente revista e actualizada, de forma a que o planeamento possa cumprir aquilo que se pretende dele: reduzir as incertezas, facilitar as opções técnicas mais correctas e fundamentar as decisões sobre os investimentos, tudo isto em função dos objectivos gerais do crescimento, do

desenvolvimento, do emprego e da balança de pagamentos, o que, em boa medida, também significa decidir em função da segurança nacional.

Neste contexto, a disparidade entre horizontes temporais representa uma das dificuldades mais salientes do planeamento energético, por haver que compatibilizar: dum lado, a circunstância de importantes decisões do sistema energético terem o seu efeito a longo prazo (20 a 30 anos); e do outro, o facto do planeamento geral apenas considerar, por regra, o médio prazo (5 a 10 anos), sendo reticente definir, para lá deste intervalo, as políticas que determinam o sistema energético.

Mas se isto constitui dificuldade real, por obrigar a uma constante acção de acerto e actualização, representa, em contrapartida, no seu dinamismo, um incitamento para a definição de estratégias globais de desenvolvimento a longo prazo, essenciais por tudo, até para corrigir o peso relativo das diversas políticas sectoriais que, nalguns casos, podem orientar-se por forma irreversível para direcções indesejáveis ao desenvolvimento económico-social encarado no seu todo.

Deste modo, o planeamento energético terá de ser encaminhado numa linha de estratégia global que em muitos aspectos, aliás, terá de se identificar (ou mesmo subordinar), às exigências da Segurança Nacional, por exemplo, nas orientações que conduzam a uma diminuição progressiva da dependência externa, ou a uma definição do melhor equilíbrio entre regiões ou entre centros urbanos e rurais, ou mesmo a uma gestão patrimonial dos ecossistemas, ou ainda a uma repartição mais equitativa dos rendimentos.

Outra observação que se afigura oportuna, até pelo que deixa adivinhar da interligação da Política Energética com a Segurança Nacional, refere-se à relação que se verifica entre o grau de desenvolvimento dum país e o seu consumo energético. Se bem que o desenvolvimento entre países não seja fácil de comparar, já que a evolução de cada um depende de inúmeros factores que lhe são próprios e que vão desde o seu posicionamento geográfico e da sua caracterização geológica até à sua estrutura económica e sócio-política, a verdade é que, mesmo assim, sem ir além dum certo empirismo, se podem tirar algumas ideias bem demonstrativas de que o estádio evolutivo dum qualquer país se pode avaliar, efectivamente, pelo barómetro da energia, cujos registos são extremamente sensíveis a todas as variações dos sistemas económicos correspondentes, designadamente quando neles se tenha verificado ou venha a verificar-se a substituição do trabalho

pelo capital, ou um significativo crescimento da produtividade, ou o êxodo rural ou o crescimento acelerado da urbanização.

Assim, num país caracterizado por uma estrutura económica incipiente, preponderantemente confinada à agricultura e ao comércio, e onde prevaleça o trabalho braçal, é bem evidente que o consumo de energia se manifesta por níveis muito baixos, flutuando, durante longos períodos, dum ano para outro ano.

Este quadro, contudo, altera-se radicalmente para os países em vias de desenvolvimento, onde as suas necessidades são múltiplas e onde cada uma suscita, de imediato, uma outra. Nestes países, com as suas infra-estruturas em constante crescimento, a actividade industrial sobrepõe-se por regra à agricultura, o que só por si explica um acelerado aumento dos consumos energéticos, sabendo-se que a rendimento igual (para estes países, bem entendido), a indústria consome bastante mais energia do que a agricultura. Acrescente-se que, à medida que o crescimento económico dum país se acentua, a evolução da sua indústria, inicialmente quase sempre atirada para o fabrico de bens de consumo, de produtos agro-pecuários e de têxteis, passa gradativamente a estádios industriais muito mais consumidores de energia (caso da siderurgia, e das indústrias cimenteira e química de base).

Observando, por fim, os países que mais decisivamente tomaram conta do progresso, verifica-se que os seus consumos relativos de energia, em vez de aumentarem, tendem gradualmente a baixar. E tal resulta assim porque nestes países se constituiu um parque imobiliário e um património de infra-estruturas que lhes permite orientar-se para aquilo a que hoje se chama «nova geração industrial» (electrónica, química fina) ou seja uma estrutura económica que se dimensiona por um forte valor acrescentado das suas produções e por um menor consumo energético.

Em síntese, poder-se-á afirmar que a evolução dum país corresponde, inicialmente, a uma fase de crescimento a pedir cada vez mais energia, até atingir, já numa fase de maturidade económica avançada, um máximo relativo, ditado, fundamentalmente, pelo crescimento da sua indústria pesada. A partir daí, aquela evolução passa a uma fase em que ao desenvolvimento económico não corresponde o crescimento paralelo dos inerentes consumos energéticos que, gradualmente, tendem a baixar.

Na sua base, o planeamento da energia dum país exige um conhecimento qualitativo e quantitativo aprofundado de todos os elementos que, à par-

tida, determinam a sua projecção no tempo, com relevância para tudo o que integre o consumo energético e se refira ao aprovisionamento de energia e também às informações do sistema energético, quer de carácter económico, técnico e estatístico, quer de natureza regional ou mesmo especificamente facultado por estudos de caso.

Ora, é a partir deste conjunto de elementos respeitantes ao seu ano de arranque — e tanto mais credíveis quanto mais válido for o suporte informativo dos anos que o precedem — que o planeamento se vai desenvolver, ao longo duma sequência de estudos e decisões que encontra a sua motivação, como se referiu já, nos parâmetros económico-sociais determinantes da procura de energia.

E aqui justifica-se uma pequena observação relativamente à noção de necessidade social, na sua configuração de necessidade energética, noção que, por si só, é ambígua, podendo mesmo ser perigosamente demagógica pela sua confusão com necessidades naturais, essenciais, quando aplicadas ao plenamento. Necessidade social, para este efeito, é só a que encontra resposta na ideia de que a procura de energia útil (física) que lhe é consequente, envolve um conceito de energia remunerada, por ser esta que, directamente, se liga ao nível de desenvolvimento dum sistema socioeconómico considerado.

Nestes termos, a energia útil, assim definida, será toda aquela cujo valor resulte, por exemplo, da decomposição em módulos sectoriais elementares que reflicta com homogeneidade, a situação específica e os objectivos político-sociais intrínsecos de cada país designadamente entre outros:

— O sector rural (produção agrícola, indústrias rurais, transportes próprios, etc.);
— O sector urbano (iluminação, aquecimento, utilização de electrodomésticos, etc.);
— O sector industrial (electricidade específica, vapor de alta e baixa temperatura, etc.);
— Os transportes.

Com a avaliação das necessidades de energia útil, no sentido que lhe foi dado, o planeamento permite, então, que venham a definir-se as principais prioridades e se possam assumir algumas das grandes decisões da política

energética relativas à procura de energia final — escolha das formas de energia a utilizar e rendimentos da sua utilização.

Note-se que estas decisões, pelas suas implicações, têm muito a ver com alguns aspectos da Segurança Nacional. De facto, é bem sensível que decisões a tomar tais como a escolha entre a valorização de energias tradicionais e a penetração de novas formas de energia, ou as inerentes ao exclusivo planeamento da energia eléctrica, por exemplo com a indrodução da via nuclear, ou mesmo as que se refiram à utilização de energias locais em desfavor de sistemas energéticos centralizados, pelas consequências que se adivinham, bem se pode afirmar que são decisões cuja avaliação ultrapassa o convencional equilíbrio custos/benefícios. É evidente que sobre elas incidem razões de outra dimensão, seguramente com peso relativo tão ou mais elevado do que os meros argumentos de maximização dum produto ou de minimização dum custo. No fundo, são decisões que implicam com a política global e que dela dependem e, em muito, repete-se, por razões de segurança. Relativamente à política energética, são as decisões que determinam a capacidade dum país em energia primária, mediante a escolha adequada, operativa e tempestiva das suas fileiras de produção e dos equipamentos necessários aos utilizadores finais.

De tudo o que fica dito, depreende-se que o valor do planeamento energético se identifica com o rigor das suas pevisões, quer de médio quer de longo prazo e tanto no que se refere à «oferta» como à «procura», uma e outra a funcionarem como pratos duma balança em que, num deles, se sente o peso dos recursos e das potencialidades energéticas e, no outro, o volume das necessidades em energia impostas pelas necessidades sociais.

Refira-se que, durante muito tempo, a orientação dada à política energética pendeu marcadamente para o lado da «oferta», até porque o próprio conhecimento sobre recursos energéticos e sua mais fácil acessibilidade de então significavam, em si mesmo, um estímulo ao crescimento e ao desenvolvimento.

Hoje em dia, porém, com as incertezas que envolvem a «oferta» no quadro dos recursos energéticos, nomeadamente do petróleo, e também, e muito, porque as metodologias de previsão da procura de energia a termo facultam, actualmente, uma visão mais realista da política energética, a análise da «procura» passou a ter outra relevância — sobretudo como factor condicionante da produção — o que leva a afirmar que o equilíbrio daquela política só é possível pelo equilíbrio que se estabeleça entre a

«oferta» e a «procura». E é este ajustamento que se pretende alcançar com o planeamento energético, recorrendo-se a diversas metodologias, quer no plano macroeconómico quer no plano sectorial.

Assim, no que se refere à «procura», numa análise macroeconómica, a evolução do consumo faz-se em função das previsões do crescimento, de harmonia com diversas hipóteses de correlação ou de elasticidade do consumo de energia, geralmente o PNB, o nível de preços, a produção nacional e o tempo. Contudo, a longo prazo, as relações entre energia e desenvolvimento, com forte carga conjuntural no que se refere, por exemplo, às elasticidades da procura relativamente aos rendimentos ou aos preços, são ainda difíceis de apreender. Aliás, a principal crítica que se faz a esta via de análise é a de que ela se desenvolve essencialmente como uma extrapolação de tendências passadas, que dá conta dum crescimento estatístico mas não explica as modificações estruturais motivadas pelo desenvolvimento.

Prosseguindo com a «procura» mas entrando, agora, no domínio da análise sectorial, reconhece-se que através dela os aspectos tecnicoeconómicos são melhor contemplados, facultando uma dissociação clara entre o desenvolvimento socioeconómico dum sistema considerado (necessidade social — energia útil), e as formas de energia a utilizar e seu rendimento de utilização (energia final, produção e recursos). Nesta via, com a «procura» a tentar penetrar em todas as categorias de consumidores e a ter em conta os respectivos projectos específicos e correspondentes investimentos, a precisão da sua evolução afigura-se mais próxima da realidade, em virtude duma melhor perspectivação das economias do futuro e dos processos de transferência de energia.

Relativamente ao outro prato da balança da política energética, a «oferta», verifica-se que ele está, igualmente, submetido aos mesmos processos de análises da «procura» e, bem assim, sujeito às mesmas incertezas, sobretudo no que respeita ao desenvolvimento da produção. Veja-se, como bom exemplo, o caso da França, no esforço que se lhe exigiu de duplicar, cada 10 anos, a sua produção de electricidade, e que, hoje, com os desajustamentos registados entre realidade e previsão se encontra excedentária, com os prejuízos económicos que daí lhe advêm. Mas, mesmo assim, talvez que seja preferível errar por excesso que por defeito, embora o que aqui interessa salientar seja o risco que ainda impende sobre as grandes decisões em energia, consequentes do grau de incerteza a que o planeamento, sobre-

tudo o de longo prazo, se mantém condicionado por razão dos imponderáveis que o tempo arrasta.

Na sua perspectivação, a análise da «oferta» torna também indispensável aprofundar o plano sectorial, tanto no que se refere às potencialidades dos recursos energéticos nas suas diferentes formas como no que diz respeito aos diversos projectos envolvidos no desenvolvimento efectivo da produção, tais como barragens, centrais, minas, exploração de petróleo e gás, refinarias, etc.

Neste domínio, onde igualmente se torna importante prever, para cada forma de energia, a evolução das importações e das exportações, afigura-se oportuno referir, como exemplo duma desejável cooperação internacional, a aceitação que têm merecido à generalidade dos países que a integram — e são muitos — os esforços promovidos pela Agência Internacional de Energia Atómica, com o objectivo de facultar não só uma permanente actualização do conhecimento sobre recursos uraníferos (reservas e perspectivas) existentes em todo o mundo, bem como as melhores condições técnicas e metodológicas tendentes à sua descoberta, exploração e aproveitamento. Num mundo em que o relacionamento é difícil, esta cooperação, verdadeiramente activa e participativa — e que se traduz por um acumular de informação de enorme utilidade para os respectivos planeamentos — surge, na verdade, como um exemplo inteligente que surpreende pela grande abertura que o caracteriza.

Mas, para além deste jogo prospectivo, é evidente que a contribuição do planeamento para o estabelecimento duma política energética, ajustada aos interesses dum país, se estende a outros campos, dos quais a política de preços e a política definidora duma utilização racional da energia serão os mais influentes.

A política de preços, em virtude das suas envolvências, representa um dos aspectos essenciais para que se consiga uma gestão de energia coerente, especialmente no que respeita às decisões relativas aos investimentos e ao planeamento global da procura e da produção. Concebida para uma prática de longo prazo, mas constantemente afectada por situações de conjuntura, a política de preços é, na verdade, por demais complexa até porque, na sua estrutura, tem de considerar, em simultâneo (e por vezes com aspectos contraditórios), os vários tipos de recursos energéticos que a completam, com a necessidade de os ponderer em conjunto e em particular nos diferentes factores que caracterizam qualquer deles, nomeadamente, valor de

compra das matérias-primas, remuneração dos serviços dos diversos intervenientes (produtores, importadores, distribuidores, retalhistas) e aspectos de fiscalidade (taxas e subvenções).

A política em matéria de racionaliação de eneria constitui outro domínio da política energética que envolve escolhas e decisões das mais difíceis e preocupantes para qualquer país, tanto no campo da energia como no campo da indústria. É através dela que se faz a conveniente gestão dos recursos energéticos de que um país possa dispor, na ideia de limitar os custos dos investimentos e da produção. Tal como a política de preços, é também matéria de grande complexidade, o que ajuda a compreender as hesitações que, a nível de governos, frequentemente tolhem o seu desenvolvimento.

Em síntese, o planeamento em matéria de energia constitui um processo de análise dos diversos aspectos das opções energéticas, tendo como certo que a explicitação da política que o determina ultrapassa uma visão económica estrita, decorrendo sim da avaliação dos sistemas da «oferta» e da «procura» de energia, de modo a que os factores político-sociais sejam considerados em harmonia com as decisões relativas às diferentes tecnologias. Claro que a explicitação duma qualquer política nacional de energia depende, obviamente, das características intrínsecas do país a que se refere. Todavia, em termos globais, verifica-se que a generalidade dos países — independentemente do seu grau de desenvolvimento e das suas disponibilidades em recursos energéticos — apresentam em comum, relativamente aos seus próprios planeamentos, um conjunto de premissas um tanto ou quanto paradoxais no seu equacionamento, já que:

— por um lado, há que consumir menos energia (o que aconselha uma acção directa sobre as energias disponíveis no mercado);
— por outro, o crescimento económico que se procura assenta geralmente num maior consumo de energia (o que implica o aproveitamento de todas as formas alternativas);
— por outro lado ainda, é imprescindível reduzir ao mínimo a dependência das fontes energéticas provenientes de zonas políticas nevrálgicas.

Tudo isto deixa concluir, obviamente, que o caminho para o progresso depende da racionalização da energia, mas que esta racionalização tem que

ter em conta, permanentemente, o carácter conjuntural dos cenários socio-económicos que envolvem o mundo de hoje, o que implica que todos os países tenham, forçosamente, que associar as suas políticas de energia às exigências prementes de Segurança Nacional. Só a partir daqui será possível conjugar os vectores energéticos determinantes, compatibilizando recursos primários com necessidades sociais e, mais do que isso, só assim, no plano da cooperação internacional, se poderão conciliar os interesses políticos, económicos e sociais de nações, as mais das vezes, dificilmente convergentes.

Esta a ponte que dá passagem para o tema seguinte:

— O Quadro Energético no Mundo. Perspectivas.

4. *O QUADRO ENERGÉTICO NO MUNDO. PERSPECTIVAS*

Na ideia de melhor se compreender o panorama energético actual, afigura-se de interesse fazer uma breve retrospectiva do balanceamento verificado entre a «procura» e a «oferta» no decurso do século que ainda percorremos.

Assim, até ao deflagrar da I Guerra Mundial, os excedentes comerciais do carvão e do petróleo saldavam-se, relativamente aos respectivos consumos mundiais de então, em cerca de 1,8% ($\pm$ 20 milhões de toneladas) para o carvão e 17,8% (pouco mais de meio milhão de toneladas) para o petróleo.

Acabada esta Guerra, começa, contudo, a desenhar-se um quadro diferente, em que, simultaneamente, os excedentes de carvão se vão restringindo e em que o petróleo de excedentário passa gradualmente a deficitário. Pode no entanto afirmar-se que até às vésperas da II Grande Guerra, os países mais desenvolvidos eram auto-suficientes em matéria de energia, registando-se, por volta de 1936-1938, um equilíbrio real entre a «procura» e a «oferta», traduzido ora por um pequeno excedente ora por um pequeno défice mas, num e noutro caso, nunca ultrapassando 1 a 20% do consumo comercial de energia.

Depois da II Guerra Mundial e até ao choque provocado pelos grandes produtores de petróleo do mundo árabe, que veio alterar toda a política energética mundial (e não só!), dá-se uma evolução que se caracterizou, no decurso dos anos 50, pela preferência, diria mesmo pela sedução do petróleo em desfavor do carvão que, acelerada e inadvertidamente, vê perder toda a sua influência.

Durante este período, os países industrializados assentaram a sua prosperidade, sem quaisquer dúvidas, em virtudes próprias — no trabalho, na tecnologia, na produtividade — mas também, e muito, numa contribuição «generosa» que o resto do mundo lhes facultava em produtos de base e mão-de-obra barata, o que originou uma crescente e fácil explosão económica, particularmente significativa na década de sessenta (os «swinging sixties» de Mac Milan). Note-se, no entanto, que, a partir de 1965, começaram já a surgir sinais evidentes de instabildade económica, que se manifestavam, quer pela inflação e pelo desemprego crescente quer pela quebra de ganhos de produtividade e pela baixa de rendibilidade dos capitais, quer mesmo pela saturação dos mercados internos e pela insegurança das trocas internacionais.

Só que, então, o mundo ocidental não olhava em frente, na busca de horizontes mais amplos que, simultaneamente, com solidariedade e inteligência, contemplassem não só os seus próprios interesses mas também os dos países que despertavam para uma nova forma de vida.

Recorde-se que, em 1973, o défice de energia da Europa Ocidental era da ordem dos 60% do seu consumo e que este défice — atente-se nisto — não era, nem de longe uma derivada do carvão, cujo aproveitamento adequado se não fez por inúmeras razões mas não por insuficiência de recursos. No dizer de Alfred Sauvy (1), ao referir-se com ironia à substituição acelerada do carvão pelo petróleo «foi um esforço excepcional, largamente financiado de ... destruição!». E foi-o, na verdade, com o fechar prematuro de muitas minas de carvão ainda longe da exaustão. Ora, sabe-se que o fecho duma mina é qualquer coisa de desolador, que deixa sempre reflexos dolorosos e talvez que hoje se possa pensar que a filosofia de então, inadvertida, tinha tanto de ganância como de imprevidência, o que explicará muito do que depois aconteceu.

E eis-nos chegados aos últimos 10 anos, cuja história é por demais conhecida (e sentida):

1973 — O choque provocado pelo aumento arbitrário dos preços do petróleo;

(1) «La vie en Plus».

1974-1975 — a recessão económica do mundo ocidental, reveladora duma crise económica muito mais profunda do que se imaginava e de que o problema do peróleo, em si mesmo, foi apenas uma causa menor;

1976-1978 — uma lenta deriva dos preços do petróleo bruto, significando, em termos reais, uma depreciação do mesmo e, consequentemente, uma melhoria atenuada das economias do Ocidente, com incremento do fluxo OCDE — OPEP;

1979-1980 — uma nova alta dos preços do petróleo, provocada por perigosos argumentos de carácter conjuntural (com relevância para a revolta do Irão e para o conflito Irão-Iraque), logo seguida da subida do dólar e de nova fase de retracção da produção e das trocas, com alargamento do desemprego;

1981-1982 — um sensível desequilíbrio dos fluxos económicos internacionais, devido ao retraimento generalizado da economia, com os países industriais a reduzirem os seus consumos em energia, limitando as importações de petróleo, com consequentes perdas nos rendimentos dos países exportadores;

1983 (Março) — a decisão dos países exportadores de petróleo reduzirem em 15% o preço do petróleo bruto.

Este o panorama actual, um panorama de tonalidades escuras que oferece muitas dúvidas, embora, para alguns analistas, aquela redução surja como contributo muito válido para o relançamento da economia mundial; para a generalidade, porém, tal redução poderá constituir-se num elemento tendente a estrangular os fluxos económicos estabelecidos a partir de 1973, entre o Ocidente e a OPEP, o que, para estes analistas, resulta ainda agravado, devido ao facto do valor do dólar, relativamente às outras moedas, anular ou pelo menos reduzir todos os eventuais benefícios derivados da recente baixa do preço do petróleo.

De qualquer modo, é de se admitir que uma terceira crise mundial possa surgir em resultado de sucessivas alterações, num sentido ou noutro, do preço do petróleo. Sem falar nos perigos de agravamento duma crise económica persistente que espreita todo o mundo, a força da inércia pode tomar conta do sector energético mundial, levando-o à tentação de reactivar a procura do petróleo, agora enganosamente mais atraente, com inconveniente repetição de situações ainda vivas. O perigo duma nova crise existe. É real! E, dado o estreitamento económico que hoje se observa entre países,

todos eles se arriscam a sofrer as mesmas consequências, obviamente com os países de economia frágil (como o nosso) a sentirem-nas certamente mais do que outros.

Assim, se se pretende realmente instaurar um equilíbrio durável que permita o crescimento firme e coerente a que todas as sociedades legitimamente aspiram, a humanidade terá que fazer uma ponderação conscienciosa dos riscos a eliminar. Há, sobretudo, que ter em conta — e isto é uma medida de segurança internacional — que a unilateralidade é sempre tremendamente perigosa. Viu-se isso com o laço atirado pelo mundo industrializado aos países exportadores de petróleo que, durante anos e anos, tanto lhes limitou o desenvolvimento; viu-se isso com as reacções destes últimos, roendo a corda que os laçava, impondo um arbitrário e altamente prejudicial escalonamento dos preços do petróleo bruto, nada de harmonia com as subidas regulares que se impunham.

Neste contexto, a obrigação mais preocupante que se poderá exigir das sociedades que constituem o nosso mundo é, sem dúvida, a de que elas tomem consciência da duração dos recursos energéticos primários actualmente disponíveis e de que maneira deverão ser utilizados e escalonados no tempo. Recorde-se que, actualmente, 90% da energia consumida no mundo provém de fontes de energia não renovável. Daqui, a preocupação generalizada de se efectuarem estudos prospectivos tão completos quanto possível que permitam evaliar realisticamente as necessidades futuras de aprovisionamento das diferentes fontes energéticas.

De maneira muito sumária, com base em recentes previsões, o quadro específico para cada uma destas fontes energéticas, tendo para todas elas 1978 como ano de referência, é o seguinte:

Carvão — depois da quebra sofrida de 1960 a 1978, com o seu consumo mundial a baixar de 36% para 25%, a sua participação tem vindo a crescer, inscrevendo-se com 1,7 Gtep em 1978. Prevê-se que esta tendência se mantenha, atingindo 28% da balança mundial no ano 2000 (2,8 a 3,2 Gtep) e 32% (4,4 a 5,7 Gtep) em 2020, percentagens estas que lhe conferirão no futuro a maior comparticipação entre todas as fontes disponíveis. Na base dos consumos actuais, as reservas carboníferas conhecidas terão uma duração de cerca de 225 anos ou de mais de 400 anos na hipótese dos novos métodos de gaseificação virem a ser generalizados.

Petróleo — admite-se que a sua contribuição baixará de 46% (3 Gtep) em 1978 para cerca de 30% (2,8 Gtep) em 2000 e 20% (2,4 Gtep) em 2020. Alguns cenários menos optimistas indicam, todavia, que apesar de tudo, a procura do petróleo poderá atingir valores mais elevados. Admitindo os consumos actuais, as reservas conhecidas de petróleo (com excepção das zonas polares e do alto mar bem como das areias e xistos betuminosos, com soluções extractivas muito mais complexas e onerosas), chegarão apenas para pouco mais de trinta anos.

Gás Natural — considera-se que se mantenha por longo tempo a sua quota de 18%, ainda que sob muitos aspectos — até de segurança nacional — isto seja discutível. A sua procura crescerá de 1,2 Gtep em 1978 para 1,8 —2,2 Gtep em 2000 e para 2,4 — 3,2 Gtep em 2020. Aos consumos actuais, as suas reservas durariam 50 anos.

Nuclear — com toda a controvérsia que o envolve surge, juntamente com o carvão, como uma das grandes alternativas do petróleo. Aos seus 2% de 1978 (0,5 Gtep) é crível admitir um salto para 8% (0,8 — 1 Gtep) em 2000 e para 12-13% (1,7-2,3 Gtep) em 2020. A duração das reservas conhecidas de urânio, com utilização exclusiva dos reactores convencionais chegariam para perto de 500 anos, duração que se ampliará largamente para cerca de 9000 anos desde que os esquemas de produção de electricidade passem a admitir a utilização dos reactores reprodutores.

Energia Hídrica — com os limites do seu aproveitamento praticamente atingidos nos países industrializados mas ainda com muitas possibilidades nos restantes, deverá manter a sua contribuição entre 6 e 8%, passando no entanto de 0,4 Gtep em 1978 para 0,6-0,7 Gtep em 2000 e para 1-1,3 Gtep em 2020.

Novas Formas de Energia — emergirão progressivamente, admitindo-se uma evolução que irá dos 3% (0,3 Gtep) em 2000 a 6% (0,8 a 1,6 Gtep) em 2020.

A análise destes dados obriga a algumas observações com interesse. E a mais evidente é a de que a procura de energia no mundo continuará, naturalmente, a crescer, talvez a triplicar no espaço temporal dos próximos 50 anos. O aumento acelerado da população mundial e o crescimento econó-

mico, sobretudo nos países em desenvolvimento (2), constituem os argumentos de maior peso para que assim seja.

Outra observação que ressalta corresponde à ideia de que a humanidade no decurso dos primeiros 20-30 anos do próximo século, apesar dos esforços tecnológicos em contrário, continuará dependente das actuais fontes energéticas dominantes. A histórica barreira temporal do ano 2000, ano em que se visionavam grandes mutações, situa-se agora 30 ou 50 anos mais para diante, altura em que, provavelmente, se poderá dispor duma considerável diversidade tecnológica, com peso das novas fontes energéticas, designadamente energia solar e fusão nuclear. Acentue-se que, no actual estado de conhecimentos, não é crível uma utilização alargada das energias renováveis.

A necessária substituição do petróleo, destinado no futuro a finalidades mais nobres (petroquímica, transportes), persiste como processo irreversível se bem que a sua evolução se desenvolva num ritmo muito mais lento do que conviria e seria de prever, facto que se explica, sobretudo, pela dificuldade que uma alteração de estruturas sempre acarreta, principalmente quando, como no caso concreto, se pretende largar uma via energética — o petróleo — que, na sua utilização, exige investimentos menores do que qualquer outra. E, aqui, levanta-se a questão crítica de se saber se as mutações estruturais, que se impõem, poderão ou não ser realizadas antecipadamente ao aparecimento duma eventual nova crise provocada pelo mercado do petróleo.

Do ponto de vista geopolítico, várias são as reflexões que igualmente se podem tecer. Mas três aspectos há que, porventura, exercem mais larga influência na evolução e distribuição dos consumos energéticos atrás indicados.

O primeiro deriva de que a distribuição de consumos não é equitativa, continuando os países industrializados (cerca de metade) a assumir parcela claramente diferenciada. Sem grande rigor e unicamente para figurar esta realidade, pode referir-se todavia, que, para um total de 4200 milhões de habitantes em 1978, 50% daquele total absorveu 87% das energias industriais, enquanto os outros 50% não foram além dos 13% restantes. Tenha-se no entanto em conta que nesta percentagem não se inclui a energia não comercializada de que a utilização no Terceiro Mundo é ainda dominante.

(2) Nos países em vias de desenvolvimento, um aumento de 1% da economia acarreta um aumento do fornecimento de energia de 1,2 a 1,5%; nos países altamente evoluídos esta relação é apenas de 1 para 0,5%.

O segundo aspecto resulta das divergências de interesses entre os países ricos em recursos energéticos e os restantes, divergências claramente manifestadas nas respectivas orientações políticas — os primeiros a promoverem, por vezes desordenadamente, a procura de energia, a fim de estimular a produção; os segundos a tentarem racionalizar a utilização da energia, numa intenção de economia nem sempre alcançada. Indo mais longe, trata-se dum acumular de divergências passíveis de se agravarem constantemente, em consequência duma distribuição irregular de riquezas, traduzida pelo desequilíbrio geográfico das concentrações de combustíveis fósseis (com o petróleo a criar uma zona de excessiva influência no Médio Oriente, mas com o carvão a oferecer também riscos distributivos, com 3/4 dos seus recursos disponíveis a dependerem da China, União Soviética e Estados Unidos).

Um terceiro aspecto, digno de nota, diz respeito à escolha das diferentes fontes energéticas, fundamentais e complementares, que depende, em muito, de numerosos factores locais — em particular das infra-estruturas do país a que se refere e da sua economia — e também das interligações estabelecidas com outros países.

Numa perspectiva de distribuição, atendendo às tensões políticas mundiais, os consumos das várias fontes energéticas disponíveis a Norte e Sul dão uma ideia clara de que assim é.

Deste modo, admite-se que o carvão e o nuclear, como alternativas mais marcadas para o petróleo, terão, no espaço temporal limitado pelo ano 2020, manifestamente mais utilização a Norte do que a Sul, embora aqui o carvão assuma alguma importância relativa, em grande parte por influência do desenvolvimento da China.

Por seu lado, as novas formas de energia emergem paralelamente a Norte e a Sul, enquanto a componente hídrica ganhará particular importância a Sul, prevendo-se que, no período referido, o Terceiro Mundo produzirá entre 50 a 60% da energia hídrica mundial.

No que se refere ao gás natural, há ideia de que se desenvolverá mais insistentemente a Sul, conquanto, nos países do Norte, onde já está largamente implantado, o seu consumo se mantenha ao nível actual até cerca do ano 2000 para, a partir daí, decair sensivelmente.

Quanto ao petróleo, ver-se-á que a sua utilização energética será gradualmente reduzida a Norte, por efeito do incremento alcançado conjugadamente pelo carvão e pelo nuclear; a Sul, porém, continuará a ser a

fonte energética mais procurada, com os inconvenientes que se adivinham, apenas com os países asiáticos de economia centralizada a constituírem excepção.

Num outro ângulo de observação, fica a interrogação do que virão a ser os equilíbrios geopolíticos no mundo, designadamente no domínio da energia, perante a perspectiva dum crescimento demográfico traduzido no fim do século em 6000 milhões de habitantes e, 20 ou 30 anos depois, em 8000 milhões, dos quais cerca de 80% pertencerão ao Terceiro Mundo. Um Terceiro Mundo que com o andar do tempo levará vários dos países que o compõem a diferenciar-se no sentido do progresso, estabelecendo certamente novas zonas de influência. Sará sem dúvida um novo mundo, em que é fácil adivinhar — com reflexos acentuados nos consumos energéticos — uma ascensão importante do Médio Oriente, do Norte de África, da China, da Índia, do México e de mais alguns países da América Latina; mas em que vários outros, sobretudo da África negra e do Sul da Ásia se manterão em estádios de maior ou menor atraso. Afigura-se que será um progresso em que novas pressões poderão surgir pelo aparecimento de novos centros de gravidade.

E neste evoluir, a OCDE, de que uma Europa envelhecida faz parte, sente a competição daqueles outros países em dinâmica acelerada de desenvolvimento o que, em termos de energia, se traduzirá por uma quebra percentual acentuada dos seus consumos que dos 58% de 1978 passarão para pouco mais de 30% em 2025, percentagens estas a que corresponderão percentagens da ordem dos 20% para a União Soviética e restantes países da Europa do Leste que assim manterão uniforme a sua quota de 1978, mas, no que se refere ao petróleo, a terem necessidade, com o tempo, de recorrerem à importação.

Em última análise, tudo isto mostra uma evolução das necessidades energéticas no mundo que mais não representa do que parte da própria evolução social, política e económica desse mesmo mundo; processo que só encontrará equilíbrio na base da solidariedade entre nações, na realidade, a melhor medida de segurança nacional a que cada uma delas poderá aspirar, como parcelas fundamentais dum mundo que é pertença de todos.

E aqui entro, finalmente, no último capítulo desta exposição — a Política Energética e a Segurança Nacional.

5. *POLÍTICA ENERGÉTICA/SEGURANÇA NACIONAL*

Se bem que a noção de Segurança Nacional tenha estado sempre latente ao longo desta exposição, o certo é que ela não foi claramente expressa. Para o efeito, porém, e na ideia de interligar Política Energética/Segurança Nacional, socorro-me do pensamento esclarecido do comandante Virgílio de Carvalho para definir Segurança como um dos três grandes objectivos nacionais que, juntamente com os dois restantes — Justiça e Desenvolvimento — congrega o Interesse Nacional. Neste enunciado, Segurança Nacional resulta como um objectivo englobante duma política ampla de Defesa Nacional, com esta a abranger, para além do aspecto militar, aspectos de natureza não militar. Assim, mesmo não sendo fácil estabelecer o patamar de separação entre Defesa e Segurança Nacionais, na realidade, para muitos, pouco nítido, fica sempre ressalvado o sentido da participação da Segurança Nacional tendente a minimizar quaisquer medidas tidas como pertinentes do ponto de vista exclusivo de política energética, mas que, eventualmente, poderão não o ser quer em termos de Segurana Nacional, numa visão política mais ampla, quer em termos de Defesa Nacional, numa visão política mais circunscrita.

Posto isto, afigura-se conveniente sistematizar o que foi dito, fazendo realçar as linhas orientadoras de política energética que induzam à ponderação dos aspectos globais duma política de segurança que privilegie o interesse nacional sobre o interesse sectorial, tanto pela valorização de potencialidades como pela minimização de vulnerabilidades.

Nesta ordem de ideias, a experiência dos últimos 10 anos realça alguns aspectos condicionantes, fundamentais a qualquer especulação sobre energia, a recordar:

— que, hoje em dia, qualquer política energética não pode ser equacionada separadamente duma política económica nacional que não contemple, cuidadosamente, a reciprocidade das relações entre energia e economia, na intenção de se evitarem graves distorções no planeamento global;
— que as políticas energéticas, no futuro, não mais poderão assentar, como no passado, na concentração privilegiada duma única fonte de energia, seja ela qual for;

— que o planeamento energético, como linha orientadora indispensável duma política energética, apesar das suas incertezas, tem de ser desenvolvido num contexto de longo prazo, o mais objectivo quanto se possa no que respeita à escolha de decisões, o mais prudente quanto se enxergue no que se refira à leitura de cenários e à comparação com espaços económicos diferentemente estruturados;
— que economizar em energia constitui objectivo fundamental duma política energética adequada à época actual, designadamente quanto à razoabilidade económica da gestão energética se orientar ou por uma escolha de eficácia — economia em energia primária — ou por uma opção de segurança — economia de energia importada.

Estes aspectos, entre outros, demonstram com nitidez que a política energética se encontra, efectivamente, confinada por razões poderosas que, expressas ou não, são no fundo medidas de Segurança Nacional. Medidas que, curiosamente, se podem generalizar, se bem que com incidências diferentes, a todos os países, independentemente do seu grau de desenvolvimento, das suas maiores ou menores disponibilidades em recursos energéticos ou mesmo (e talvez mais significativo) quer se trate de países de economia de mercado ou de países de economia centralmente planificada.

Conclui-se, também, que todas as estratégias energéticas nacionais não poderão distanciar-se, demasiado, de sistemas energéticos tecnologicamente assentes em linhas de orientação genéricas que minimizem as repercussões da crise energética. Daqui que a maioria dos países, através de medidas isoladas ou conjugadamente, desenvolvam políticas energéticas nacionais declaradamente influenciadas por critérios de Segurança Nacional, sobretudo no que se refere à utilização restringida do petróleo. Vejam-se, como bom exemplo, aliás referido pelo PEN, os objectivos definidos neste sentido pelos países da CEE:

— Reduzir, pelo menos a 0,7 e de forma progressiva, até 1990, para o conjunto da CEE, a relação entre a taxa de crescimento do consumo de energia primária e a taxa de crescimento do produto interno bruto;
— Reduzir o consumo de petróleo na Comunidade a cerca de 40% do consumo de energia primária;

— Cobrir, por meio dos combustíveis sólidos e de energia nuclear, 70% a 75% das necessidades em energia primária para produção de electricidade;
— Encorajar o recurso a fontes de energia renováveis, de forma a aumentar a sua contribuição para o aprovisionamento de energia da Comunidade;
— Seguir uma política de preços de energia compatível com a realização dos objectivos aprovados pela Comunidade, tendo especialmente em atenção o seguinte:
  — Os preços no consumidor deverão reflectir as condições representativas do mercado mundial e ter em conta as tendências a longo prazo e outros factores de custo.
  — Considerar como factor determinante dos preços no consumidor o custo de substituição e de desenvolvimento das fontes de energia;

A amplitude destas recomendações não deixa dúvidas quanto à evolução defensiva das estratégias energéticas nacionais em causa, em consequência dos desequilíbrios energéticos mundiais. Perante o perigo de roturas no aprovisionamento de petróleo ou de preços extremamente elevados, avivou-se, para aqueles países, a necessidade urgente de cooperarem, minimizando, em conjunto, os efeitos de situações críticas possíveis.

Contudo, à luz dos acontecimentos actuais, seria utópico imaginar um cenário de cooperação universal, já que a tendência constantemente verificada conduz antes a um cenário simétrico daquele, de confrontação. Os focos de conflito surgem em todo o lado, mesmo onde menos se espera, e onde se espera aparecem como menos se espera.

Perante esta realidade, as estratégias apoiadas por razões de Segurança Nacional assumem, naturalmente, grande peso relativamente às estratégias de cariz essencialmente económico e tecnológico, o que justifica breve apreciação dos riscos e incertezas que introduzam maior perturbação ao desenvolvimento da política energética e das estratégias das indústrias que lhe estão sujeitas, entre eles: riscos políticos e sociais; riscos financeiros e económicos; riscos tecnológicos e impactes sobre a saúde e os ecossistemas; riscos de aprovisionamentos insuficientes; riscos exógenos.

No que respeita aos riscos políticos e sociais, a política energética dum dado país tem de ser considerada por forma a evitar que o equilíbrio social se rompa, preservando o desenvolvimento e o ordenamento harmónico do

território e, sobretudo, assegurando as necessidades básicas de sobrevivência da população (produção e transformação de produtos agrícolas, pecuários, pesca) e o funcionamento do sistema de transportes colectivos (ferroviário e rodoviário).

Os riscos económicos e financeiros são geralmente considerados, entre todos, como dos mais graves, sobretudo quando se depara uma conjuntura financeira difícil, como a portuguesa que, em virtude da sua gravidade, tomarei como modelo de análise.

Carente de recursos energéticos próprios, a dependência de Portugal neste domínio aproxima-se dos 85%, com 80% só do petróleo, o que significa —por razões várias conhecidas, principalmente agravamento do preço do petróleo, valorização do dólar — que, em termos de balança comercial, os produtos petrolíferos passaram de um défice de 1,5 milhões de contos (cerca de 7%) em 1973, para um défice de 171 milhões de contos (aproximadamente 50%), em 1982.

Os números expressam bem uma situação de grande vulnerabilidade, traduzida quer pelo aumento do custo de energia e do custo de vida em geral, quer pelo agravamento da dívida externa; mas a isto ainda se poderão juntar mais algumas preocupações, derivadas, fundamentalmente, do sector energético ser capital intensivo, requerendo investimentos adicionais elevadíssimos para ocorrer aos processos de substituição, tudo para servir uma política de desenvolvimento altamente consumidora de energia.

Para obstar a esta situação de retardamento do crescimento económico, várias medidas de política energética — a que talvez seja mais correcto chamar de Segurança Nacional — se impõem. Mas, de entre tudo, será necessário, deste ponto de vista, disciplinar o País, dar novo sentido ao sector industrial e desenvolver as políticas de substituição do petróleo, que, no que respeita à produção de electricidade (15% do consumo energético total) terão forçosamente que reforçar a já insuficiente solução hídrica, pelo recurso a sistemas termoeléctricos. Mas atenção! Os custos dos investimentos são pesadíssimos, quer se busque solução no carvão — menos exigente em divisas mas talvez com maiores custos globais — quer se recorra ao nuclear — vantagens diferidas no tempo por razão de menores custos com o combustível. Neste aspecto, sobretudo no caso do nuclear, por requerer maiores investimentos iniciais, é essencial um cuidado extremo, de forma a que a construção duma central se não arraste no tempo, pelo

aditamento de prescrições novas e de procedimentos complementares. Os custos adicionais duma situação como esta — em mais do que um país, designadamente nos EUA, verificaram-se atrasos de 3-4 anos — constituem, em boa verdade, um risco tremendo, só possível de ultrapassar pela compatibilização da necessidade crescente de segurança com a competência e com a competitividade económica.

A análise dos riscos tecnológicos das várias alternativas energéticas implica a confrontação entre todas, a fim de se avaliar o risco que cada uma acarreta para a colectividade. Trata-se de ponderar o impacte das diferentes tecnologias energéticas sobre a saúde e os ecossistemas naturais, o que inclui a análise dos riscos ligados à construção e às condições de localização (realidades económicas e espaciais) e os riscos de funcionamento (riscos profissionais, para o público e para o meio ambiente).

Em termos comparativos, o gás natural, logo seguido do nuclear, é a fonte de energia que, probabilisticamente, menores riscos oferece. Todavia, fala-se muito do que poderia ter acontecido em Three Miles Island, mas ignora-se que a rotura da barragem de S. Fernando, também nos EUA, ia provocando a maior catástrofe energética de sempre, inundando um vale ocupado por mais de um milhão de pessoas.

Fala-se muito, também, dos perigos dos resíduos radioactivos — e é correcto que assim seja — mas, surpreendentemente, fala-se muito pouco dos processos de poluição marinha provocada pelo petróleo; e, ainda menos, dos perigos gravíssimos que os resíduos de combustão dos combustíveis fósseis oferecem ao contaminarem perigosamente a atmosfera.

O recurso à energia nuclear implica o domínio desta tecnologia, o que exige rigorosa preparação e alta especialidade. A alimentação dum parque de grandes centrais a carvão requer, por seu lado, uma infra-estrutura de aprovisionamento complexa e áreas de armazenamento consideráveis. Outras formas de energia, com os seus méritos específicos, têm igualmente as suas contrapartidas negativas. Na sua aplicação, porém, todas representam riscos, maiores ou menores; se o risco do nuclear é real, o do não nuclear também o é! Só que as atenções gerais se têm virado insistentemente e, quase sempre com desvirtualizações, para os inconvenientes do electronuclear, fazendo esquecer as outras vias, numa atitude de análise e decisão falha de objectividade e eivada de parcialismo, nalguns casos mesmo de fanatismo demagógico. Ora isto representa uma atitude, que em termos de Segurança Nacional se deve denunciar, já que a falta duma informação competente

que oriente uma escolha isenta significa, efectivamente, um risco mais a assinalar — e dos mais graves — principalmente quando se pretende, como entre nós, salvaguardar a democratização da opinião pública. Para que esta se manifeste com bom senso e sentido das realidades, é fundamental que a liberdade de expressão se não volte, por falta de esclarecimento, por deformação ou instrumento político (como na Áustria) contra os interesses maiores do país e da sua população.

O problema dos aprovisionamentos energéticos é também um problema sempre preocupante devido aos riscos que envolve e que ganhou acuidade a partir da altura em que o petróleo deixou de ser um produto barato para, em vez disso, se transformar no instrumento pesado que, de há 10 anos para cá, vem comandando a política energética mundial.

Sendo um problema particularmente sensível no caso do petróleo, a verdade é que também o é para a generalidade dos restantes recursos energéticos — não se esqueça, por exemplo, que a situação do petróleo se reflecte na do gás natural e que o carvão, por virtude da sua distribuição geopolítica, poderá, no futuro, oferecer riscos de aprovisionamento que se não podem ignorar.

Depreende-se de tudo isto, independentemente de razões de ordem funcional, a necessidade que um país tem, numa estratégia de Segurança Nacional, em reduzir as suas vulnerabilidades em energia recorrendo, por um lado, à diversificação interna do seu sistema energético e, por outro, à diversificação externa dos fornecedores das respectivas matérias-primas.

E aqui surge um problema com interesse: o de se saber de que maneira as disponibilidades próprias dum dado país, em determinada matéria-prima energética, influenciam o planeamento da sua política nacional de energia.

Tendo em conta que o mercado internacional «comanda» a política energética, à primeira vista, e como regra, parece não restarem dúvidas de que o aconselhável será mesmo fazer uso das disponibilidades próprias, adoptando para o efeito uma via energética que lhes seja adequada. Todavia, existem casos, e não são poucos, em que o jogo estratégico aconselha acção diferente, por exemplo o caso dum país rico em urânio (que até poderia ser o nosso) mas com um programa electronuclear retardado. Pergunta-se: que fazer com estas reservas uraníferas? Activá-las como valor comercial que têm ou cativá-las como reservas estratégicas que são, mesmo fazendo-as correr o risco de as ver transformar em capital inerte?

Outro exemplo: em muitos países produtores de petróleo o espectro da falta de gás para utilização residencial e dessalinização da água é um facto, donde não causar surpresa que alguns destes países por razões físicas (o equilíbrio precário das disponibilidades energéticas próprias) e por razões económicas (os custos efectivos do gás desde 1979) veja no nuclear uma solução conveniente. Aliás, no Médio Oriente foi prevista a construção de 23 centrais electronucleares em 10 anos, o que se considera plausível até porque, para grande parte dos países desta região, o capital é abundante para não dizer que existe em excesso. Para eles, no dizer dum ministro árabe, uma central nuclear apenas significa papel, enquanto o petróleo e o gás representam a sua potencialidade, uma potencialidade que lhes é conveniente não utilizar em benefício directo.

No lado oposto, porém, na área dos grandes consumidores de petróleo e de gás natural, o problema é outro, já que a indispensabilidade destes produtos, ainda que com utilização mais racionalizada, subsiste. E como tal, avolumando-se as incertezas relativas ao seu aprovisionamento, os «stoks» de segurança, nestes países, assumem grande relevância. Todavia, para lá da sua finalidade logística normal, estes «stocks» não podem desempenhar mais do que uma função conjuntural, permitindo ganhar algum tempo em caso de rotura parcial do aprovisionamento ou atenuar os efeitos duma súbita e passageira alteração dos preços.

Para transformar estes «stocks» em «stocks» estratégicos seria necessário que eles tivessem outro volume e fossem muito além dos 90 dias para que estão geralmente programados, o que ultrapassa qualquer política nacional.

Dada a sua importância, a análise da política de «stocks» e o seu financiamento tem sido, obviamente, objecto de vários estudos, parecendo chegar-se à conclusão de que a segurança em energia só seria susceptível de se alcançar através dum controlo colectivo do risco energético, o que implicaria, no caso do petróleo, a constituição — quer em área dos consumidores quer em área dos produtores — dum «stock» de segurança obtido através de financiamento internacional, garantindo, simultaneamente, no que respeita aos consumidores, o aprovisionamento do pretóleo e, no que se refere aos produtores, um nível satisfatório dos preços, liberto das variações erráticas a que têm estado sujeitos. Escusado será dizer que nada, até agora, se conseguiu neste sentido, além de continuadamente se manifestar a urgência duma cooperação energética internacional, envolvendo, dum lado, os países

industrializados (principalmente os países da OCDE mas incluindo igualmente a União Soviética e países satélites) e do outro os países em desenvolvimento do Terceiro Mundo (mas não exclusivamente os produtores de petróleo). De toda a maneira, alguma coisa é ver que os organismos internacionalmente mais responsáveis, como a ONU, a OCDE e a CEE, a OPEP, a AIE, o BM, se encontram já sensibilizados para um problema que é transcendente, de facto, mas que se resume, numa ideia de estabilidade política, em travar a ganância e a promover o equilíbrio entre a «oferta» e a «procura».

Finalmente, no que respeita aos riscos exógenos, de tão mencionados, quase seria desnecessário referi-los. No fundo, são o reflexo da inevitável interdependência que pesa sobre a comunidade mundial.

De todos estes riscos, naturalmente, os geopolíticos, sobretudo face a situações de conflito, são os mais graves, para o que basta recordar, uma vez mais, o que se passa e poderá passar no Médio Oriente, onde aqueles riscos se encadeiam assustadoramente, sempre com reflexos no panorama energético mundial: são os choques entre Israel e os países árabes; as revoluções internas; as guerras entre países da região; os diferendos entre consumidores e produtores; tudo isto sempre com a possibilidade dum conflito alargado às grandes potências. Mas o «histórico» processo, para nós, de Cabora Bassa, é outro exemplo curioso, até porque ainda nos toca com «custos» políticos elevados.

Para lá destes riscos, outros existem que, a não serem devidamente acautelados, poderão introduzir, em qualquer país, gravíssimas situações de dependência externa.

Uma destas dependências será a que deriva de não existir uma indispensável qualificação profissional, a todos os níveis, coerente com os objectivos e com as estratégias de participação nacional programados. País que não possua esta capacidade, encontra nisso mais uma vulnerabilidade e das mais sérias pelos comprometimentos que daí poderão advir. E, a este respeito, refiro um estudo realizado para o Governo francês, em 1975, com o rótulo «Grands Chantiers et Aménagement du Térritoire». Como objectivo, este estudo pretendia comparar cinco grandes empreendimentos estrangeiros com idênticos empreendimentos franceses. Dele retiro esta passagem: «dois empreendimentos, concretamente o complexo de Sines, em Portugal, e a central nuclear de Biblis, na Alemanha, exigirão nos seus efectivos a

participação de número importante de estrangeiros». Só que a participação de mão-de-obra estrangeira no caso alemão se situava a nível de operário emigrado, enquanto que no caso português a referência caía no segmento de pessoal qualificado, com evidente e inconveniente diluição da responsabilidade nacional.

Ainda nesta linha, se um país pretende caminhar no sentido do progresso, não pode igualmente deixar de se manter actuante nos domínios da investigação, desenvolvimento e demonstração, através da realização de projectos e acções compatíveis com os seus objectivos e capacidades, mas numa ideia realista de que criatividade, para muitos deles, face ao interesse nacional, se identifica não tanto com a originalidade inventiva mas mais com o criterioso ajustamento de outros conhecimentos e de outras experiências às suas conveniências concretas, com noção exacta das suas próprias potencialidades em recursos humanos e materiais.

No caso concreto do nosso país, numa fase em que todos sentem ser premente tomar medidas eficazes e operacionais, revitalizadoras da sua actividade económica, atrevo-me a acrescentar que a Segurança Nacional, já numa ideia de sobrevivência, depende da política de desenvolvimento e que esta terá de conquistar, com suporte numa política energética conveniente, que não pode tardar, a autonomia tecnológica adequada que lhe permita:

— um melhor aproveitamento das matérias-primas nacionais (com consequente optimização do seu valor acrescentado);
— uma melhoria da qualidade das produções existentes (que lhes confira maior expansão);
— a penetração consciente e harmónica em novos segmentos da indústria (que lhe possibilite competitividade).

Outra dependência marcada, com riscos bem significativos, diz respeito aos custos dos investimentos obtidos no exterior, relativamente a qualquer programa nacional. As condições de individamento internacional, por vezes tornado aparentemente fácil até como resultado duma deficiente aplicação bancária dos petrodólares excedentários, tem certamente contribuído, de modo assinalável, para a grave situação de desequilíbrio a que muitos países chegaram, por exemplo o Brasil e a Argentina. E aqui deixo mais uma pergunta: na sua situação actual, como irá o nosso país assumir e suportar

os encargos inerentes à realização do indispensável, quase diria inadiável programa energético nacional, sabendo-se que as disponibilidades dos recursos financeiros necessários constituem limitação crucial, passível de ser significativamente agravada pelo peso relativo dos juros intercalares, pelas incidências cambiais e por diferimento dos prazos estabelecidos.

Do ponto de vista da colectividade mundial, afigura-se que igualmente se podem considerar como risco grave as perdas acumuladas em recursos financeiros «mal gastos», pela obtenção em «mau mercado» dum produto, o petróleo, apesar de tudo recuperado em boas condições de rendibilidade; isto para fugir a encargos, teoricamente mais onerosos, relacionados com explorações petrolíferas consideradas, *a priori*, tecnicamente como menos vantajosas. Sem dúvida que aqui se encontra alguma explicação para o facto da verdade dos preços em energia não ser cumprida, mas também aqui se encontra, num sentido positivo, justificação estimulante para que se incrementem e generalizem todos os esforços prospectivos e de valorização tecnológica da exploração, tendentes a estabelecer um aproveitamento técnico, económico e político mais selectivo, tanto para o petróleo como para os demais recursos energéticos.

Exemplo curioso, de sentido diferente, constituem as trocas de conveniência político-económica registadas entre Este-Oeste, a ultrapassarem significativamente uma situação de permanente enfrentamento mas que não deixam de constituir uma vulnerabilidade a ter em conta. Tal é o caso dos contratos para fornecimento de gás natural já firmados pela União Soviética com a França, Alemanha e Áustria (com alguma polémica no que se refere à Alemanha) e, em vias de concretização, com a Espanha, Itália e Bélgica.

Estranho mundo este, na maneira como compensa as crescentes disparidades que nele se registam, dando ideia de que, em política energética, os maiores riscos não estarão propriamente na carência dos recursos e, muito menos, na falta de tecnologia.

O desequilíbrio parece antes derivar da insuficiência dos conceitos estratégicos nacionais tendentes a minimizar, em termos de segurança, as divergências e as complexidades do mundo interdependente que é o nosso, divergências e complexidades que passam, necessariamente, por toda uma gama de interesses, sejam eles sectoriais ou regionais ou mesmo ideológicos. A solução estará, basicamente, no diálogo e na reflexão. Talvez, por isso

mesmo, porque em muito se identifica com a utopia, tarde a encontrar-se o entendimento solidário que se deseja.

Entretanto, bem se pode dizer como Daniel Bell, sociólogo americano: «Os governos estão em vias de ser demasiado pequenos para os grandes problemas; e muito grandes para os pequenos!»

Março, 1984.

Rui Figueiredo de Barros

FORÇAS ARMADAS E SOCIOLOGIA

Manuel Vasques Braz da Costa

FORÇAS ARMADAS E SOCIOLOGIA

I. *A SOCIOLOGIA COMO CIÊNCIA SOCIAL*

Aparecendo pela primeira vez pela mão de Augusto Comte, para designar com um nome especializado o estudo científico das leis dos fenómenos sociais, a Sociologia desenvolve-se em resposta às evoluções que a Europa sofre após a Revolução Francesa.

O sociólogo quer compreender e explicar cientificamente a nova sociedade.

Comte, Tocqueville, Spencer e Marx, entre outros, defendem critérios diferentes: o político (a democracia) para Tocqueville, o tecnológico (a indústria) para Saint-Simon e Spencer, o socioeconómico (relações capitalistas de produção) para Marx e Proudhon.

Nos finais do século XIX princípios do século XX a Sociologia torna-se mais segura da sua vontade de ser uma ciência igual às outras.

Durkheim, Max Weber e Pareto conseguem, através das suas obras, cimentar o tempo da renovação. Instala-se o debate metodológico e epistemológico. Durkheim aproxima a Sociologia das ciências exactas e naturais ao considerar que «os factos sociais são como as coisas», enquanto Weber diferencia as ciências da natureza das ciências *históricas*, as primeiras por exigirem a explicação e as segundas a compreensão, ou seja, a procura de significações. Por outro lado, Pareto, no seguimento de Maquiavel, privilegia o político mas opõe-se à ideologia democrática e à teoria marxista através da sua explicação da dinâmica política pela luta das élites.

Mas o curioso é verificar-se como os maiores autores apontam nas suas obras os mesmos princípios epistemológicos.

O método sociológico, por exemplo, é o mesmo quer se trate de Marx, Durkheim ou Weber, apesar de quase tudo o mais os separar noutros planos.

Para qualquer deles os factos sociais são independentes dos indivíduos que formam a sociedade, a sociedade e não os indivíduos a causa desses

factos. E para os estudar, só uma ciência da sociedade, a Sociologia, que privilegia o todo social em detrimento das partes.

O político, o económico, o militar, o religioso, o urbano, o rural, as relações de trabalho e todos os outros aspectos que formam a sociedade não são mundos fechados e isolados, antes realidades sociais que se interligam numa teia emaranhada de relações. Alguns destes aspectos da sociedade são actualmente objecto de estudo de ramificações, especializações da Sociologia. Esta fornece àquelas os seus fundamentos, os seus métodos e técnicas, enriquecendo o seu *corpus* com os conhecimentos que individualmente cada uma delas vai adquirindo.

Mas a sociologia não é a ciência dos *grandes feiticeiros*, dos terapeutas dos inconvenientes provocados pelo progresso, nem a dos *retóricos*, que tudo explicam e tudo justificam e, muito menos, a dos herdeiros dos sufistas e da técnica de ensinar ao demagogo a arte de persuadir o povo.

A Sociologia é, antes de mais, a ciência que procura compreender uma dada situação social no seu todo, utilizando o criticismo e a acção desmistificadora para *ver* para além das estruturas sociais e dos *problemas* que lhe são presentes. E é precisamente esta capacidade interpretativa que torna relevante a sua função como ciência social.

II. *PORQUÊ UMA SOCIOLOGIA MILITAR*

As novas potencialidades da sociologia, derivadas essencialmente da combinação das análises qualitativa e quantitativa, levam uns a interrogarem-se sobre os objectivos dos seus trabalhos e métodos, enquanto noutros despertam inquietações por verem as Forças Armadas como objecto de uma ciência vocacionada para a crítica social que, noutros campos, produziu algumas alterações de vulto.

Apesar das problemáticas da guerra e da moral dos militares terem inquietado os mais brilhantes pensadores, o estudo da coisa militar segundo a perspectiva sociológica só começa a adquirir algum sentido a partir dos anos trinta com os trabalhos de Quincy Wright e Harold Lasswell, bem como de Pitirim Sorokine (sociólogo americano de origem russa) e, durante a Segunda Guerra Mundial, com as investigações da equipa chefiada pelo sociólogo Samuel Stouffer.

Mas é a partir dos anos sessenta que o estudo da *res militaris* se modifica de maneira sensível. Com efeito, a iniciativa do sociólogo Morris

Janowitz em criar o Seminário Inter-Universitário sobre as Forças Armadas e a sociedade (I. U. S.), vem contribuir para a institucionalização da Sociologia Militar (1).

Reunindo investigadores de vários países, o I. U. S. desenvolve a partir de então uma acção segundo três vectores:

— delimita o seu domínio temático que engloba as relações entre civis e militares, as instituições (organização e profissão) e os conflitos armados (razão de escolha do vocábulo «Forças Armadas e Sociedade»);
— procede à organização da temática definida, à criação de uma infra-estrutura conceptual de carácter interdisciplinar, bem assim ao ordenamento metodológico e de convenções de análise científica, tendo como objectivo dotar a nova disciplina de legitimidade científica;
— promove reuniões científicas (conferências bianuais), participando igualmente nas actividades das principais Associações de Ciências Sociais.

Decorrente destas actividades, o I. U. S. promove a produção e a disseminação e de obras sobre o facto militar, principalmente através da revista «Armed Forces and Society», procurando deste modo desenvolver a legitimidade científica da disciplina segundo a óptica de Morris Janowitz.

Sem negligenciar os investigadores europeus, principalmente franceses, ingleses e italianos, que nos últimos anos se dedicaram ao estudo da instituição militar, mas com a consciência de a sua contribuição, apesar de importante, ser minoritária no seio do *corpus* desta disciplina, pode afirmar-se que muito do que hoje existe neste novo campo se deve a investigadores americanos ou radicados nos Estados Unidos.

Não será, pois, de estranhar que seja nos seus trabalhos que se procurem as bases e os exemplos para pesquisas similares noutras latitudes, ou para justificação de algumas afirmações.

As relações estabelecidas entre a Sociologia e as Forças Armadas devem ser entendidas segundo um duplo interesse. De um lado, uma ciência social em desenvolvimento que *descobre* uma instituição que, ao longo dos tempos,

(1) Este termo é aqui utilizado como equivalente da expressão *Forças Armadas e Sociedade*, expressão que tende a substituir-se à de *Sociologia Militar* de conteúdo mais restritivo.

se tem apresentado com fronteiras bem definidas relativamente à sociedade global de que é parte integrante e cuja actuação, nessa ou em outras sociedades, provoca geralmente alterações significativas. Do outro lado, as Forças Armadas que vêem na Sociologia um indispensável e preciso auxiliar na acção de comando, ao possibilitar outros conhecimentos que facilitam a decisão.

Na verdade, a arte de comandar tornou-se cada vez mais difícil, não porque os meios, homens e materiais, tivessem fundamentalmente mudado de natureza, mas porque a convencionada *crise da civilização* não deixou de afectar os exércitos. As mentalidades e as atitudes dos homens sofreram rápidas transformações e ao desenvolvimento do individualismo, que afectou as comunicações entre comandantes e subordinados, vem juntar-se a tecnicidade crescente dos materiais, a divisão do trabalho, as especializações cada vez mais variadas dos homens e das unidades. E os comandantes que dirigem estes conjuntos não só não podem estar presentes por todo o lado, como também a sua competência não se estende a todas as ramificações das actividades que coordenam. Apesar da sua experiência e aptidão, apesar da tradicional preocupação pelo factor humano, o contacto hierárquico é agora um meio mais difícil e menos profundo do que há 20 ou 30 anos.

O mundo militar é dilatado, complexo e, além do mais, processa a *administração da violência organizada.* Nele coexistem homens (em alguns exércitos também mulheres, o que naturalmente colocará outra espécie de questões) das mais diversas proveniências, com diversos estatutos, desempenhando papéis rigidamente diferenciados, obedecendo a rituais e ao culto de um conjunto de valores específicos ou de virtudes militares, com materiais dos mais simples aos tecnologicamente mais avançados.

É uma instituição que vive com militares profissionais, com jovens recrutados e com elementos civis. Cada um destes grupos de seres sociais coloca tipos diferentes de questões a serem equacionadas, além das inerentes ao inter-relacionamento entre si. São, por exemplo, as relações de poder desenvolvidas pelos profissionais e pelas suas élites, os estabelecimentos de estratégias para o desenvolvimento das suas carreiras, as motivações que os levam a escolher a carreira das armas ou, mais tarde, a abandoná-la, as «zonas de incerteza» (2) que percorrem o universo das carreiras ao nível

(2) Expressão do vocabulário de Michel Crozier, *Le Phénomène Bureaucratique, Paris,* Ed. du Seuil, 1970, p. 196.

dos diferentes estractos profissionais, os estatutos e regalias diferenciados para os profissionais *técnicos de combate* e *técnicos industriais;* as diversas questões camufladas pela uniformidade exterior dos protótipos de *homens socializados* que são os jovens alistados que passaram a sua vida no mundo civil e que, a partir de dado momento, se vêem integrados numa organização que os vai talhar e modificar tendo em vista a harmonia do conjunto. São igualmente as mudanças estruturais da própria instituição, com reflexos principalmente a nível das mentalidades dos «novos militares» (3) e do conteúdo das novas tarefas, ambas decorrentes do declínio do «exército de massas» (4), das mudanças de formas de guerra, da rápida transformação e obsolescência tecnológica dos materiais, da evolução das técnicas de gestão e dos processos do sistema educativo e dos conhecimentos, bem como de um estado de «não-guerra que é também de não-paz» (5).

Por outro lado, integrada na sociedade civil, a instituição militar mantém com estas relações/tensões em que os sujeitos são o profissionalismo e os desenvolvimentos social, político, ideológico, económico e tecnológico. Estas relações, circunscritas no conceito *civil-militares*, são fonte de inúmeras investigações que têm permitido estudos e análises comparativas dessas relações entre diversos sistemas políticos.

Se estas são, entre outras, questões que merecem a atenção dos investigadores, o interesse das Forças Armadas pela Sociologia não é menor.

Foi esta circunstância que levou à criação, durante a Segunda Guerra Mundial, da Research Branch, dirigida pelo sociólogo Samuel Stouffer.

As investigações da equipa de Stouffer (130 especialistas), conduzidas em todos os teatros de operações, tinham como finalidade a resolução de problemas práticos tais como a adaptação dos mobilizados à vida militar; relações de enquadramento (saídos de uma sociedade liberal, os mobilizados sentiam-se frustrados perante o desencorajamento sistemático da iniciativa individual, diante do *autoritarismo* e os *privilégios* julgados exorbitantes dos quadros); melhoria das relações raciais (foram feitas as primeiras experiências de integração e os seus resultados levaram o Presidente Truman, em 1948,

(3) Janowitz, Morris *O Declínio dos Grandes Exércitos,* in *Military Review* (Ed. Brasileira), Fevereiro de 1962, pp. 11 a 16.

(4) *O Declínio dos Grandes Exércitos,* op. cit.

(5) Macary, Pierre Saint, *Vivre L'arme au pied* in «La sagesse et le désordre France 1980», Bibliothèque des Sciences Humaines, col. nrf-Gallimard, pp. 195 a 217.

a decidir a dessegregação total das Forças Armadas americanas, numa época em que a sociedade civil se regulava pela segregação racial); estudo dos efeitos das políticas de promoção; estudo das prioridades para a desmobilização e para projectos de carreira pós-desmobilização (que permitiu a preparação de uma lei federal facultando aos antigos combatentes a possibilidade de começar ou retomar estudos a expensas do Estado) (6).

Um dos aspectos mais relevantes destas investigações foi a descoberta de razões ideológicas que levavam os soldados americanos a bater-se *menos contra* o inimigo *que pelos* seus camaradas e quadros com quem estavam em interacção constante na secção, no pelotão ou, quanto muito, na companhia.

Esta importância do *grupo elementar* que fornece ao combatente normas de comportamento e o sustentáculo afectivo que ele necessita, foi igualmente sublinhado por um segundo estudo conduzido por Edward Shils e Morris Janowitz (7).

Após o desembarque nas praias normandas, as forças americanas encontraram-se perante uma extraordinária resistência das forças alemãs, não obstante o desgaste provocado por quatro anos de guerra.

Para evitar difíceis operações de limpeza e obter rendições localizadas, tentou-se, em primeiro lugar, compreender a lógica da combatividade das forças alemãs.

Não havia deserções ou tentativas de rendições como resultado de uma acção organizada pelas praças, antes um grau elevado de coesão e uma relativa eficácia no combate.

As técnicas utilizadas, entrevistas a prisioneiros de guerra e análise de conteúdo de documentos capturados, permitiram infirmar a hipótese de partida.

Contrariamente à opinião geral que via na inculcação da ideologia nazi o suporte para essa resistência e coesão, os investigadores consideraram que as mesmas deveriam ser atribuídas «à satisfação regular de certas ne-

---

(6) Stouffer, Samuel et al; *Studies in Social Psychology in World War II.* 1949. Princeton University Press, Volume I. *Adjustement during Army life;* Volume II: *Combat and its Aftermath;* Volume III: *Experiments in Mass Communications;* Volume IV. *Measurement and Prediction.*

(7) *Cohesion and desintegration in the Wehrmacht in World War II,* in: «The Public Opinion Quarterly», XII (2), Summer 1948, pp. 280-304.

cessidades primárias da personalidade, satisfeitas de maneira regular pela organização social do exército» (8).

A actuação do militar estava pois relacionada com um conjunto de solidariedades informais — os grupos elementares — que previam as necessidades psicológicas mais prementes dos combatentes.

Mas outros factores foram igualmente detectados e que reforçavam o sentimento de solidariedade do grupo primário: a colocação de elementos *fanatizados* em algumas unidades combatentes, a homogeneidade ética e racial, a comunhão da vida em campanha e a rotação por unidades e não por indivíduos.

Seriam então os valores primários, a ligação do indivíduo ao pequeno grupo e não os valores secundários, a ideologia nacional-socialista, que a propaganda aliada deveria privilegiar na sua actuação sobre as unidades alemãs (trabalhos posteriores, produzidos durante a guerra da Coreia, mostraram que os laços de solidariedade não se estabelecem entre o combatente e a sua unidade, mas entre aquele e um ou vários camaradas para quem é dirigida a afectividade, apoiando-se mutuamente em tempos de crise).

Mas não foram só as Forças Armadas dos Estados Unidos que sentiram a necessidade de se apoiarem na sociologia.

Também em França, através de uma comissão mista de universitários, investigadores e oficiais, se inicia em 1959, na Escola Superior de Guerra (Exército de Terra), os estudos sociológicos dos exércitos franceses. Os trabalhos efectuados levaram à publicação em 1964 do livro «La crise militaire française: 1945-1962; aspects sociologiques et idéologiques» (9).

Um dos investigadores, Hubert Jean-Pierre Thomas, da Fondation Nationale des Sciences Politiques (F. N. S. P.), foi, anos mais tarde, encarregado de estudar os sargentos dos exércitos franceses, tendo para o efeito sido estabelecido um contrato (1967) entre a F. N. S. P. e o Ministério da Defesa.

Esta cooperação entre a Defesa e a Universidade, oficializada em 1967, permitiu a criação de um centro de investigação inteiramente dedicado à sociologia militar. Trabalhando segundo um estatuto inteiramente científico, o Centre de Sociologie de la Défense Nationale (C. S. D. N.) tem como finalidades, a par do desenvolvimento da Sociologia Militar e para além

(8) Shils e Janowitz, op. cit. p. 281.

(9) Girardet, Raoul et al., *La crise Militaire française: 1945-1962; aspects sociologiques et idéologiques*, Paris, Armand Colin, 1964.

da formação de estudantes estagiários (militares), proporcionar a investigadores, professores e estudantes civis e militares elementos de estudo e de pesquisa (10).

O estudo atrás referido sobre os sargentos dos exércitos franceses que culminou com a reforma da carreira para os sargentos do Exército de Terra, merece que nos detenhamos um pouco sobre ele.

Latente a partir dos anos sessenta, manifesta-se entre 1972 e 1974 uma dupla crise que afecta, singularmente, os sargentos do Exército de Terra francês.

Tendo como causas a opacidade das carreiras e a mediocridade das condições materiais e, como corolário, a degradação quantitativa e qualitativa do recrutamento, esta crise poderia afectar seriamente a eficácia das forças terrestres, onde cerca de 3/4 dos seus oficiais provinham, por diversas modalidades de recrutamento, do corpo de sargentos.

Conhecedores de que não existe no seio dos exércitos problema algum, humano ou organizacional, que não encontre a sua origem ou não manifeste os seus efeitos ao nível dos sargentos e que as suas funções, no tocante aos subsistemas ar e mar, relevam de uma condição parcialmente homotética da dos agentes do sistema industrial civil, enquanto as desempenhadas pelos sargentos de terra relevam de uma condição diferente e específica, os investigadores, apoiados em trabalhos preparatórios anteriores (11), definiram dois sistemas de referências cuja conflitualidade percorria o universo dos sargentos: o da técnica e o da instituição.

É a partir destes dois vectores que os investigadores definem o campo das atitudes no qual se inscreve o trajecto do sargento através da organização militar.

No primeiro, o da técnica, o Exército de Terra, gerido por armas e serviços e não por especialidades como os Exércitos do Ar e do Mar, contrapõe ao pessoal dos serviços logísticos o das armas combatentes. Mas,

---

(10) Actualmente existem em França outras duas importantes instituições científicas que se dedicam ao estudo da questão militar. o *Centre d'Études et de Recherches sur l'Armée, Institut d'Études Politiques, Université de Toulouse I,* e o *Centre Interdisciplinaire de Recherches sur la Paix et d'Études Stratégiques* (C. I. R. P. E. S.) sob a direcção de Alain Joxe.

(11) A investigação foi precedida de oito pré-inquéritos junto do Exército do Ar e da Marinha (estatísticas de gestão, «dossiers» individuais, entrevistas não directivas, sondagens de opinião) e de um inquérito final nos três exércitos (150 questões) em que foram questionados seis mil sujeitos.

contrariamente ao que se poderia pensar, estes últimos não se apresentavam em posição subalterna perante os primeiros, antes exprimiam uma referência positiva e valorizada, a da aptidão para comandar homens prontos para o combate.

O segundo sistema de referência considerava a instituição como *organização* (no conceito da sociologia das organizações), ou seja como «um conjunto complexo de jogos entrecruzados e interdependentes através dos quais indivíduos, providos de trunfos muito diferentes, procuram maximizar os respectivos ganhos respeitando as regras do jogo não escritas que lhe são socialmente impostas, tirando sistematicamente partido de todas as suas vantagens...» ([12]).

Esta referência revestia-se de sentidos diferentes. Por um lado era a instituição em si (interiorização dos valores militares e fidelidade) e, por outro, a especialidade, ou seja, a técnica exercida. E para cada um deles havia que ter em consideração o valor relativo da duração da carreira nas estratégias dos sargentos, tanto mais que o princípio que norteia a condição militar tradicional assenta no benefício do rendimento da situação conferida pela antiguidade.

Como conciliar dois tipos de duração de carreira, a do combatente e a do técnico, em que num se verificava a obsolescência das capacidades físicas e no outro a degradação do valor das técnicas relativamente às equivalentes civis? Cada uma delas requereria um tipo de duração de carreira.

Contudo, no Exército de Terra a distinção entre *técnicas de combate* e *industriais* não seria possível na medida em que este género de solução traduziria o recurso a dois sistemas de referências, sem que a relação à instituição pudesse eventualmente compensar a imperfeição de um relativamente ao outro.

Deste modo, a resolução destas dificuldades passou então pela adopção dos princípios da *profissionalização* e da *mobilidade*, agrupados segundo os três momentos da carreira do sargento: o recrutamento, o desenvolvimento da carreira e o seu fim.

Na fase do recrutamento pretende-se, em primeiro lugar, recrutar sargentos profissionais tendo em vista, sobretudo, a formação de futuros *ajudantes* e *ajudantes-chefes*. As normas de recrutamento prevêem assim que o candidato deve possuir, além da escolaridade obrigatória, um nível

([12]) Crozier, op. cit. p. 10.

geral na selecção igual ou superior à média geral (13). Em consequência, as escolas de sargentos devem passar a assegurar o essencial do recrutamento. Nestes locais de ensino, o insucesso na escolaridade pode conduzir à rescisão do contrato do alistado, se este o desejar. Segundo as condições do contrato, passado um ano, ou o alistado continua e tem garantido o acesso ao corpo de sargentos, ou retorna à vida civil.

Quanto ao desenvolvimento da carreira, este é visto sob o prisma da profissionalização e comporta duas fases. A primeira corresponde à formação (12 a 18 meses), a que se seguem dois anos de prática na especialidade; a segunda inicia-se, após quatro anos de serviço, com a admissão ao estado de sargento de carreira. Nesta fase assegura-se a formação e o aperfeiçoamento dos sargentos através de estágios previstos em tempos determinados da carreira.

Relativamente ao fim da carreira, a mesma é encarada segundo dois tipos de mobilidade.

A mobilidade interna que permite aos melhores continuarem a servir depois dos 15 aos 20 anos e ascenderem ao corpo de *sargentos-mores* — a élite do corpo de sargentos que exerce uma espécie de magistratura moral do corpo e lhe assegura o prestígio necessário — equiparado ao nível do *baccalauréat* da função pública.

A mobilidade externa, viabilizada por estágios de reconversão, que permite aos sargentos encontrar, fora do exército, as satisfações de uma autêntica segunda carreira, bem assim por bonificações de anuidades que asseguram um aumento das pensões em cerca de 20 % a todos aqueles que não estiveram em campanha e que, a partir desta reforma, serão bastante numerosos.

Estas medidas, aprovadas pelo Parlamento francês e implementadas pelo Governo, levaram à publicação do novo estatuto do sargento de carreira e ao recrudescimento do número de alistados a partir de 1974.

Transpondo para a Sociologia o que a O. C. D. E. considera relativamente ao conjunto das Ciências Sociais, poderemos afirmar que aquela ciência se apresenta «ao mesmo tempo, como instrumento de conhecimento e como meio de acção» (14).

(13) Situada entre os 10 e 11, numa escala que oscila de 1 a 20.
(14) O. C. D. E., *Les Sciences Sociales et la politique des Gouvernements*, Paris, 1966, p. 32.

Não se criem no entanto ilusões. Apesar de só esta ciência permitir explicar aspectos do comportamento dos homens em grupo, podendo inclusive avançar previsões desse comportamento, as investigações apenas podem tentar descobrir as regularidades, não as leis.

Mas um outro aspecto interessa também tocar. A focagem sociológica da instituição militar ao utilizar da Sociologia geral os enquadramentos teóricos, os métodos e técnicas e as *teorias a médio prazo* que, para Merton, são os conceitos de grupos informais, de *status*, de papel e de função, provoca um conjunto de trocas de duplo sentido entre a sociedade militar e a sua englobante, a sociedade civil, na medida em que tal estudo aprofunda a elaboração da teoria e do método sociológico e a compreensão dos mecanismos sociais em geral.

III. *A INVESTIGAÇÃO NA SOCIOLOGIA MILITAR: ALGUNS OBSTÁCULOS*

III.1. *A instituição militar*

O primeiro obstáculo que se coloca ao investigador da coisa militar é a própria instituição militar.

Marcada pela sua missão, pela potencialidade de se transformar em agente gerador de violência organizada e legítima em defesa de um povo ou de um território, pelo especial culto da tradição e de valores morais, pelo espírito comunitário muito vincado, pela sua natureza hierarquizada e consequente estrutura, as Forças Armadas institucionalizaram um conjunto de medidas tendentes a salvaguardar o segredo militar, a segurança da própria instituição, o seu relacionamento com o poder, a política e a sociedade no geral.

Apresentando-se, segundo Max Weber, como uma «organização social básica», mas respondendo a uma necessidade social histórica, as Forças Armadas vêem-se postas perante a necessidade de contrabalançar a segurança e o segredo militares com a compreensão da sua existência pela sociedade envolvente, de quem e para quem vivem, bem assim de acompanharem a evolução social, política e económica dessa mesma sociedade.

Algumas alterações marcadas pelo reconhecimento dessa necessidade se têm constatado ao nível do relacionamento das Forças

Armadas com as Ciências Sociais no geral, mormente a partir da altura em que essas mesmas ciências foram reconhecidas como importantes auxiliares na gestão e no comando da instituição.

Importa frisar contudo a necessidade de os exércitos se conhecerem cada vez melhor a si mesmos e, também, de melhor serem conhecidos pela sociedade civil. Esta necessidade advém, não porque actualmente seja moda falar-se de controlo das Forças Armadas ou de relações civil-militares no âmbito do poder, mas, como dizia Raymond Aron, porque «... a maneira como os homens se combateram foi sempre tão eficaz para determinar as estruturas da sociedade, como a maneira como os homens trabalharam» (15).

III.2. *Reflexão teórica e investigação empírica*

Uma outra dificuldade relaciona-se com a posição do sociólogo relativamente à investigação.

É um dilema que todos os especialistas em ciências sociais conhecem bem: a oposição entre investigação empírica e reflexão teórica. Sendo uma questão por demasiado polémica para ser tratada em poucas linhas, dir-se-á apenas que os extremos destas duas posições (no contexto da sociologia militar) se caracterizam, a primeira, por aplicações pontuais, incidindo sobre problemas bem precisos e procurando resolvê-los, a segunda, por especulações teóricas sem qualquer utilidade prática aparente.

Se a investigação empírica pode não procurar compreender ou explicar, mas antes aperfeiçoar instrumentos de intervenção sobre o comportamento do homem, transformando-se em meio de manipulação, a reflexão teórica pode igualmente não fornecer produto útil algum para a acção a curto, médio ou longo prazo. Contudo esta oposição é mais fictícia do que real se ela supõe uma ruptura entre ambas, na medida em que as duas atitudes não são inconciliáveis, sendo mesmo complementares.

Na maioria dos casos, conforme nos diz Stouffer, a elaboração teórica explícita interpreta, compreende observações aparentemente inexplicáveis feitas no decorrer da investigação empírica.

(15) Aron, Raymond, *Une Sociologie des Rélations Internacionalles*, Revue Française de Sociologie, IV, 3, Juillet-Septembre 1963, p. 311.

III.3. *A diversidade das estruturas sociais*

Conforme foi salientado, deve-se à sociologia militar americana muito do que se tem produzido neste campo.

Esta circunstância leva qualquer investigador, que se queira dedicar ao estudo da instituição militar, à leitura e estudo dos principais sociólogos americanos. Deve no entanto ter-se presente que as Forças Armadas, tal como as sociedades em que se integram, são estruturalmente diferentes umas das outras.

As realidades sociais, os sistemas de valores e as práticas sociais americanas não são similares das europeias e, particularmente, das portuguesas, apesar de todas as similitudes que uma instituição universal como a militar possa apresentar.

Cada uma das diferentes Forças Armadas, como lugar de passagem para um grande número de cidadãos, reflecte no seu interior os diversos matizes da sociedade em que se banha como é visível, aliás, no exemplo sobre a integração racial no Exército dos Estados Unidos atrás relatado. O simples decalque de conceitos sociológicos americanos, produzidos de acordo com a sua própria «identidade nacional», não estarão, em princípio, adequados à análise de umas quaisquer forças armadas. Parafraseando Gino Germani, poderíamos dizer que as teorias e métodos da Sociologia Militar, «apesar de se formularem em termos de universalidade, são produtos históricos, quer dizer: nasceram em contacto com certa realidade sociocultural e, por tal motivo, é possível que não possam transferir-se sem mais para outro tipo de realidade (16).

III.4. *O senso comum*

Um outro e não menos importante obstáculo à investigação nas Ciências Sociais, que toca também a Sociologia Militar, é o *senso comum.*

---

(16) Germani, Gino, *La Sociologia en la América Latina. Problemas y Perspectivas,* Ed. Universitária de Buenos Aires, 1964, p. 4.

Este outro código de leitura do real social aparece revestido com a forma de uma crítica ao vocabulário próprio, ao aparelho metodológico e aos conceitos teóricos da investigação sociológica.

Dizem os críticos que a reflexão sociológica pode ser interessante e que, inclusive, os problemas apresentados são importantes; mas as conclusões apresentadas são *evidentes*.

Para ilustrar esta *evidência*, consideremos o conhecido inquérito que Paul Lazarsfeld fez a soldados americanos estacionados na Alemanha logo após o armistício.

Em «The American Soldier» o autor apresenta algumas proposições que se prefiguram como afirmações de bom senso, fazendo-as acompanhar de breves comentários para «melhor evidenciar as reacções prováveis de numerosos leitores».

«1.ª Os indivíduos com nível de instrução elevado apresentam mais sintomas psiconeuróticos que aqueles cujo nível de instrução é baixo. (É um facto frequentemente comentado a instabilidade mental do intelectual, contrastante com a psicologia menos sensível do homem da rua.)

2.ª Durante o serviço militar, os rurais mantêm geralmente um melhor moral — no sentido de moral das tropas — que os citadinos. (Bem vistas as coisas, estão efectivamente habituados a uma vida mais dura.)

3.ª Os soldados originários do Sul dos Estados Unidos suportam melhor o clima quente das ilhas do Pacífico do que os soldados do Norte. (Evidentemente, os habitantes do Sul estão mais habituados ao calor.)

4.ª Os soldados rasos de raça branca têm mais aspirações a chegar a cabos ou sargentos que os soldados de raça negra. (Como não havia de ser assim, se a falta de ambição dos negros é quase proverbial?)

5.ª Os negros do Sul preferem os oficiais brancos do Sul aos do Norte. (Não é do conhecimento geral que os brancos do Sul têm uma atitude mais paternal para com os seus *darkies*?)

6.ª Os soldados americanos, na Segunda Guerra Mundial, mostravam-se mais impacientes por serem repatriados enquanto se combatia que após a rendição alemã. (Não se pode estranhar que as pessoas não tenham vontade de se deixar matar.)»

Haverá necessidade de equipas de especialistas, de dispendiosos inquéritos, de estatísticas para chegar a estas *evidências*? Não seria preferível considerá-las como dados e passar a um tipo de análise mais elaborada?

«Isto seria possível — continua o autor — se não houvesse que notar o pormenor interessante a respeito da lista apresentada. É que *cada uma das proposições que dela constam enuncia exactamente o contrário dos resultados obtidos em inquéritos.*

Na verdade os inquéritos efectuados levaram a concluir que os soldados de baixo nível de instrução estavam mais sujeitos a neuroses que os de nível de instrução mais elevado, que os habitantes do Sul não se adaptavam mais facilmente ao clima tropical que os habitantes do Norte, que os negros eram mais ávidos de promoção que os brancos, etc...

Simplesmente, se tivessemos mencionado de início os resultados reais desses inquéritos, o leitor tê-los-ia igualmente qualificado de *evidentes.* Assim, o que é evidente é que há qualquer coisa que não funciona bem em todo este raciocínio (espontâneo) sobre a *evidência.* Seria, realmente, necessário voltá-lo do avesso, dado que, como se vê, qualquer espécie de comportamento humano é afinal concebível como *evidente...*» ([17]).

([17]) Lazarsfeld, Paul F., *The American Soldier: an Expository Review,* in Cadernos GIS, n.º 9, Lisboa, 1979, pp. 57 a 59.

Os exemplos poderiam ser multiplicados, porquanto inúmeros estudos desta natureza foram feitos, principalmente a partir da década de cinquenta.

Independentemente de, em alguns casos, o senso comum e a investigação científica poderem chegar a idênticas conclusões, tem que se realçar o valor, a segurança das conclusões científicas em detrimento das *evidências* propostas pela apreensão imediata da realidade social.

De facto a perspectiva sociológica nada tem a ver com a familiaridade da realidade social. Não importa *reconhecer* esta realidade social mas antes *conhecer* o mundo a que pertencemos, os objectos que nele se diferenciam e as relações que com aquele e com estes os indivíduos e os grupos mantêm.

Apesar de o seu nome não ser pronunciado, a maioria dos trabalhos efectuados nas Direcções de Pessoal a propósito, por exemplo, de entradas e saídas de pessoal, de duração de carreira, de alterações de estatuto jurídico e regulamentar de uma certa categoria militar, etc., reportam-se, de facto, a uma Sociologia elementar.

Importa frisar que estes tipos de trabalhos, bem como o emprego abusivo de sondagens de opinião efectuadas por indivíduos não especializados, contêm os seus riscos.

É erróneo admitir que uma determinada realidade transparece directamente através, por exemplo, de dados estatísticos ou de qualquer outra modalidade de informação empírica.

Na realidade, essa informação para ser produzida teve que sofrer a influência de critérios e processos individuais ou institucionais quer na recolha de dados, quer no seu tratamento, quer depois na sua apresentação.

Nenhuma técnica é imparcial e até os dados aparentemente mais objectivos são obtidos através da aplicação de *grelhas*, cuja escolha não é, evidentemente, neutra.

Mas se para a Sociologia a aplicação das técnicas de medida objectiva é uma necessidade, para o sociólogo o seu emprego não é mais de um momento da investigação.

Manuel Vasques Braz da Costa
Major de Infantaria
Licenciado em Sociologia

A DEFESA NO MUNDO

Redacção

«OFF SHORE PATROL» (INGLATERRA), Abril de 1984

A Marinha britânica pode vir a construir uma nova classe, barata, de navios ligeiramente armadas, estando o Almirantado a considerar propostas nesse sentido. A possível evolução deve-se ao elevado custo de fragatas e «destroyers», que duplicam de preço cada quatro anos.

Julga-se que a Marinha inglesa favoreceria uma versão aumentada dum navio-patrulha oceânico de 1400 toneladas de deslocamento, capaz de receber mísseis antiaéreos e antinavio, ou helicópteros equipados com torpedos, além de artilharia. Segundo alguns peritos, a não se ir para uma solução destas, a «Royal Navy» poderá contar apenas com uns vinte navios para se desempenhar das missões NATO, ao dobrar do século.

«THE ECONOMIST» (INGLATERRA), 19 de Maio de 1984

Em conformidade com o seu Livro Branco de Defesa, anual, a Inglaterra vai aumentar os gastos com a defesa, mas não no quantitativo dos 3 por cento prometidos à NATO.

A pesquisa e desenvolvimento continuam a levar uma boa fatia do Orçamento de Defesa, na casa dos 12 por cento.

Dos três Ramos, a Marinha é o mais aumentado (13 por cento contra 5 por cento do Exército e da Força Aérea). A Marinha ficará com 50 fragatas em serviço activo, com 3 porta-aeronaves, e com a força anfíbia, o que representa uma alteração a anteriores projectos de redução, verificada após a guerra das Falkland. A Força Aérea terá de se haver com 15 por cento de aviões a mais sem aumento de pessoal. Quanto ao Exército, perderá cerca de 4000 homens, mas terá mais um regimento blindado.

«REVISTA GENERAL DE MARINA» (ESPANHA), Junho de 1984

Em 7 e 8 de Março de 1984 realizaram-se as primeiras jornadas Forças Armadas — Universidade Politécnica de Madrid com a finalidade de estabelecer bases para melhor conhecimento mútuo entre os sectores militar e universitário, com funções específicas de investigação e desenvolvimento tecnológico, a fim de potenciar e coordenar esforços comuns de aplicação no campo da defesa nacional.

As comunicações apresentadas foram:

— Evolução da Componente Tecnológica da Defesa Nacional, pelo general do Exército do Ar L. González Domingues;

— Potencial de Investigação e Desenvolvimento nas Forças Armadas, por J. A. Andrès Jiménez, Director-Geral do Armamento e Material;

— Pessoal Técnico Superior das Forças Armadas: Selecção, Formação e Promoção, pelo Almirante Engenheiro C. Dahl Bonet;

— Estrutura dos Estudos Tecnológicos na Universidade Politécnica de Madrid, pelo catedrático J. de Burgos Román;

— Potencial de Investigação e Desenvolvimento na Universidade Politécnica de Madrid, pelo Vice-Reitor da UPM, J. A. Martin Pereda;

— Os Estudos de Especialização e Pós-Graduação na UPM, pelo Vice-Reitor da UPM, A. M. Alonso Rodriguez.

*
* *

Há já mais de uma centena de navios de pesca espanhóis integrados em sociedades mistas hispano-britânicas para poderem beneficiar das vantagens de trabalhar sob bandeira inglesa.

Entretanto, o Governo britânico já determinou o descomissionamento de seis com base na Galiza, por não terem cumprido os regulamentos relativos a segurança.

«REVISTA GENERAL DE MARINA» (ESPANHA), Julho de 1984

Quando os acontecimentos políticos ocorrem a uma velocidade como a de hoje, não se podem deixar à improvisação os mecanismos directores de controlo e condução das crises internacionais, pois estas podem converter-se em catástrofes nacionais de profunda repercussão histórica.

Os países com um nível elevado de defesa nacional têm organizado um Sistema de Controlo de Crises, em que se integram os procedimentos políticos que servem para fazer funcionar um Governo em situações delicadas.

A crise é um estado de conflito internacional que obriga a pôr em marcha os mecanismos de defesa nacional e que, dada a rapidez que um agressor pode utilizar para conseguir as vantagens da surpresa e da iniciativa, obriga a preparação que supõe instrução, equipamento, informação, decisão e treino. O Governo é, pois, o principal actor no controlo de crises e no que respeita à decisão de empregar a força militar.

O autor define crise como um incidente internacional derivado de um estado de tensão prévio, numa área determinada, que obrigará a tomar decisões de governo na ordem política, diplomática ou militar, para alcançar os objectos nacionais. E manifesta a opinião de que os políticos necessitam de dispor de um sistema de comando e controlo clarificado, experimentado e conhecido, que permita cumprir a tarefa de assumir a direcção de crises, cuja gestão obriga a operar em condições de máxima segurança que não se improvisam.

*
* *

O facto mais importante no mercado da construção naval são os numerosos pedidos de navios graneleiros de deslocamento médio. O ano de 1983 havia começado no entanto com algum dramatismo, pois os preços da construção naval haviam baixado quase 30 por cento.

O maior impacto no mercado surgiu quando os armadores japoneses e doutras nacionalidades chegaram a materializar 450 pedidos daqueles graneleiros, e isso num espaço de poucos meses. Este tipo de navio parece abarcar 70 por cento da totalidade dos pedidos registados entre Abril e Setembro, e sempre em benefício dos estaleiros do Extremo Oriente, que eliminaram toda a possível competitividade da construção naval europeia neste domínio.

«L'EXPRESS» (FRANÇA), 6/12 de Julho de 1984

Os projectos militares espaciais dos Estados Unidos, apresentados pelo Presidente Reagan em Março de 1983, atingiram um apreciável estádio de desenvolvimento.

A arma anti-satélite «ASAT» efectuou o seu primeiro ensaio em Janeiro de 1984, lançada por um avião «F15».

Trata-se de um pequeno míssil que se eleva directamente, e na atmosfera, até atingir o alvo, graças a um sistema de emprego muito mais ligeiro e rápido que o de «rendez-vous» empregue pelos soviéticos.

Em Junho conseguiu-se a primeira intercepção de um míssil intercontinental por um míssil antimíssil «ABM».

Deverá notar-se que os sistemas de orientação do «ASAT» e do «ABM» estão equipados com o mesmo aparelho, um minifoguete dotado de sensores de infravermelhos que conduzem a arma até ao esmagamento contra o alvo, míssil ou satélite.

Por outro lado, acabam de sair de fábrica os sistemas ultra-sofisticados destinados às futuras «estações de combate» espaciais, tal como o «SEA LITE BEAM DETECTOR», um aparelho de pontaria de raios «laser» de alta energia.

«L'EXPRESS» (FRANÇA), 13/19 de Julho de 1984

No mês de Junho de 1984 o desemprego nos EUA diminuiu de 4 por cento, alcançando o nível mais baixo desde há quatro anos, isto é, 7,1 por cento da população activa.

O número de desempregados é, actualmente, de 8,13 milhões, enquanto que, em Novembro de 1982, no auge da recessão económica, atingia os 12 milhões, o que significa que, desde então, a economia americana pôde criar 6,5 milhões de novos postos de trabalho.

«L'EXPRESS» (FRANÇA), 10/16 de Agosto de 1984

O mercado das matérias-primas está em plena depressão.

Há três meses, apesar da inflação mundial e da retoma dos EUA, o preço de produtos base tão diferentes como cacau, madeira para construções, minério de ferro, o trigo e a soja, caiu na vertical.

Os preços do açúcar e do cobre têm descido constantemente e atingiram actualmente o nível mais baixo desde há dez anos.

No fim de Julho o petróleo bruto do Golfo vendia-se no mercado livre a 27,5 dólares o barril, apesar de o preço de referência da OPEP ser de 29 dólares.

Para este fenómeno poder-se-ão apresentar várias explicações. A procura tem enfraquecido por motivo da persistência da estagnação industrial na maior parte do mundo. Os países em vias de desenvolvimento, para fazer face aos prazos de pagamento, são levados a produzir grandes quantidades de artigos, mesmo quando se prevê que o mercado mundial é incapaz de os absorver.

Para diversos produtos — estanho, açúcar, trigo — os «stocks» conservam-se anormalmente elevados. Por outro lado, o facto de a maior parte das matérias-primas ter os seus preços fixados em dólares faz aumentar os preços em muitos países, especialmente na Europa Ocidental, o que determina uma diminuição na sua procura.

O caso do petróleo é particularmente elucidativo devido à alta do dólar. A França paga o petróleo bruto mais caro do que há dois anos, muito embora o preço estabelecido pela OPEP, em dólares, tenha baixado. Mas, pelo contrário, os Estados Unidos beneficiam desta baixa: a preços constantes (em dólares) o barril não lhes custa hoje mais do que em 1974!

Em todo o caso, os países mais penalizados são os do Terceiro Mundo que, com a queda dos preços das matérias-primas, correm o risco de perder a sua fonte principal de recursos.

*
* *

A Grécia ultima as negociações para a aquisição de aviões «MIRAGE 2000» para a sua Força Aérea, a fim de substituir outros aviões de combate considerados obsoletos.

O Governo grego deverá tomar uma decisão final em 1 de Outubro, prevendo-se que sejam adquiridos 40 «MIRAGES» e, também, 40 a 60 aviões americanos «F16» ou «F18».

«NEWSWEEK» (EUA), de 20 de Agosto de 1984

Referencia uma fotografia revelada pela revista «Jane's Defence Weekly» respeitante à construção, em doca seca, de um novo porta-aviões clássico soviético, tirada a partir de um satélite militar sobre o estaleiro Niko-

leayev 444, no mar Negro. O navio em questão terá um deslocamento da ordem das 75 000 toneladas e poderá transportar e operar uns 75 aviões.

Os soviéticos parece tencionarem construir de 4 a 8 destes porta-aviões da classe «Kremlin», numa evolução notável da sua estratégia naval, que põe um sério desafio à supremacia naval dos EUA, além de permitir à URSS exibir poder e projectá-lo em regiões distantes.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de 20 de Agosto de 1984

Oito nações industrializadas, entre elas os EUA, o Japão e seis da Europa Ocidental, assinaram em 3 de Agosto um acordo separado respeitante a áreas de mineração no fundo do oceano Pacífico, precedendo a data de 9 de Dezembro para a assinatura da Lei da Convenção do Mar, de 1982.

Como se sabe, a Administração Reagan não aceita a tentativa da ONU para regulamentar a actividade de empresas privadas de mineração do fundo do mar, e estará a procurar persuadir a Inglaterra, a Itália, a Bélgica e a RFA a não assinar a Convenção.

Entretanto, três das oito nações que assinaram o acordo separado de 3 de Agosto — França, Japão e Holanda — já haviam assinado a Lei da Convenção do Mar, pelo que fizeram entretanto saber que a sua atitude de agora não significa que não apoiem a Convenção.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de 25/26 de Agosto de 1984

O Secretário da Defesa dos EUA tornou públicas as recomendações dum painel composto por oficiais e jornalistas para o acesso de organizações noticiosas a operações militares, frisando que a segurança militar continuaria a ser o principal factor a ter em consideração. O painel teve lugar após a intervenção norte-americana em Granada, em Outubro de 1983, em que os condicionamentos impostos à presença e às actividades de jornalistas provocaram uma torrente de protestos da sua parte.

Nas suas recomendações, o painel propôs ao Departamento da Defesa para começar a cobertura noticiosa de operações militares durante o planeamento destas, incluindo os planos de comunicações e de transportes para

os «reporters». O painel propôs às organizações noticiosas que concordem voluntariamente com linhas de conduta, em número tão reduzido quanto possível, para preservar a segurança das operações. O porta-voz do Secretariado da Defesa referiu que poderia haver situações especiais em que não seria permitido ao pessoal da comunicação fazer a cobertura de operações, tais como a de Abril de 80, de tentativa de libertação de reféns do Irão.

O Secretário da Defesa, C. Weinberger, declarou concordar com a recomendação de que as escolas militares devam ensinar os oficiais a lidar com jornalistas.

O painel pronunciou-se por que a comunicação social dos EUA, por uma questão de princípio, deva cobrir as operações militares do país, na maior extensão compatível com a segurança das missões e das forças norte-americanas.

«DEFENSA» (ESPANHA), Agosto-Setembro de 1984

Com a finalidade de acelerar o envio de reforços para o «Exército Britânico do Reno» (BAOR), em caso de conflito, o Estado-Maior do Exército Britânico preparou uma série de modificações na estrutura das suas forças.

A primeira dessas modificações consistiu em reorganizar duas brigadas de infantaria (43.ª e 160.ª) com bases nos regimentos e batalhões do Exército Territorial estacionados no País de Gales. Deste modo conseguir-se-á que a estrutura das unidades seja mais compatível com o armamento normalizado das grandes unidades das Forças da Aliança. Por outro lado foi escolhido o 1.º Batalhão de Regimento de Pára-quedistas para cumprir o compromisso britânico no que respeita à Força Móvel do CAE (AMF), unidade multinacional permanente encarregada de acorrer a um reforço dos flancos geoestratégicos da Aliança em caso de conflito.

Como a AMF opera com muita frequência nas gélidas latitudes árcticas do Norte da Noruega, o referido batalhão está a receber treino para se deslocar e combater em terreno gelado.

A mesma unidade foi dotada de tractores anfíbios de lagartas «Hägglunds BV-206» de origem sueca.

O primeiro exercício multinacional em que esta força britânica vai participar será o «LION HEART», que compreenderá a convocação, o

agrupamento e o transporte para a Alemanha e a instrução de todas as unidades inglesas do BAOR.

«DEFENSA» (ESPANHA), Agosto-Setembro de 1984

Com a colocação de mais um certo número de mísseis nucleares na Alemanha Oriental, a URSS deu mais um passo na sua resposta *arma por arma* aos euromísseis da OTAN. A decisão soviética indica claramente que Moscovo não estará disposta a retomar o diálogo com Washington sobre o desarmamento sem que os Estados Unidos satisfaçam a sua principal exigência: a retirada dos mísseis de cruzeiro e dos Pershing 2 já instalados.

A URSS tem afirmado que está decidida a voltar ao diálogo só após esta condição satisfeita, e neste caso a retirada dos mísseis americanos da Europa acarreteria a anulação das outras medidas soviéticas que foram anunciadas pelo falecido Yuri Andropov, no ano passado, e incluiam a instalação de mísseis nucleares tácticos na RDA e na Checoslováquia e o envio de submarinos com armamento nuclear para as águas americanas.

À colocação dos primeiros nove Pershing II, na Alemanha Ocidental, a União Soviética respondeu instalando um número não especificado de armas na Alemanha Oriental, aos quais se seguiram outros na Checoslováquia que, teoricamente, respondem aos mísseis de cruzeiro instalados no Reino Unido.

Depois de uma ligeira interrupção na colocação dos euromísseis na Alemanha Federal, devido a razões de ordem técnica, instalou-se mais uma rampa de lançamento com outros nove Pershing II, aos quais Moscovo replicou com mais mísseis na RDA.

O comunicado soviético que anunciava mais esta outra medida do Kremlin advertia que, enquanto prosseguir a instalação dos euromísseis, Moscovo responderá com mais armas nucleares, afirmando que isto será feito apenas na medida necessária para que se não quebre o equilíbrio militar estratégico actual sem, no entanto, pretender superar os meios bélicos de que dispõem os Estados Unidos e os seus aliados da OTAN.

«HERALD TRIBUNE» (EUA), de 24 de Setembro de 1984

Os eleitores suíços rejeitaram pela segunda vez as propostas contra a construção de centrais ncleares que, a serem aceites, poderiam ter impedido que, no próximo século, o país pudesse dispor de energia nuclear.

De acordo com os resultados provisórios do referendo nacional, a maioria dos 23 cantões nacionais rejeita as propostas para parar a construção de centrais nucleares e para se procurarem os meios de alternativa para a produção de energia eléctrica.

Com referência às respostas de 18 cantões, uma percentagem de 55,3 por cento rejeitou a proibição de centrais atómicas e 55,7 por cento votou contra a proposta para a pesquisa de produção de energia de alternativa.

Já em 1979 os eleitores recusaram, mas por uma margem menor, uma proposta semelhante.

O Governo e a maioria do parlamento opuseram-se às iniciativas de uma coligação dos grupos antinucleares e dos partidos da esquerda por considerarem demasiadamente crítica a alteração da situação nacional de produção de energia.

Com a construção da grande central nuclear do país, no final deste ano, cerca de 40 por cento da electricidade suíça será produzida pela energia atómica.

A rejeição das propostas poderá vir a autorizar a construção de uma outra central em Kaiseranst, a qual tem sido discutida há mais de 10 anos e que ainda se mantém bloqueada por acções dos opositores à energia nuclear.

«RÉVUE INTERNATIONALE DE DEFENSE» (FRANÇA), n.º 7/84

Os Chefes do Estado-Maior da Força Aérea e do Exército dos Estados Unidos assinaram, em 22 de Maio último, um protocolo de acordo, cuja aplicação implicará, provavelmente, importantes alterações no relacionamento entre os dois Ramos das FA americanas.

Desde 1947 que o acordo dito de «Key West» estabelecia as prerrogativas e as missões de todas as forças americanas; trinta e uma medidas que o novo protocolo contém devem agora permitir uma melhor repartição dos meios e uma cooperação aeroterrestre mais eficaz sobre o campo de batalha.

Em consequência do novo acordo, a Força Aérea e o Exército vão coordenar os seus esforços no que diz respeito aos programas JOINT STARS e JTACMS e vão renunciar a projectos de duplo emprego, procurando realizar economias adaptando os mesmos sistemas.

Igualmente vão preparar em conjunto os futuros planos quinquenais de reequipamento.

A aplicação das novas medidas deverá ter, a curto prazo, três efeitos principais:

— A defesa aérea de zona será, principalmente, uma responsabilidade da USAF, e deixará de pertencer ao Exército que, até agora, a assegurava com mísseis — «PATRIOT», por exemplo — susceptíveis de pôr em perigo os aviões de intercepção amigos.
De futuro, a USAF participará na definição e aquisição dos novos mísseis solo-ar e calculará a relação óptima entre o número de mísseis da defesa aérea e o de aviões de intercepção.
— A Força Aérea cederá ao Exército todas as responsabilidades respeitantes a missões especiais realizadas por helicópteros. Como o Exército dispõe de mais de 7000 helicópteros parece, efectivamente lógico, afectar-lhe os cerca de 100 aparelhos da USAF. Contudo, a Força Aérea continuará a ocupar-se da busca e do salvamento, com o apoio de forças especiais, em certos casos.
Os dois Ramos deverão aperfeiçoar técnicas e métodos aplicáveis à condução das operações de busca e salvamento, para além dos limites actualmente determinados à Força Aérea.
— As unidades do Exército assegurarão a defesa terrestre das bases da Força Aérea, mas sob a autoridade dos comandos das bases. Se as necessidades de pessoal para o cumprimento desta missão ultrapassarem as possibilidades das FT, a Força Aérea colocará os seus reservistas à disposição do Exército. Por este motivo a USAF vai renunciar à realização da viatura antiaérea «MWS» (Mobile Weapon System), derivada do «LAV», fabricado pela General Motors do Canadá.

No quadro do programa JTACMS (Joint Tactical Missile System) as duas Forças vão procurar conjuntamente — mas em duas versões distintas — uma arma dita de «ataque longínquo».

Assim, o Exército vai estudar um sistema solo-solo de alcance curto (cerca de 70 Km) que poderá ser disparado por intermédio de lança-foguetes ou pela artilharia MLRS, e a Força Aérea vai desenvolver um míssil de cruzeiro ar-solo, de 450 a 550 Km de alcance.

O Pentágono parece já não estar interessado no emprego dos mísseis «LANCE» e «PATRIOT» nas suas missões ar-solo; segundo estimativas,

um lote de 2000 destes mísseis, cujo custo será de 8 biliões de dólares, seria consumido em cerca de uma semana num conflito de grande amplitude.

Está prevista a instalação do sistema radar de detecção e de designação de alvos JOINT STARS a bordo dos aviões «OV-1» do Exército e dos «TR-1» da Força Aérea, bem como numa versão do «Boeing 707» designada «C-18». Os dois Ramos deverão estabelecer um entendimento sobre o número de sistemas a adquirir e, também, sobre os métodos para satisfação dos pedidos de apoio formulados pelos comandantes das FT.

O acordo estabelecido pelo Exército e pela Força Aérea diz igualmente respeito aos seguintes pontos:

— Execução de um plano comum para a defesa antiaérea das bases e estudo das necessidades futuras de sistemas de defesa pontual na Zona de Retaguarda.
A Força Aérea participará nas deliberações do Exército relativas à defesa aérea dos Corpos do Exército ou escalões superiores;
— Estudo em comum, sob a direcção do Exército, das características técnicas dos futuros meios de assalto helitransportados inimigos e das implicações operacionais desta ameaça;
— Avaliação concertada da ameaça inerente aos mísseis tácticos e estabelecimento de um programa de realização de armamento antimíssil;
— Continuação de pesquisa comum com vista a melhorar o «IFF MK XV» e o aperfeiçoamento de um sistema capaz de identificar, com garantia, os objectos suspeitos ou hostis, para permitir emprego de armas para além do alcance visual, sem o risco de abater as aeronaves amigas;
— Elaboração de uma doutrina e de métodos operacionais respeitantes ao apoio aéreo próximo da Zona de Retaguarda;
— Harmonização das necessidades em matéria de guerra electrónica;
— Interrupção do programa do Exército ARJS (Airborne Radar Jamming System); a Força Aérea tomará a seu cargo a missão de empastelamento dos radares a partir de helicópteros;
— Transmissão a certas unidades das FT, em tempo «quase» real, dos dados dos alvos conseguidos pelo sistema PLSS (Precision Location Strike System) da Força Aérea; o Exército deverá orientar um

estudo comum relativo à neutralização das defesas aéreas inimigas e ao cálculo das quantidades de munições necessárias para esta tarefa;
— Elaboração de um método para manter constantemente actualizados os programas de actualização de munições;
— Determinação em comum das necessidades em matéria de operações nocturnas;
— Sincronização das missões aéreas de interdição do campo de batalha e ensaio comum dos procedimentos adoptados;
— Fixação das regras comuns de ataque a objectivos de superfície;
— Atribuição ao Comando da Força Aérea de toda a responsabilidade das missões de interdição.

A USAF dirigirá um estudo comum relativo às exigências a formular a este respeito e definirá as necessidades futuras em meios clássicos de interdição. As responsabilidades em matéria de armas nucleares de alcance médio serão repartidas entre os dois Ramos;
— Confirmação da atribuição à Força Aérea da missão de apoio próximo ao Exército. Os dois Ramos estudarão a organização de equipas de controladores aéreos avançados e avaliarão a eficácia dos novos métodos;
— Delimitação das responsabilidades a propósito de novos sistemas aéreos pilotados;
— Definição das necessidades em aeronaves SEMA (Special Electronic Mission Aircraft) e em sistemas tácticos de reconhecimento;
— Criação de um departamento interarmas que deverá determinar as necessidades em meios de transporte aéreo para um Teatro de Operações dado.

«RÉVUE INTERNATIONALE DE DÉFENSE» (SUÍÇA), n.º 8/84

Os cinco países (França, RFA, Espanha, Inglaterra e Itália) que participam no projecto «Avião de Combate Europeu» (ACE) acordaram, em 9 de Julho, em iniciar o estudo da viabilidade de construção do aparelho. As duas divergências principais, respeitantes à dimensão do avião e aos motores, foram resolvidas na conferência de Madrid, naquela data. Ainda em Madrid, os industriais daqueles países esforçaram-se por entrar em acordo quanto à repartição de trabalhos e de despesas. Para a fase de desenvolvimento tal repartição deverá ser de 25 por cento para a França,

RFA e Inglaterra, 14-19 por cento para a Itália, e 6-11 por cento para a Espanha.

*
* *

Num estudo publicado recentemente pela NATO, estima-se que o Pacto de Varsóvia disponha de umas 115 divisões «ocupando posições nitidamente avançadas» na Europa, ou «prontas a entrar em operação num espaço de tempo muito curto», colocadas ao longo da frente central.

As forças terrestres destinadas à NATO e estacionadas na Europa, ou capazes de aí chegar rapidamente, compreendem o equivalente a 88 divisões, muitas delas prontas a entrar em acção em muito pouco tempo. Não foram tomadas em consideração forças da França ou da Espanha.

Os países do Pacto de Varsóvia possuem uma força permanente de uns 6 milhões de homens, dos quais cerca de 4 «voltados» para a Europa. À escala mundial, as suas forças do activo e da reserva compreendem 246 divisões e 29 brigadas, possuindo, respectivamente, 61 000 «tanks» e 13 000 aviões.

As forças permanentes dos países da NATO compõem-se de 4,5 milhões de homens, dos quais cerca de 2,6 milhões estacionadas na Europa. As Forças Armadas totais do activo e da reserva que pertencem a países da NATO, mas nem todas destinadas à NATO, compreendem 82 divisões e mais de 180 brigadas independentes, a que correspondem 25 000 «tanks» e 11 200 aviões.

Redacção

EXECUÇÃO GRÁFICA

DO **CEGRAF/Ex**—RUA DOS REMÉDIOS, 202 —1100 LISBOA